

**Poder em Trânsito:
Sobre mulheres em espaços públicos**

Izabel Barboni Rosa

Projeto

Orientação: Sofia Ponte

Mestrado em Arte e Design Para o Espaço Público

Setembro de 2022

RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

Poder em Trânsito: Sobre Mulheres em Espaços Públicos é um projeto realizado no âmbito do Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, que reflete sobre o(s) sentido(s) de pertença e da percepção de liberdade por mulheres, nos espaços públicos em Portugal, mas não só. Para isso, o projeto convoca alguns debates sobre a desigualdade de gênero, em contextos urbanos, e analisa alguns padrões de mobilidade feminina nesses mesmos espaços. A pesquisa foca-se ainda na experiência de algumas mulheres brasileiras que transitam entre diferentes contextos urbanos com o intuito de experimentar outras noções de liberdade e formas de vida gênero-social-racial-econômica mais inclusivas. Através de uma revisão da literatura dos conceitos de “Mulheres Imigrantes Brasileiras”, “Espaço Público e Gênero”, “Feminismo e Situação das mulheres”, Mobilidade Feminina e “Ciberfeminismo” por autoras das áreas da arquitetura, urbanismo, literatura, sociologia, filosofia, arte e design, criei o projeto artístico *quandoeugritoquemmeouve.art* (2022-). Este *website* é um manifesto, que se inspira no legado do ciberfeminismo, tanto abriga um conjunto de iniciativas artísticas por mim realizadas nos dois últimos anos, como acolhe e promove uma troca entre experiências de mulheres e de pessoas que se identifiquem com as lutas das mulheres. Para tratar de temas sérios a abordagem recorre também ao humor, esperando contribuir para uma experiência do espaço público para além do padrão heteronormativo masculino e para um conhecimento mais amplo das identidades subjetivas de mulheres brasileiras.

Palavras-chave

Mulheres Imigrantes Brasileiras; Espaço Público e Gênero; Feminismo e Situação das Mulheres; Mobilidade Feminina; Ciberfeminismo

ABSTRACT AND KEYWORDS

“Power in Transit: About Women in Public Spaces” is an art project carried out in the scope of the Master in Art and Design for the Public Space of the School of Fine Arts of the University of Porto, which exams the sense(s) of belonging and the perception of freedom by women in public spaces in Portugal, but not only. The project reflects on some debates about gender inequality in urban contexts and analyses some patterns of female mobility in these same spaces. The research also focuses on the experience of some Brazilian women who move between different urban contexts in order to experience other notions of freedom and more inclusive gender-social-racial-economic ways of living. Through a literature review of the concepts of “Brazilian Immigrant Women”; “Public Space and Gender”; “Feminism and the situation of Women”; “Women’s Mobility”; “Cyberfeminism”.

by female authors from the fields of architecture, urbanism, sociology, philosophy, geography, history, art and design, and artistic contributions by women writers, architects, urban planners, designers and artists, I created the art project quandoeugritoquemmeouve.art (2022-). This website is a manifesto, inspired by the legacy of cyberfeminism. It both houses a set of artistic initiatives I have carried out in the last two years, welcomes and promotes an exchange between women's experiences, and any person who identifies with the struggles of women. To deal with serious issues, the approach uses humor, hoping to contribute to an experience of public space beyond the heteronormative male standard and to a broader knowledge of the subjective identities of Brazilian women.

Keywords

Brazilian Immigrant Women; Public Space and Gender; Feminism and the situation of Women; Women’s Mobility; Cyberfeminism.

AGRADECIMENTOS

Por mais que seja o resultado de um mergulho interno, este trabalho só foi possível com a colaboração de muitos ao meu redor.

Quero começar por agradecer minha orientadora e professora Sofia Ponte, pela orientação, pelo encorajamento e principalmente pela dedicação exemplar como orientadora. Sou grata por ter tido a oportunidade de aprender tanto consigo.

Agradeço aos meus professores do mestrado, Gabriela, Miguel e Jorge. Não seria possível sem os ensinamentos, a colaboração e o incentivo de vocês em todo processo. E também a todos meus companheiros de curso e aos que se tornaram amigos, principalmente Claire, Fernanda e Rayan.

À minha família querida no Brasil, que mesmo com a distância física que nos separa, estão sempre de mãos dadas comigo.

Obrigada Ana Luiza, Ana Maria, André Godinho, Fernanda Feher, Lina, Andrea Vivas e os muitos que não conseguirei citar aqui, saibam que reconheço a importância de cada um de vocês neste processo, pelas trocas, incentivos, contribuições e suporte.

Deixo aqui um agradecimento especial à creche do meu filho e principalmente à educadora Dina. Sem seu apoio, cuidado e amor com meu filho, ao ser nossa rede de apoio, nada disso seria possível.

Nando, obrigada por ser meu companheiro de caminhada, por acreditar e incentivar meu trabalho e por dividir os trabalhos de cuidado comigo.

Por último, agradeço ao meu Francisco, que me faz querer aprender sempre, lutar e deixar um mundo melhor para você crescer.

ÍNDICE

RESUMO E PALAVRAS-CHAVE	2
ABSTRACT AND KEYWORDS	3
AGRADECIMENTOS	4
ÍNDICE	5
ÍNDICE DE FIGURAS	6
INTRODUÇÃO	9
Fundamentação: Questões de Gênero	14
Quadro Conceptual	24
Metodologia	25
CAPÍTULO 1 - MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	29
1.1 Da Casa para a Cidade: Uma Breve Introdução à Construção Social e Espacial do Feminino	29
1.2 As Mulheres nas Cidades: O Feminino nos Espaços Públicos Urbanos	34
1.3 Caminhar e Transgredir: Uma Breve Reflexão Sobre o Caminhar Para as Mulheres	56
CAPÍTULO 2 - CORPOS ALÉM-FRONTEIRAS: PODER EM TRÂNSITO	63
2.1 A Feminização da Imigração Brasileira em Portugal	67
2.2 O Imaginário relativo à Mulher Brasileira	69
CAPÍTULO 3 - QUANDO EU GRITO QUEM ME OUVI	79
3.1 Um Grito Cibernético	79
3.2 Conteúdos do website	84
3.3 Núcleos	85
3.4 Satélites	88
CONCLUSÕES	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
ANEXOS	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Captura de ecrã de <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i>	12
Figura 2 - Captura de ecrã de <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i>	15
Figura 3 - Louise Bourgeois - Femme Maison 1947.	16
Figura 4 - Podcast - Pela Cidade 2019. Especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade.	18
Figura 5 - VNS MATRIX - The Cyberfeminist Manifesto for the 21st Century, 1991	24
Figura 6 - Guerrilla Girls. “You’re Seeing Less Than Half The Picture” (1989)	25
Figura 7 - Quadro conceptual da pesquisa.	27
Figura 8 – Diagrama desenvolvido para o aprofundamento da revisão da literatura.	28
Figura 9 - Captura de ecrã de <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i>	32
Figura 10 - Feminist silk screen poster collective, London 1974 -1990 - See Red Women’s	34
Figura 11 - Diagrama Acessibilidades do Metropolitano de Lisboa	37
Figura 12 - Diagrama da Rede do Metropolitano de Lisboa	37
Figura 13 - Ocorrências registradas no mês de Maio de 2022 no Estado de São Paulo	39
Figura 14- Evolução das ocorrências de violência doméstica registadas pelas forças de segurança, 2015-2020 (n.º)	40
Figura 15 - Perfil das vítimas e denunciados/as segundo o sexo 2020 (n.º e %)	40
Figura 16 - Gráfico da Produção Total, Think Olga.	46
Figura 17 - Fotografia do brinquedo Motorbike de madeira em SKLUM e fotografia de brinquedo Tábua de Passar a Ferro de madeira em SKLUM	49
Figura 18 - Captura de ecrã de <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i>	54
Figura 19 - Viagens por modo principal de transporte, segundo sexo (em %)	55
Figura 20 - Esquema ilustrado de comparativo entre as viagens diárias de homens e mulheres.	57
Figura 21 – Diagrama Viagens por motivo no destino, segundo sexo (%)	57
Figura 22 – Dimensão de Infraestrutura e Planejamento do índice de caminhabilidade do medo das mulheres	59
Figura 23 – Dimensão de Segurança Pública índice de caminhabilidade do medo das mulheres	60
Figura 24 – Dimensão Sociocultural do índice de caminhabilidade do medo das mulheres	61

Figura 25 – Comparação do medo das mulheres nas cidades de Brasília e Lisboa	61
Figura 26 – Estratégias usadas no deslocamento a pé das mulheres nas cidades de Brasília e Lisboa	62
Figura 27 - Berna Reale, Rosa Púrpura 2014.	67
Figura 28 - Anna Bella Geiger, Passagens I, 1974.	68
Figura 29 – Distribuição por sexo das dez principais nacionalidades residentes em Portugal, em 2020 (%).	70
Figura 30 - Captura de ecrã de <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i>	71
Figura 31 - Instalação de Santarosa Barreto, 2016-2019.	74
Figura 32 - página do livro de História e Geografia da Editora Leya, “Máquina do Tempo 6”. Ensino Básico em Portugal.	78
Figura 33 - Referências que inspiram a minha prática artística.	83
Figura 34 - Relatório do website <i>quandoeugrutiquemmeouve.art</i> , retirado do Google Analytics, a 15 de julho de 2022, 30 dias após o lançamento.	86
Figura 35 - Wireframe inicial do website <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i> e esquema inicial de organização dos conteúdos.	87
Figura 36 - Conteúdos do website <i>quandoeugritoquemmeouve.art</i>	89
Figura 37 – Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Fernanda Z.	92
Figura 38 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Juliana M.	93
Figura 39 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Luciana S.	95
Figura 40 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Lúcia J.	97
Figura 41 - Fotografias da série Solidão Compartilhada, 2020.	100
Figura 42 - Fotografias da série Solidão Compartilhada, 2022.	101
Figura 43 - “Classificar ações entre produtivas e reprodutivas”, 2022	105

pensei
que a liberdade vinha com a idade
depois pensei
que a liberdade vinha com o tempo
depois pensei
que a liberdade vinha com o dinheiro
depois pensei
que a liberdade vinha com o poder
depois percebi
que a liberdade não vem
não é coisa que lhe aconteça
terei sempre de ir eu

Sónia Balacó, Constelação (2015)

INTRODUÇÃO

Poder em Trânsito: Sobre Mulheres em Espaços Públicos é um projeto artístico, realizado no âmbito do Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, que analisa a construção do sentido de pertença e da percepção de liberdade de mulheres no espaço público. Reflete sobre as experiências de algumas mulheres brasileiras nos espaços públicos urbanos de Portugal, mas não só. Para isso, criei o projeto artístico *quandoeugritoquemmeouve.art* (2022). Um espaço *online* que é também um manifesto. Inspirado no legado do ciberfeminismo, tanto abriga um conjunto de iniciativas artísticas por mim realizadas nos dois últimos anos, que representam e relacionam experiências de mulheres brasileiras no espaço público em Portugal, como estabelece um espaço virtual para uma troca mais ampla de experiências entre mulheres. Para enquadrar este projeto artístico desenvolvi uma reflexão exploratória sobre a desigualdade de gênero no espaço público e suas interdependências com as questões de gênero associadas aos espaços privados, bem como os padrões de mobilidade feminina no uso desses espaços.

Dois anos da minha vida separam o início do meu mestrado e o desenvolvimento deste projeto artístico, anos esses que foram preenchidos com uma gravidez e consequentemente um puerpério em plena fase inicial da pandemia de COVID-19¹, que me levou a estar confinada em casa com um bebê quase dois anos. O início da pesquisa e escrita deste trabalho, em 2021, coincidiram com a fase em que Portugal, entre sucessos e fracassos, testava uma possível abertura e volta à “normalidade”, com a população a tomar as primeiras doses da vacina. Havia também uma certa esperança de estabilidade, com a reabertura das creches e uma gradual, mesmo que lenta, retomada da economia, possibilitando a minha volta ao mercado de trabalho. E com toda essa carga de experiência que vivi de forma individual e coletiva, pude vivenciar, mesmo sem estar plenamente consciente, da maior parte dos assuntos que vim a desvelar durante a minha pesquisa. Ser uma mulher, imigrante de uma ex-colônia portuguesa, ter um corpo grávido no centro de Lisboa, dar à luz dentro do sistema hospitalar em Portugal e, posteriormente, ser a principal cuidadora do bebê num confinamento sem rede de apoio e trabalhar como arquiteta, me trouxe vivências sociais, institucionais, estruturais e urbanas que não imaginaria no início deste mestrado. Minhas

¹ A propagação do vírus Covid-19 identificado em Wuhan, China, em dezembro de 2019, levou a um confinamento mundial durante o ano de 2020 e o primeiro semestre do ano de 2021.

perspectivas como mulher, cidadã, imigrante e como arquiteta foram ampliadas significativamente e colocadas em xeque desde então.

Da perspectiva profissional, vi-me imersa numa cultura de arquitetura eurocentrista e em alguns aspectos não muito distante com minha formação no Brasil, que também está fundada e estruturada num sistema patriarcal e sexista. Meus conhecimentos das questões de gênero dentro da arquitetura e da vida quotidiana de um modo geral, deram um passo gigantesco, mas a prática da minha profissão permanece, aparentemente, pouco passível de alterações significativas. Ao perceber as mudanças das minhas necessidades e do meu corpo, depois estando acompanhada quase sempre de um bebê, me deparei com uma cidade de Lisboa que, de uma maneira geral, é difícil de se estar nestas condições. Ao precisar me deslocar com um carrinho de bebê percebi que algumas barreiras físicas e sociais que acabavam por me restringir o uso de grande parte da cidade, restringe também o uso daqueles que possuam alguma mobilidade diversa por exemplo, pois as maiorias das calçadas/ passeios não são apropriados para tais condições. Como exemplos, podemos ver no *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa - Volume 4: Transportes Públicos* (GOUVEIA et al 2013)² que em Lisboa a maior parte das passadeiras existentes não cumprem os requisitos básicos das normas de acessibilidade; a existência de obstáculos verticais no passeio quebram a linearidade e regularidade do canal de circulação pedonal; pavimentos em mau estado de conservação; interrupção dos circuitos pedonais ocasionados também por veículos estacionados de forma ilegal; o medo de quedas no passeio e a falta de tempo para atravessar passadeiras, sobretudo da parte de pessoas idosas. Assim como ainda existem muitas estações de metrô de Lisboa que não possuem acessos acessíveis, linhas de ônibus/autocarros não possuem espaços reservados para pessoas com mobilidade reduzida (pessoas com necessidades especiais e idosos), ou mobilidade específica (acompanhantes de carros de bebê) ou mobilidade restrita (pessoas em situação de cadeiras de rodas), eventualmente os transportes públicos estão na lotação máxima, inviabilizando seu uso tanto por um cuidador com um bebê pequeno, como por uma pessoa idosa ou com mobilidade diversa.

² Disponível através de <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1518801705M6vTG6jn2Ky08QP1.pdf> Acessado em 24 agosto de 2022.

Diante dessas e muitas situações aparentemente banais, me pergunto como eu poderia incorporar as questões sobre gênero no meu dia a dia e na minha prática arquitetônica? Como aplicar a bagagem apreendida nos estudos feministas e nos estudos sobre as mulheres e urbanismo, mulheres e espaços públicos e mobilidade para a minha vida na a minha prática arquitetônica? Também me questiono quantas mulheres estão de fato à frente de projetos urbanos, possibilitando a implementação de mudanças nas cidades a partir dessas perspectivas de gênero? E por fim, como utilizar o meu *lugar de fala*, com os cargos e posições sociais que eu ocupo, para questionar tudo o que vem sendo feito de forma “natural”?

Da perspectiva social, alguns significados de ser uma mulher, mãe, brasileira e imigrante (junto ou separadamente), tornaram-se mais evidentes. E creio que as experiências violentas que senti contra o meu corpo e a minha existência, apesar de serem pessoais, não são individuais, isto é, são transversais a muitas mulheres.

A pandemia do COVID-19 e o confinamento agravaram as condições precárias do trabalho do cuidado, com aumento da sobrecarga das mulheres e mulheres-mães. A crise do COVID-19 teve e tem efeitos diferentes para mulheres e homens. Em Portugal, as mulheres constituem, até maio de 2020, a maioria das pessoas infetadas (58%) e dos óbitos registados (51%)³. E a informação sobre a evolução socioeconómica mostra que o afastamento forçado do local de trabalho, o desemprego e a perda de rendimento estão a afetar desproporcionalmente as mulheres. Com a economia desestabilizada o desemprego feminino aconteceu em massa, tanto por não conseguirem trabalhar, cuidar dos filhos e gerirem a casa, tudo ao mesmo, quanto por estarem estatisticamente menos inseridas no mercado de trabalho formal que os homens e representarem 76% dos profissionais de saúde na linha de frente do COVID-19 (como nas áreas de enfermagem, auxiliares de ação médica, auxiliares de limpeza).

As questões que referi acima, geraram mais algumas perguntas e inquietações. Por exemplo, me intriga porque as questões de gênero do dia-a-dia que surgem num meio profissional ou

³ (Des)igualdades entre mulheres e homens", *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*. Disponível através de <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30082> Acessado em 13 agosto 2022.

numa mesa de café, não conseguem tomar corpo e relevância sem que sejam lidas como “um papo de feministas”? Me questiono, quando estamos em manifestações a reivindicar direitos e mudanças em políticas públicas, em comportamentos sociais, em leis, qual o alcance das nossas vozes? Quando levanto estas questões, e desenvolvo algumas práticas artísticas em espaço público em torno destes temas, em quem realmente reverberam estas questões? Qual o alcance das vozes que protestam, pesquisam, trabalham e que militam por melhores condições de vida? Quando eu grito, quem é que me ouve?

Para esta análise, optei por convocar apenas ideias de autoras das áreas da arquitetura, urbanismo, literatura, sociologia, filosofia, arte e design. Deste modo a revisão da literatura é essencialmente produzida a partir de ideias de mulheres que tal como eu se depararam com várias inquietações relativamente à sua, nossa, presença nos espaços comuns de uma cidade. Refiro-me, por exemplo, ao trabalho de Adriana Souza (2019), Beatriz Padilha & Thais França (2018), Djamila Ribeiro (2017), Joan Scott (1995), Judith Butler (2018), Karen Franck & Lyn Paxon (1989), Kimberlé Crenshaw (2002), Leslie Kern (2021), Paola Jaques (2008), Patrícia de Santos Pedrosa (2021), Rebecca Solnit (2016), Simone de Beauvoir (1967), Silvia Fredericci (2019) e Zaida Muxí Martinez (2019). A revisão da literatura revela vários dos problemas específicos da estruturação da presença do feminino no espaço público. Incide também sobre a dicotomia público *versus* privado. Esta dicotomia pode ser entendida como um sistema de atuação social inseparável, que resulta no impedimento ou na limitação dos corpos da mulher nos espaços - e simultaneamente - nas esferas públicas.

Para além desta característica relativa à revisão da literatura, deixo uma ressalva. Este relatório está escrito em português do Brasil, minha língua e cultura maternas. Vivo em Portugal há 6 anos, portanto, possivelmente existirão neste texto cruzamentos entre a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Portugal. Contudo, a gramática, o vocabulário e a construção frásica que utilizo para descrever as minhas ideias e projeto artístico devem ser considerados a partir da minha língua materna. Como também, nos casos em que o acordo prevê formas de grafia brasileira e portuguesa como corretas, tais como acontece na palavra “gênero” ou “género”, optei pela grafia brasileira. Sendo uma mulher brasileira que reside em Portugal, com uma consciência do conceito decolonial, a opção por escrever em português do Brasil pareceu-me ser aquela que estaria mais de acordo com o tipo de problematização, das

diferenças e semelhanças entre as duas culturas, que o meu projeto artístico *quandoeugritoquemmeouve.art* (2022) pretende representar. Creio que reafirmar as intersecções entre ambas as línguas é também um posicionamento frente aos preconceitos linguísticos e à falta de compreensão que por vezes existe entre Brasil e Portugal, apesar de partilharem a “mesma língua”.

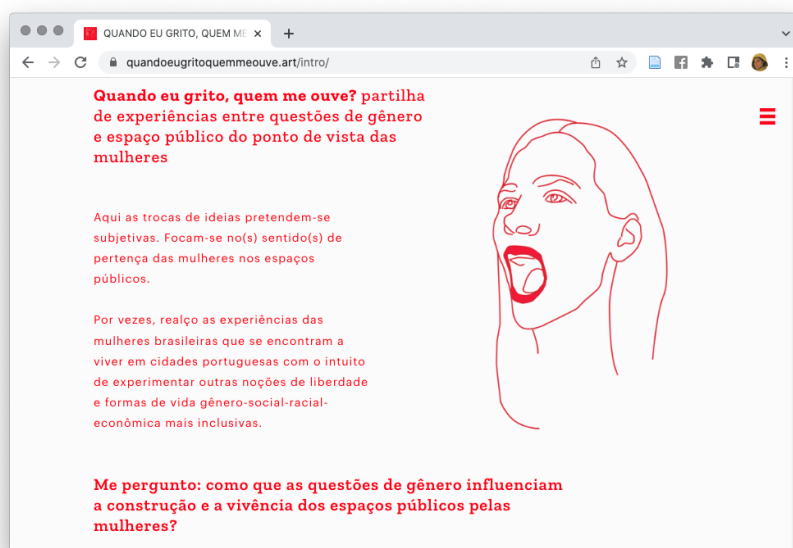


Figura 1 - Captura de ecrã de quandoeugritoquemmeouve.art

Minha formação como arquiteta motivou a realização deste trabalho, primeiro por procurar ampliar meu olhar sobre o espaço público para fora da escola de arquitetura tradicional e segundo pelas vivências entre minha caótica cidade natal, São Paulo, no Brasil, e minha vida dividida entre Lisboa e Porto, em Portugal.

Viver na cidade de São Paulo, viajar diariamente em transportes públicos e a pé, é uma maratona diária de sobrevivência e transgressão. Seja para estudar, para trabalhar e para lazer, viver nesta cidade foi uma experiência semelhante à de quem vive num campo de batalha, onde o alvo era eu mesma. Na verdade, o alvo era o meu corpo, ou melhor, a minha existência. Já em Portugal, experienciei a ausência de medo diário e obtive uma expressiva ampliação na minha percepção de liberdade, ao mesmo tempo que me deparei, naturalmente, com outras questões, algumas delas continuavam estar associadas ao meu corpo e minha

existência, mas também à minha nacionalidade, minha língua materna e minhas noções acerca das questões decoloniais, questões de gênero e da situação das mulheres no mundo.

Assim, ao procurar ampliar o meu conhecimento sobre o espaço público a partir dos meus conhecimentos e reflexões da arquitetura e das minhas vivências, me deparo invariavelmente com questões de gênero e com a pouca representatividade de mulheres na minha profissão. Destaco como exemplos a pouca representação feminina em desenhos urbanos, em cargos de direção, nas prateleiras das bibliotecas, na premiação Pritzker⁴. Me inquietava, nos tempos de estudante e agora como profissional ativa em outro país, que apesar do número expressivo de estudantes nos cursos de arquitetura e urbanismo serem mulheres — no Brasil as mulheres representam 64% das inscritas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)⁵ e em Portugal representam quase metade do total de inscritos na Ordem dos Arquitectos (OA)⁶—, eu não me via representada na profissão nem na escola de arquitetura. Tanto numa área como na outra as referências, os autores, os professores, os ateliers, os ganhadores de concursos de projetos, os diretores, são maioritariamente homens.

As questões de gênero, espaço público e questões decoloniais formam a base para as indagações que procurei responder. E, dessa forma, pensar e planejar territórios menos opressivos para as mulheres, que trazem mais percepções de liberdade e mais inclusão gênero-social-racial-econômica, foi um motor inspirador para o projeto *quandoeugritoquemmeouve.art* que aqui se apresenta.

Fundamentação: Questões de Gênero

Um espaço público feminista, inclusivo onde a igualdade de gênero é uma potência transformadora social é também um espaço público sobre “homens”. Qualquer informação sobre “mulheres” é necessariamente uma informação sobre “homens”. Fazer “perguntas de mulheres” é ampliar a perspectiva hegemônica patriarcal no planejamento e manutenção das

⁴ Dos quarenta e três prêmios atribuídos entre 1979 - 2020, apenas quatro distinguiram o trabalho de arquitetas: Zaha Hadid em 2004, Kazuyo Sejima e sócio em 2010, Yvonne Farrell and Shelley McNamara em 2020, Anne Lacaton e sócio em 2021. Sem considerar nesta conta o prêmio dado apenas ao sócio de Denise Scott Brown, Robert Venturi, em 1991, no qual ela não foi reconhecida.

⁵ Disponível através de

<https://www.caubr.gov.br/dia-da-mulher-participacao-das-mulheres-arquitetas-e-urbanistas-cresce-a-cada-ano2/> Acessado em 13 agosto 2022

⁶ Disponível através de <https://arquitectos.pt/documentos/1379344421D0hIO0dh8Mw61YJ1.pdf> Acessado em 13 agosto 2022

nossas cidades e relações sociais. É procurar respostas que abrangem não só mulheres, mas todos aqueles que ficam de fora do padrão heteronormativo masculino. Uma vez que público e privado não são separáveis na construção social de gênero, uma mudança numa dimensão invariavelmente muda a outra. As atividades e experiências das mulheres em espaços públicos sugerem uma variedade de formas pelas quais a mobilidade, a ocupação e a permanência das mulheres nestes espaços é mais restrita do que a dos homens.

Apesar de ambos os gêneros sentirem atritos na sua mobilidade quotidiana, a das mulheres possui ineficientes padrões de deslocamentos pela cidade e agrega mais camadas de discriminações sociais históricas. E um corpo que não se movimenta com liberdade também não pode ficar parado. Para o gênero feminino, utilizar o espaço público e movimentar-se pela cidade ocorre sempre com uma finalidade e uma lógica pré-estabelecida. Isto é, a mulher não sai de casa para deambular pelas ruas. A mulher sai de casa para trabalhar, levar os filhos à escola, ir às compras, ajudar um familiar, fazer um recado, entre outras. Parece-me que, conseqüentemente, a ausência do ócio nessa cruel dinâmica modal, apresenta-se como uma ferramenta de controle, de exclusão e manutenção da estrutura sexista que obriga ao confinamento em espaços interiores e ao trabalho reprodutivo como únicas finalidades desses corpos.

Por isso, os estudos de gênero são campos de estudo interdisciplinares que se dedicam a pesquisar identidades e representação de gênero como categorias centrais de análise. Como referi acima, a minha investigação está enquadrada no programa de Mestrado em Arte e Design Para o Espaço Público da FBAUP e incide sobre alguns dos aspetos que determinam e influenciam a liberdade dos corpos femininos nos espaços públicos. Este aspecto tem sido expressivamente refletido por várias mulheres ao longo do século XX, tanto na Europa como nas Américas. Por exemplo, Joan Scott, cujo trabalho na década de 1980 direcionou-se para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero, propõe no seu artigo *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica* (1986) que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais e que essas relações são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

Scott indica que a palavra gênero começou a ser utilizada por feministas norte-americanas de maneira mais formal nos anos 1970, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. A historiadora afirma que o termo gênero aparece inicialmente entre

as feministas brancas, norte-americanas, ocidentais e anglófonas, para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Para Scott (1986) a palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Segundo esta autora, “o termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” e por isso não deveria ser usado de forma isolada. Isto é, Scott defende que “as mulheres e os homens [são] definidos em termos recíprocos e não se [pode] compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (1986, p.72). Scott insiste também que o uso do termo “gênero” “rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (1986, p.75). Deste modo, a autora evidencia que qualquer investigação que inclua questões de gênero é simultaneamente um estudo sobre mulheres e homens e que por isso o estudo de um implica o estudo do outro. Ao direcionar o olhar para o espaço público a partir da perspectiva das mulheres, estou de certa forma a dar continuidade às discussões de gênero, que afetam tanto homens quanto mulheres.



Figura 2 - Captura de ecrã de quandoeugritoquemmeouve.art⁷

⁷ *Questões de Gênero e Espaços Públicos - Quando eu Grito Quem Me Ouve?* Disponível através de: <https://quandoeugritoquemmeouve.art/genero/>

Scott também propõe ainda que o termo gênero seja utilizado para designar relações sociais entre os sexos que pressupõem construções culturais. Incluem-se nestas construções culturais a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis que as sociedades consideram mais “adequados” aos homens e às mulheres. Construções essas que também informam a origem exclusivamente social das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Gênero é, portanto, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Creio que “gênero” é uma palavra muito útil, pois oferece uma maneira de diferenciar a “prática sexual” dos “papéis sexuais” tradicionalmente conferidos às mulheres e aos homens. É uma forma primária de dar significado às relações de poder, e um campo no qual — ou por meio do qual — o poder é articulado.



Figura 3- Louise Bourgeois -Três desenhos da série *Femme Maison* 1947. Coleção Louise Bourgeois Trust, Nova Iorque.

Leslie Kern no seu livro, *Cidades Feministas. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens* (2021), desenvolve esta questão do poder indicando que os questionamentos feitos por e em nome de mulheres, emergem de experiências cotidianas corporificadas por aqueles que se incluem na categoria de “mulheres”. Para esta geógrafa, o “meu corpo é o lugar da minha experiência, onde minha identidade, história e os espaços que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne” (KERN, 2021. p.16). Acredito que esses questionamentos vão além das experiências individuais, ainda que as tenham como base, e que nos levam a perceber melhor porque e como as “cidades” mantêm as mulheres em

“seus lugares”. A série de desenhos *Femme Maison* (1947) de Louise Bourgeois (1911-2010), aborda questões da identidade feminina e inspiraram-me a uma reflexão sobre as inquietações das mulheres e suas relações entre seus corpos e a sua casa.

O Conceito de Interseccionalidade Enquanto Lugar de Fala e de Escuta

Cada vez mais ouvem-se vozes de mulheres a esgrimir as atrocidades a que às vezes estão sujeitas no espaço público. Vejam-se os movimentos mais recentes como “Ele Não”⁸ no Brasil, os movimentos pró-aborto na Argentina, Chile e Colômbia⁹ ou as manifestações “Un Violador En Tu Camino” mais conhecido como “El Violador Eres Tu” do grupo chileno Las Tesis¹⁰. Hoje em dia o termo “mulher” não assume apenas um significado e concentra em si as mais diversas definições nas sociedades atuais. Considero como possíveis todas as definições que o termo possa abranger, tais como raça, gênero, religião, nacionalidade, classe, educação, orientação política, entre outras. Assim como entendo legítimas as questões interseccionais que as problemáticas das mulheres abrigam.

O termo *interseccionalidade* é um conceito sociológico, que analisa as interações e marcadores sociais da diferença¹¹ nas vidas de comunidades marginalizadas ou em minoria. Através dele é possível enxergar vários sistemas de opressão que se relacionam entre si. Sistemas que se sobrepõem e demonstram, por exemplo, que o racismo, o sexismo e as

⁸ A manifestação #EleNão em repúdio ao candidato e futuro presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, se espalhou por cento e catorze cidades brasileiras, no dia 29 setembro de 2018, foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil. Foi também uma das maiores manifestações contra um candidato, independentemente das mulheres. As afirmações são de Célia Regina Jardim Pinto, autora do livro *Uma história do feminismo no Brasil* (2003) e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível através de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013> Acessado em 14 agosto 2022

⁹ A América Latina comemorou no dia 21 de setembro de 2021 o Dia Global de Ação pelo Aborto Seguro e Legal, com vários eventos a ocorrerem no meio de um longo caminho de batalhas que estão a decorrer nos tribunais, em organismos governamentais e também nas ruas. O aborto legal é uma exigência histórica das associações feministas da região, onde apenas a Argentina, Chile, Cuba, Uruguai, Guiana e quatro entidades territoriais do México (Cidade do México e os estados de Oaxaca, Hidalgo e Veracruz) descriminalizaram a interrupção voluntária da gravidez.

¹⁰ “*Un violador en tu camino*”, a canção foi criada pelo coletivo chileno Las Tesis, que se tornou um hino dos protestos do dia 25 de novembro de 2019. A performance, que reúne mulheres com os olhos vendados cantando “*E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia*”, se espalhou pelo mundo e diversos países vem reproduzindo a coreografia, que aponta o descaso do Estado, da polícia e da justiça com os casos de estupro e violência contra a mulher, além de protestar contra o machismo e o patriarcado.

¹¹ Assume-se aqui marcadores sociais da diferença como os elementos que constituem socialmente as desigualdades e hierarquias entre os indivíduos: idade, sexo, raça, gênero, etnia, profissão, necessidades específicas. Assim como a perspectiva de mulheres trans, estrangeiras, migrantes, negras, povos originários, provenientes de culturas orientais, entre outras.

estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir sistemicamente certo tipo de indivíduos ou grupos de indivíduos de diferentes formas sobrepostas, portanto, interseccionais. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), uma das principais estudiosas da teoria crítica de raça que introduziu e desenvolveu a teoria interseccional, o conceito trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes. Para além disso, a interseccionalidade trata da “forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177). Também vários coletivos de arquitetas, urbanistas e sociólogas, inspiradas direta ou indiretamente nas ideias de Crenshaw, procuram responder e debater estas questões através de vários meios. Por exemplo, o coletivo, Col.letiu punt 6 repensam os espaços domésticos, comunitários e públicos com o fim de promover diversidade social sem discriminação; o programa de podcast *Pela Cidade*, parte do projeto LabCidade, coordenado por arquitetas e urbanistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, desenvolvem projetos de pesquisa ligados ao planejamento urbano e estudos da paisagem. Deste projeto, destaco o programa especial “Cidade, Gênero e Interseccionalidade” onde diversas pesquisadoras brasileiras expõem os seus trabalhos em torno destes temas, levando a produção de pensamento e saberes para além da escrita e do ambiente acadêmico.



Figura 4 - Podcast - Pela Cidade 2019. Especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade.

Apesar do esforço da minha pesquisa discorrer, de forma geral, sobre a ausência da percepção de liberdade que as mulheres enfrentam no espaço público, valorizando o conceito de interseccionalidade e consciente de que “mulher” é uma categoria redutora

para a diversidade de situações de pessoas que aí se podem incluir, as indagações aqui expressas partem das minhas experiências e do meu próprio corpo. Presentemente está mais claro que os estudos sobre mulheres e os estudos feministas não são imparciais. Apesar de estarem abrigados pelo termo abrangente “mulher”, existiram e existem, todavia, conflitos entre feministas brancas e feministas negras, feministas casadas e feministas solteiras, e por aí fora. Considero, por isso, necessário explorar as camadas interseccionais existentes nas ocupações dos espaços públicos e privados a partir dos diversos marcadores sociais da diferença.

Eu sou, neste momento, uma mulher branca, cis, saudável, mãe, sul-americana, brasileira, imigrante em Portugal, entre outros. A minha leitura dos assuntos tratados e as práticas artísticas propostas partem de um espaço privilegiado, que apesar de experimentar diariamente limitações e discriminação, reúne condições que me favorecem e me trazem vantagens. Segundo Djamilia Ribeiro (2017) o conceito *lugar de fala*, é o lugar social que ocupamos como sujeitos numa relação de dominação e opressão dentro de relações de poder. Ou seja, refere-se às condições sociais (ou *locus social*) que autorizam ou negam o acesso de determinados grupos a lugares de cidadania. *Lugar de fala* é, portanto, a busca pelo reconhecimento da relevância de determinado discurso, tendo em conta que o lugar que ocupamos na sociedade molda nossas perspectivas sobre o mundo. Reconheço, por isso, como referi em cima, que o meu *lugar de fala*, apesar das repressões, é um lugar de privilégio. Parece-me essencial mencioná-lo nesta pesquisa. Observar o espaço público através do conceito da interseccionalidade permitiu-me ressaltar o quanto é difícil tratar de questões sobre mulheres como uma categoria única, sem considerar as variantes, que nos aproximam e nos afastam entre si.

As inquietações que tenho vindo a relatar e que acompanharam o desenvolvimento da minha pesquisa, permitiram-me formular algumas questões de partida para este projeto artístico:

- Como posicionar-me sobre os conceitos de gênero, mulher e espaço público?
- Como utilizar meus *lugares de fala* para enriquecer o debate sobre a presença da mulher no espaço público?

Estas duas questões prévias geraram a questão principal que este estudo procura responder:

- Como é que as questões de gênero determinam a construção e o uso dos espaços públicos do ponto de vista das mulheres?

E mais especificamente:

- Como é que a percepção de liberdade de uma mulher brasileira é afetada pela presente cultura colonial portuguesa, e seu passado colonial?

Evidenciar o meu *lugar de fala* permite reconhecer o coletivo a qual pertenço e os privilégios sociais que vivencio. As inquietações perante tais privilégios e discriminações concomitantemente vividos, são responsáveis pela minha prática artística e pelo projeto *quandoeu grito quem me ouve.art* iniciado no âmbito deste mestrado. Agora que partilhei e clarifiquei os meus *lugares de fala*, o segundo passo é estabelecer os meus *lugares de escuta*.

Para além de criar um *website* que ajudasse a dar voz às minhas ideias e à minha experiência do quotidiano, cresceu o desejo em mim de também me posicionar em lugares de escuta, para além do meu *lugar de fala*. Um espaço mais autónomo e livre onde pudesse tornar visível aspectos mais individuais sobre experiências sociais, partilhar visões sobre o uso das cidades, a mobilidade e seus impactos nas vidas das mulheres. Pretendia assim testar e verificar se as experiências individuais e subjetivas eram fatores individualizados e segregados das questões “universais” e abrangentes que vinha estudando. Sendo este *website* uma das quatro práticas artísticas que fui desenvolvendo nesta pesquisa, é nele que consigo alcançar essas duas condições em simultâneo.

Inspirei-me nos conceitos de *net.art* e *ciberfeminismo*, para organizar um espaço online que permite uma interação de ideias e trabalho colaborativo. O termo *net.art* ou *internet art*^{12,13} descreve o trabalho feito na década de 1990 até o início dos anos 2000 que usa a Internet

¹² Net.Art. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Net.art> . Acesso em: 10 julho de 2022.

¹³ Net.Art. In: ARTSY. Disponível em: <https://www.artsy.net/gene/net-art> . Acesso em: 10 agosto de 2022.

como meio principal. Com a popularização da navegação na *web* na década de 1990, alguns artistas começaram a contornar os modos tradicionais de exibição em ambientes institucionais de arte, criando experiências de visualização interativas e interconectadas.

Trata-se de um movimento global de arte contemporânea a qual é produzida “para” e “pela” internet. Depois que a rede mundial de computadores deixou de ser de uso exclusivo dos cientistas e dos militares, alguns artistas tornaram-se seus primeiros participantes.

Uma das principais características estéticas dos trabalhos dos *net artists* envolvem a interatividade, por meio da qual o usuário é capaz, em alguns casos, de modificar o conteúdo do que está sendo acessado, em tempo real, de modo a transformar o evento em função de sua participação. Assim, a criação de um trabalho de arte para a internet, parte do princípio de estabelecer-se relações com a sensibilidade do internauta, tornando a navegação, uma experiência insólita, cômica, labiríntica, estética etc.

É difícil definir inteiramente os limites da *net art*, no entanto a identidade dos *net.artists* é definida tanto por seus trabalhos digitais, quanto por seu envolvimento crítico na comunidade digital. Constatamos que vários os artistas envolvidos em experimentos de *net.art* estão associados à ideia de responsabilidade social, cujos trabalhos digitais questionam as hierarquias de poder e o capitalismo.

Suspeito que em poucos anos, provavelmente a versão atual do *website quandoeugritoquemmeouve.art* (versão I de 2022) não vai mais existir. Entendo como natural sua dissolução no correr do tempo e no amadurecimento das ideias de base da sua fundação. Entretanto, pretendo garantir que este espaço *online* seja um espaço de resistência e empatia para a visibilidade, conhecimento, reconhecimentos e luta das mulheres, tendo como pano de fundo a disseminação de conhecimento e ampliação das zonas de debates, sendo um local genuinamente de manifestos e experimentações. Assim como, entendo que pela liquidez da ideia do *online* e da *nuvem*¹⁴, essas informações e debates que disponibilizo através do *website quandoeugritoquemmeouve.art* são passíveis de ficar inacessíveis repentinamente ou

¹⁴ Entende-se como “informática em nuvens” (em inglês: *cloud computing*) os dados que são distribuídos em uma nuvem de máquinas, formada por milhares de computadores dos gigantes da Web. Como as informações estão copiadas várias vezes na “nuvem”, é possível evitar os congestionamentos informáticos. Graças à *cloud computing*, cada pessoa dispõe de uma capacidade de processamento muito superior à de sua própria máquina (computador, smartphones, etc), até mesmo às de empresas e instituições. Disponível através de <https://diplomatique.org.br/a-nuvem-da-informacao/> Acessado em 19 agosto de 2022.

ao serem atualizadas, modificar drasticamente sua versão inicial, sendo assim, a versão I (online) de 2022 de *quandoeugritoquemmeouve.art* também existe como uma componente física, com a publicação Quando Eu Grito, Quem Me Ouve? - Versão I (ver anexo 1).

A internet é, desde a década de 1990, objeto de experimentação dos *net artists*, que se concentraram em encontrar novas maneiras de experimentar o espaço virtual. Artistas e coletivos notáveis associados a este movimento incluem: Natalie Bookchin, Heath Bunting, Jodi (*jodi.org*), Olia Lialina, Eva e Franco Mattes (*0100101110101101.org*), Evan Roth, Alexei Shulgin e *ubermorgen.com*. Muitas obras seminais de arte na rede foram arquivadas e preservadas digitalmente no Rhizome ArtBase, um banco de dados para arte de novas mídias fundado em 1999. Esses artistas foram construindo comunidades de arte digital por meio de uma prática ativa de hospedagem e curadoria de arte na *web*. Dentre essas abordagens, destaco o trabalho das Ciberfeministas.

Segundo Claire L. Evans, em seu artigo *We are the future cunt: CyberFeminism in the 90* (2014) para a revista digital *Vice*, as ciberfeministas eram “pensadoras tecno-utópicas que viam a tecnologia como uma forma de dissolver as divisões de sexo e gênero”. Evans destaca que era claro para as ciberfeministas que o mundo digital e as culturas dele emergentes, continham tantas dinâmicas de poder de gênero quanto o mundo real, no entanto, as ciberfeministas acreditavam na internet como ferramenta de libertação feminista. Para elas, o ciberespaço era um mundo alternativo pronto para experimentação criativa. Evans apresenta uma entrevista bem humorada com quatro mulheres australianas – Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt – que fizeram arte feminista “engraçada e cruel” sob o nome de VNS Matrix. Este coletivo trabalhou em uma grande quantidade de mídia: jogos de computador, instalações de vídeo, eventos, textos e outdoors. No icônico “Manifesto Ciberfeminista do Século XXI”, elas se chamaram de “vírus da desordem do novo mundo”, e “exterminadoras dos códigos morais”.



Figura 5- *VNS MATRIX* - The Cyberfeminist Manifesto for the 21st Century, 1991

Por último, friso o coletivo norte-americano Guerrilla Girls, que desde de 1984 até os dias de hoje, tem trabalhado para expor a discriminação sexual e racial no mundo da arte, atuando com intervenções politizadas, a partir da produção de cartazes, auto-colantes/ adesivos, livros, realização de exposições, entre outros. O coletivo realiza também apresentações artísticas e workshops em escolas, em museus e em organizações afins. Destaco um de seus trabalhos, que integra uma série de trinta posters publicados intitulada *Guerrilla Girls Talk Back* (1985–1990). Dentre eles o poster “*You're seeing less than half of the picture*” (1989)¹⁵, ressalta como a visão mais comum e aceita do sistema de arte é na verdade uma visão parcial e incompleta das artistas mulheres e artistas racializadas, invisibilizadas e excluídas do sistema de arte da altura. O projeto dos pôsteres “apontava o dedo” aos líderes de museus, *marchands*, curadores, críticos e artistas que o coletivo considerava ativamente responsáveis e cúmplices da exclusão do trabalho de mulheres e de artistas não-brancas em iniciativas de instituições culturais de diferentes índoles, mas dirigia-se ao público em geral. As Guerrilla Girls se apropriaram da linguagem visual da publicidade para transmitir suas mensagens de forma rápida e acessível com o intuito principal de assinalar este desequilíbrio enviesado da realidade

¹⁵ Tradução direta: “*Você está vendo menos da metade da imagem*”



Figura 6 - Guerrilla Girls. "You're Seeing Less Than Half The Picture" (1989)

Estas várias referências inspiraram este meu projeto artístico. Interessou-me, em particular, neste fenômeno, as Ciberfeministas, que viram o mundo virtual como uma oportunidade para abandonar as condições sociais sexistas do mundo físico e propunham reconstruir relações sociais equitativas no ciberespaço, ou seja, no espaço virtual, condições essas que eu pretendia abordar com a elaboração do *quandoeugritoquemmeouve.art*. Assim como, o legado do uso da linguagem visual publicitária e do humor, nas denúncias sexistas e raciais pretendidas pelo coletivo Guerrilla Girls, inspirou-me a apropriar-se dessas estratégias para contornar os perigos atuais da linguagem visual do *online* associadas aos inúmeros conteúdos rasos na internet. Dessa forma, busquei com o projeto do *website* *quandoeugritoquemmeouve.art* estabelecer linguagens visuais e formas de comunicação acessíveis, humoradas, auto-reflexivas. Com a finalidade de alcançar mais pessoas e expor assuntos complexos que são popularmente mistificados, como a situação das mulheres no mundo e feminismos, mas principalmente tratar da estruturação da presença do feminino no espaço público e a invisibilidade das mulheres em diversos campos, dentre eles a academia, o planejamento urbano, arquitetura, arte e a política.

Quadro Conceptual

Deste modo, a elaboração desta pesquisa procurou desenvolver um estudo interdisciplinar, a incidir sobre as reflexões e os estudos de especialistas mulheres, e assim analisar as suas compreensões e contribuições para o tema geral do meu trabalho, “mulheres e espaços públicos”. Localizo o campo empírico da minha pesquisa em cinco áreas principais: “Mulheres Imigrantes Brasileiras”; “Espaço Público e Gênero”; “Feminismo e Situação das Mulheres”; “Mobilidade Feminina”; “Ciberfeminismo”. Busquei nesses cinco campos compreender os possíveis contextos inter-comunicantes e estabelecer os caminhos que a pesquisa afluiria.



Figura 7 - Quadro conceitual da pesquisa.

Metodologia

Para responder às perguntas de investigação que formulei, aprofundi-me numa revisão da literatura exclusivamente de autoras em áreas variadas, mas inter relacionadas, tais como arquitetura, urbanismo, literatura, sociologia, antropologia, filosofia, história, geografia, arte e design, e criei um projeto artístico, com uma componente física e online, que me permitiu aprofundar sobre o tema em estudo. Busquei respostas às perguntas que formulei com uma revisão de literatura abrangente, interdisciplinar e que se constituiu somente de autoras mulheres. Desta forma pude ao mesmo tempo buscar por respostas, agregar saberes produzidos por mulheres e aprender a melhor posicionar-me contra a invisibilidade das mulheres na academia, nas citações e referências, nos livros, nas revistas, nas salas de aula, tal como nas ruas, e na falta de reconhecimento dos seus contributos para o progresso da sociedade.

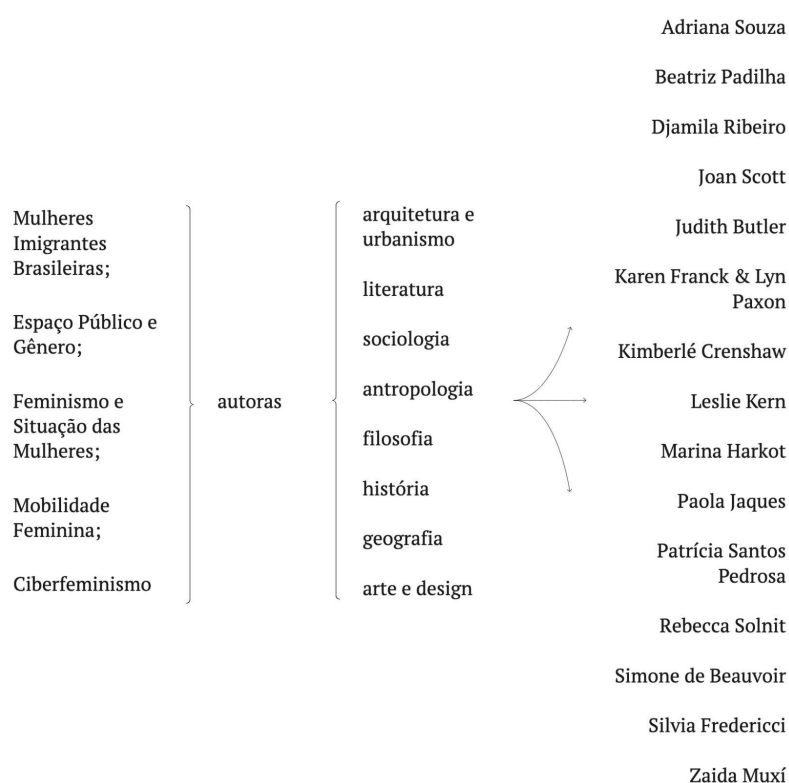


Figura 8 – Diagrama desenvolvido para o aprofundamento da revisão da literatura.

Criei o *quandoeugritoquemmeouve.art* como forma de abrigar todos os projetos artísticos que realizei durante a pandemia e que refletem sobre a presença do meu corpo no espaço público. Realizei uma série de vídeos documentais, caminhei pela cidade, fotografei-me com o meu filho recém-nascido, e desenvolvi trabalhos artísticos em torno da atuação dos corpos femininos de imigrantes brasileiras nos espaços públicos de Lisboa. Analisei o processo atual de imigração atual em Portugal, acessei alguns debates sobre as questões decoloniais, para depois poder analisar o imaginário da “mulher brasileira” em Portugal e suas correlações com as questões de gênero e espaços públicos.

Ao elaborar propostas que buscam validar as informações teóricas a partir de experiências práticas individuais e reais, propõe-se aqui, a partir do caminhar, modos de exploração espacial, experiências desses corpos e suas atuações cívicas. Com o aprofundamento do trabalho, a natureza deste espaço *online* também foi mudando. Para além de reunir o meu trabalho artístico, e se constituir como o meu *lugar de fala*, transformou-se também num *lugar de escuta*. Para isso, para permitir essa interação com os visitantes, elaborei uma série de conteúdos que de forma sumária e sedutora comunicam as minhas ideias e o meu trabalho sobre a presença das mulheres em espaços públicos, construí uma plataforma *online* para comunicar com outras mulheres e produzi guias de práticas performativas que incentivam a uma reflexão e troca de ideias.

A metodologia que utilizei neste trabalho tem algumas limitações. Adotei uma metodologia que é ao mesmo tempo um ensaio e uma verificação. Isto é, por um lado interessou-me perceber que formas assumiria um trabalho que integra apenas o trabalho de autoras e artistas mulheres e onde é que isso me levaria. Por outro, esta experiência foi realizada de forma a perceber se seria possível excluir especialistas e artistas homens de uma pesquisa sobre estes temas. Inverti o processo de apagamento que as mulheres sofrem desde séculos, que vai desde o silenciamento, à invisibilidade e alienação de seus contributos na história. Portanto, utilizei a metodologia de uma produção acadêmica, como um ativismo contra a invisibilidade que nos é dada e proponho trazer estes discursos para o cotidiano através das práticas artísticas que realizei.

Estrutura do Documento

Este relatório, está estruturado do seguinte modo: introdução, três capítulos principais, considerações finais e anexos. Os três capítulos principais são:

O 1º Capítulo intitulado **Mulheres nos Espaços Públicos** elabora a ideia de que a construção dos espaços está invariavelmente conectada aos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres nas construções de gêneros. Evidenciando que tanto a “naturalização” do trabalho do cuidado direcionado às mulheres, quanto a sua “naturalização” aos espaços interiores, validam a construção do sentimento de não pertença aos espaços públicos.

Os impactos que vemos mais notórios nessas concepções são as restrições das mobilidades femininas. Este capítulo propõe-se, portanto, olhar para as relações subjetivas em torno dos limites de interior-exterior; privado-público; casa-cidade; homem-mulher, evidenciando as noções de público e privado como um sistema de atuação social inseparável.

O 2º Capítulo **Corpos Além-Fronteiras: Poder em Trânsito** A mobilidade é vista desde aspectos pontuais a aspectos mais abrangentes como a imigração, questiono o que leva as mulheres à imigrarem, quais os impactos dessa migração nos países de destino, e quais as relações que essas imigrantes estabelecem com os espaços públicos e com a sociedade que agora fazem parte. Proponho, portanto, uma reflexão sobre a imigração no Brasil e a emigração em Portugal de mulheres Brasileiras.

O 3º Capítulo **QUANDO EU GRITO QUEM ME OUVI** .ART descreve a componente prática, sendo esta constituída pelas as práticas artísticas propostas, tais como, performance, fotografia, vídeo, desenho-ilustração, *net art* evidenciando suas principais fundamentações, os objetivos buscados e os objetivos alcançados.

Conclusões: Elabora as considerações finais da pesquisa, reflete sobre a investigação teórica-prática realizada, e põe em evidência de forma sumária os temas aqui levantados.

Os **anexos** incluem documentação relativa ao lançamento e divulgação do *website*; guia das entrevistas que realizei no trabalho artístico “Corpos em Trânsito”(2021); a versão 1 de

quandoeugritoquemmeouve.art (2022), e por último, os “Guias de Práticas Performativas” (2022).

CAPÍTULO 1 - MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Este capítulo reúne reflexões sobre algumas das relações subjetivas em torno dos limites de interior-exterior; privado-público; casa-cidade; homem-mulher. Pretende evidenciar as noções de público e privado como um sistema de atuação social inseparável. A “naturalização” do trabalho do cuidado direcionado às mulheres e a sua relação “natural” com os espaços interiores validam a construção do sentimento de não pertença aos espaços públicos e os impactos que vejo como mais notórios nessas concepções são as restrições das mobilidades femininas.

1.1 Da Casa para a Cidade: Uma Breve Introdução à Construção Social e Espacial do Feminino

Uma vez construídas, nossas cidades continuam a moldar e a influenciar as relações sociais, o poder e a desigualdade. Entendo que a esfera cultural da formulação dos gêneros é crucial para as relações de poder políticos, sociais, econômicos, e que tais relações acabam por condicionar aqueles que vivenciam as cidades e seus espaços constituintes. Esse entendimento evidencia como as organizações espaciais e físicas estão atreladas e são indissociáveis de uma compreensão da construção de espaços públicos e privados.

Zaida Muxí, no seu livro “Mujeres Casas y Ciudades: Más allá del umbral” (2019) trata sobre a contribuição das mulheres para a arquitetura. A autora lança um importante contributo para os estudos de género e espaço, invisibilidade das arquitetas, e as colaborações das mesmas na nossa história. Entretanto, para além dos debates propostos em torno das mulheres arquitetas, a partir de Muxí, direciono meu olhar para as ideias acerca da construção dos espaços e a distribuição dos papéis sociais. Analiso como a autora trata das escalas da casa como imagem da arquitetura e da cidade como imagem do urbanismo. A autora e arquiteta, descreve a casa como o lugar da primeira socialização, o local onde são desenvolvidas as primeiras relações entre gêneros, relações estas que se consolidam quando postas em prática nos espaços públicos. Muxí considera impossível um espaço ser neutro. A maneira como ele se distribui, se conecta e se hierarquiza socialmente, induz diretamente ao desdobramento das relações sociais das pessoas que os

habitam e neles convivem. O gênero é, portanto, uma construção social cultural de papéis historicamente configurados. Também é por isso que lhe são atribuídos, aos gêneros, espaços e prioridades.

Os espaços interiores foram historicamente atribuídos ao gênero feminino e as atividades relacionadas aos mesmos têm sido historicamente consideradas secundárias. São atividades que remetem à higiene, saúde, conforto e cotidiano. São geralmente experiências representadas como de natureza subjetiva, irracional e uma certa irrelevância face aos espaços exteriores. Historicamente o espaço exterior é atribuído ao gênero masculino, e as atividades nele executadas e vividas apresentam-se como prioritárias e as experiências ali vividas, são geralmente formuladas como neutras, objetivas, racionais e universais. Para Martinez, esta organização do espaço é discriminatória e tem suas formalizações na ordem doméstico-privado-feminino e no urbano-público-masculino, são ideias que por mais que tenham sido inventadas por ordens de construção espacial e atuação social complementares e indissociáveis, foram construídas e acabaram por permanecer como antagônicas.

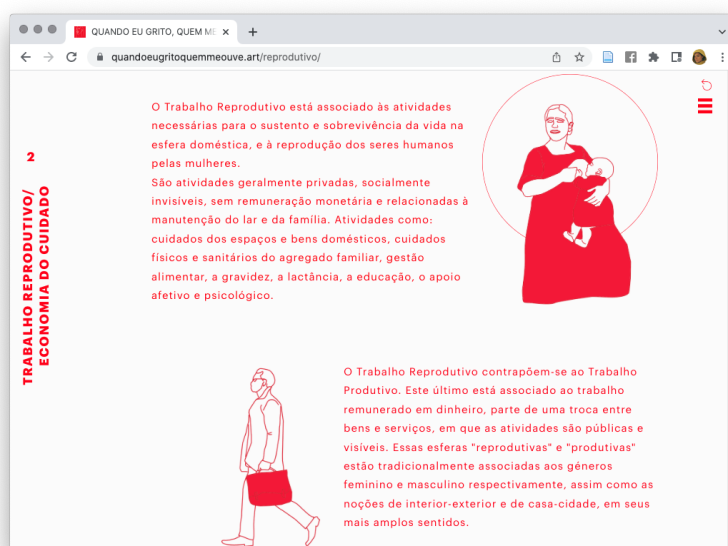


Figura 9 - Captura de ecrã de quandoeugritoquemmeouve.art¹⁶

¹⁶ <https://quandoeugritoquemmeouve.art/trabalhareprodutivo/>

Assim, frente à desigualdade de gêneros perpetuada pela estrutura patriarcal, os papéis sociais atribuídos ao longo da história para mulheres e homens atuam concomitantemente com as construções dos espaços em que ambos habitam. Às mulheres, foram atribuídos os espaços interiores e o trabalho reprodutivo¹⁷, aos homens, os espaços exteriores e o trabalho produtivo. Esta divisão, a invisibilidade do privado e o não reconhecimento da importância do trabalho reprodutivo para o trabalho produtivo, implica, até aos dias de hoje, a “naturalização” do trabalho do cuidado às mulheres e o não pertencimento aos espaços públicos.

Para complicar este processo social e cultural secular, as relações de poder perpetuadas pelas desigualdades entre gêneros, sobretudo nas sociedades capitalistas que mantêm as mulheres nos espaços privados e os homens no mundo “exterior”, são a base para a sobrevivência e manutenção do próprio sistema. Silvia Fredericci, refere no seu artigo “Salários Contra o Trabalho Doméstico” (2019), que num sistema capitalista, todo o trabalhador é explorado e manipulado. Contudo a grande diferença entre “trabalho” e “trabalho doméstico” é que o último tem sido sistematicamente imposto às mulheres. Foi imposto com a agravante de se ter transformado num atributo natural da psique e da personalidade feminina. Vou referi-lo mais uma vez, as definições dos papéis de gênero são construídas e seus lugares (sociais e físicos) sustentam-se com a finalidade da manutenção do funcionamento capitalista. Creio que Fredericci escreve com muita precisão quando diz que “o sistema capitalista tem sido bem-sucedido em esconder o trabalho das mulheres, pois nega um salário para o trabalho doméstico e transforma-o em um ato de amor. Resolve, por assim dizer, dois problemas ao mesmo tempo: tem uma enorme quantia de trabalho de graça (não remunerado) e assegura que as mulheres acabam por procurar este tipo de trabalho como se fosse a melhor coisa da vida. Assim, o sistema capitalista disciplina o homem trabalhador a tornar uma mulher dependente de seu trabalho (e de seu salário), também aprisionando-o a essa condição, dando-lhe uma “criada” depois dele próprio ter sido bastante explorado na fábrica ou no escritório” (FREDERICCI, 2019, p.42)

¹⁷ Entende-se por *trabalho produtivo* aquele em que as atividades desenvolvidas são públicas, visíveis e pelas quais se recebe uma remuneração em dinheiro. E por *trabalho reprodutivo*, aquelas atividades privadas, invisíveis socialmente e sem remuneração monetária e relacionadas ao cuidado e manutenção do lar e das pessoas.

Perpetua-se assim a invisibilidade dos papéis associados às mulheres. Pois para além de garantir o funcionamento desse sistema, em geral afasta as mulheres de outro tipo de contribuições notáveis para a sociedade. E perpetua a figura masculina e suas relações de poder como dominantes e naturais. As análises feitas por esta filósofa e ativista sobre as questões das mulheres nos ajudam a entender melhor a percepção sobre o trabalho doméstico (e consequentemente o confinamento à casa e o não pertencimento ao espaço público) como um fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo. Sem o trabalho reprodutivo, o trabalho produtivo não existe. E, como veremos adiante, manter sua invisibilidade é parte fundamental para a sobrevivência das relações de poder entre os gêneros.

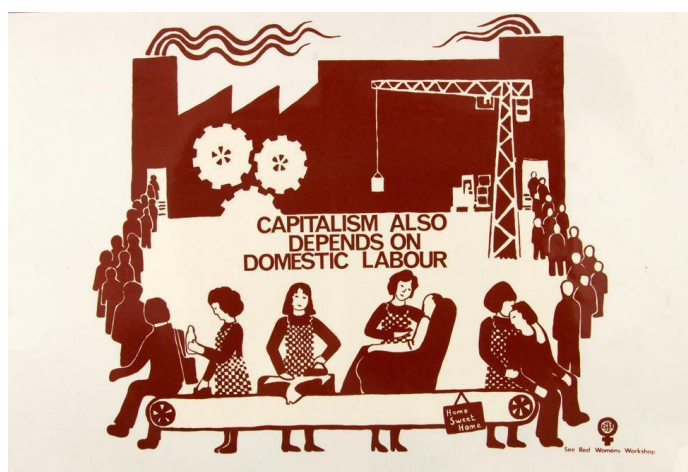


*Figura 10 - Feminist silk screen poster collective, London 1974 -1990 -
See Red Women's.*

Muxí (2019) também ajuda a providenciar uma perspectiva das relações subjetivas em torno da casa e da cidade. Para a autora, os limites interior-exterior, privado-público e homem-mulher aparecem aliadas à história da arquitetura e do desenho das cidades. No passado, apesar de já existirem moral e filosoficamente limites, estes não tinham uma consolidação tão clara dos espaços atribuídos. Segundo Muxí, a divisão espacial presente nas culturas gregas e romanas, desaparece na Idade Média, e a representação do interior habitado como aparece nas pinturas holandesas do século XVII, foi um passo fundamental para a construção e confirmação dos papéis sociais e correspondentes espaços em que se

desenvolvem. Conforme a autora descreve, o espaço não é neutro e, portanto, a forma como é dividido, articulado e hierarquizado influencia diretamente o desenvolvimento das relações e das pessoas que o habitam (MUXÍ, 2019). Por isso, ressalta que a aparição da representação da figura feminina nos trabalhos domésticos, como o início do mito da domesticidade feminina. A mulher “domesticada”, começa assim a ilustrar os espaços interiores de uma sociedade moderna como um reflexo da transformação de um mundo que veio a ser vivido no, que a autora chamada, caos medieval.

Resumindo, da mesma maneira que Frederici (2019) discorre acerca do capitalismo que mantém homens e mulheres presos num sistema promovido como natural, Muxí (2018) reflete a partir das relações sociais e da construção dos espaços físicos, sobre como que a mulher torna-se prisioneira dos espaços que ela própria tem a obrigação de cuidar e regenerar. E mesmo que as mulheres trabalhem na esfera produtiva, o lar continua sendo sua extensão natural e da sua responsabilidade.

1.2 As Mulheres nas Cidades: O Feminino nos Espaços Públicos Urbanos

Procurar compreender como é que a percepção da liberdade é construída por uma mulher no espaço público, trouxe-me até sintetização de alguns dos fatores que atuam explicitamente no afastamento das mulheres do espaço público. Esses fatores revelam tanto problemas específicos da estruturação da presença do feminino no espaço público - ao buscar evidenciar a dinâmica que resulta no impedimento ou na dificuldade da presença desses corpos nos espaços, e simultaneamente, nas esferas públicas¹⁸ - assim como a dicotomia do público *versus* privado como um sistema de atuação social inseparável.

As cidades e zonas centrais oferecem muitas vantagens em relação às periferias e aos subúrbios para seus habitantes e as mulheres de forma geral. Mas as cidades não foram, e não são concebidas para facilitar a dupla jornada de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres, assim como não são pensadas para atender a necessidade de deslocamento e mobilidade na perspectiva do feminino.

¹⁸ Entende-se aqui por esfera pública a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados. Tal processo culmina na formação da opinião pública que, por sua vez, age como uma força oriunda da sociedade civil em direção aos governos no sentido de pressioná-los de acordo com seus anseios.

Em Lisboa, por exemplo, eu vivencio e constato a dificuldade de locomoção pela cidade, em parte pela sua topografia acidentada, agravada pela falta de acessibilidade de uma forma geral, e em parte pelo, não tão discreto, assédio dirigido às mulheres em espaços públicos.

Em relação à mobilidade destaco que as zonas da cidade que possuem um traçado urbano histórico, com vielas apertadas, ausência de passeios/calçadas, refletem pouca ou nenhuma acessibilidade para aqueles que possuem mobilidade reduzida, que estão com crianças pequenas em carrinhos de bebês ou crianças de colo, pessoas idosas, pessoas envolvidas em atividades relacionadas às tarefas domésticas e gerenciamento de residências, como transportar as compras. Mesmo nas zonas mais recentes da cidade, na Alta de Lisboa por exemplo, onde a topografia ajudou na implantação recente de ciclofaixas, e que possui em alguns trechos de desenho urbano que respeita a convivência dos pedestres, bicicletas, autocarros e automóveis, ainda é possível identificar problemas de mobilidade no acesso à cidade, principalmente quando no acesso às estações de metrô. Atualmente, das 56 estações, apenas 43 possuem acessibilidade garantida¹⁹, como podemos observar na figura 11, o diagrama da acessibilidade do metrô de Lisboa e comparar com a figura 12 o diagrama da rede²⁰ em sua totalidade.

¹⁹ Disponível a partir de: <https://www.metrolisboa.pt/2022/06/01/plena-acessibilidade-na-cidade-universitaria/> Acessado em julho de 2022

²⁰ Disponíveis a partir de: <https://www.metrolisboa.pt/viajar/mapas-e-diagramas/>, Acessado em julho de 2022



Na cidade de São Paulo, as dificuldades são tão variadas como inesgotáveis. Caminhar em São Paulo quando não é a única alternativa, é um privilégio. A rua é um lugar perigoso, de vulnerabilidade. O abismo social existente nesta cidade, torna a vida nos espaços públicos

um local de conflitos, uma vez que muitos não têm nada e poucos têm muito. Creio que locomover-se em São Paulo esbarra menos na topografia da cidade e na acessibilidade dos transportes (que evidentemente são problemas graves e que afetam milhares de pessoas), mas mais nas condições de mobilidade das mulheres. Sair de casa é um acontecimento na vida de uma mulher. Isto é, o planejamento em volta do “sair de casa” é extenso apesar de estar intrínseco na rotina, pois envolve várias precauções. A maior parte delas incide sobre o meio de deslocamento, o horário e o destino.

Não é possível generalizar São Paulo, como nenhuma outra cidade evidentemente, mas eu me arrisco a apontar a mobilidade associada ao medo do crime, o assédio e a violência como os fatores que tornam a vida das mulheres nesta cidade e nas suas periferias quase impossível de se viver de maneira digna. Segundo o levantamento da Secretaria de Segurança Pública (2016)²¹, uma mulher é estuprada em locais públicos a cada 11 horas. Este documento também mostra que em um semestre no ano de 2017 foram registrados 288 casos de abusos sexuais nos transportes, um aumento de 20% dos casos em comparação ao ano anterior. Mesmo em análises mensais mais recentes, podemos verificar, na fig. 12 que os números relativos a atos de violência contra a mulher, como Homicídio, Feminicídio, Maus Tratos, Ameaça, Estupro, no Estado de São Paulo são alarmantes²².

²¹ Disponível em Globo News:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/uma-mulher-e-estuprada-em-local-publico-a-cada-11-horas-em-sp-diz-levantamento.ghtml>. Acessado em julho de 2022

²² Disponível a partir de: <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/ViolenciaMulher.aspx>. Acessado em julho de 2022

Violência Contra as Mulheres

(Lei nº 14.545 de 14 de setembro de 2011)

Ocorrências Registradas no mês: Maio de 2022

	Capital	Demacro	Interior	Total
HOMICÍDIO DOLOSO (exclui FEMINICÍDIO)	5	8	8	21
FEMINICÍDIO	2	3	7	12
HOMICÍDIO DOLOSO - TOTAL	7	11	15	33
HOMICÍDIO CULPOSO	0	1	0	1
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	3	2	15	20
LESÃO CORPORAL DOLOSA	819	730	2341	3890
MAUS TRATOS	1	3	26	30
CALÚNIA - DIFAMAÇÃO - INJÚRIA	280	197	673	1150
CONSTRANGIMENTO ILEGAL	0	2	27	29
AMEAÇA	776	665	3393	4834
INVASÃO DE DOMICÍLIO	2	8	31	41
DANO	16	20	59	95
ESTUPRO CONSUMADO	55	57	115	227
ESTUPRO TENTADO	11	11	20	42
ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONSUMADO	153	150	513	816
ESTUPRO DE VULNERÁVEL TENTADO	0	8	17	25
OUTROS C/C/ DIGNIDADE SEXUAL	23	10	25	58

Fonte: B.E.E. (Boletim Estatístico Eletrônico)

Figura 13 - Ocorrências registradas no mês de Maio de 2022 no Estado de São Paulo

Em São Paulo, existem tanto mulheres, financeira e socialmente privilegiadas, a fazer viagens diárias em seus carros blindados, como mulheres com muito menos acesso financeiro que fazem trajetos de 2 horas de comboio, da periferia para o centro e vice-versa. Apesar do abismo entre esses dois mundos, e dos privilégios e oportunidades que as separam, o medo e o assédio permeiam e condicionam as suas experiências na cidade.

Apesar de Portugal apresentar dados significativamente melhores, no quesito violência em comparação com o Brasil, continua a ser um país onde a violência de gênero é atuante e preocupante. Segundo o relatório de 2021 da Associação de Apoio à Vítima (APAV), as mulheres representam a categoria que mais sofre com violência, com uma média de 175 ocorrências por semana e 25 por dia. O perfil geral das vítimas é caracterizado por um universo de 78% de pessoas do sexo feminino, com uma média de 40 anos, um grau de educação variado, dividido entre ensino superior, ensino secundário e 3º ciclo. Já na relação com autor(a) do crime, o cônjuge é apresentado em maior número como o agressor, seguido de companheiro/a, pai/mãe, ex-companheiro/a.

Os dados sobre violência contra as mulheres em Portugal estão geralmente relacionados com violência doméstica. Segundo o Boletim Estatístico de Violência de Gênero²³, da Comissão Para a Cidadania e Para a Igualdade de Gênero, em 2019, deu-se um aumento no número de ocorrências registradas por violência doméstica, como podemos ver nas figuras 13 e 14. A violência doméstica atinge, de forma desproporcional as mulheres, enquadrando-se como violência de gênero.

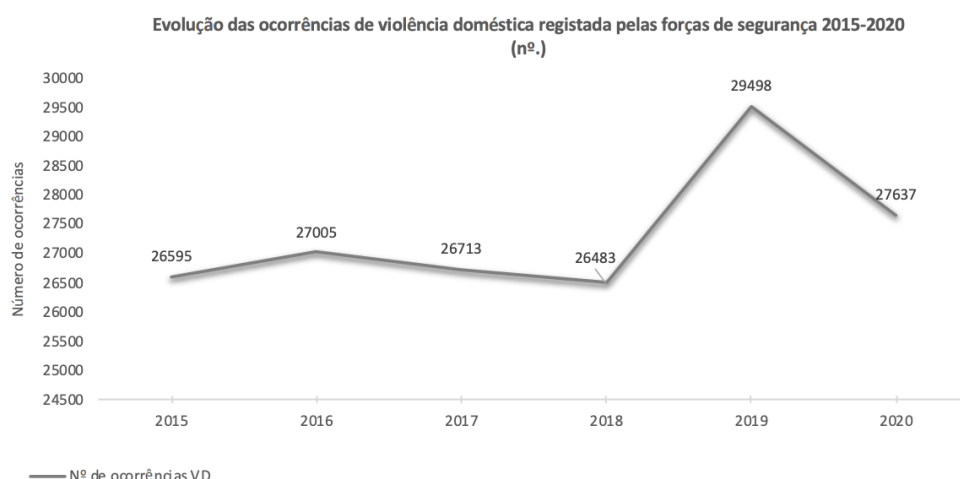


Figura 14 - Evolução das ocorrências de violência doméstica registadas pelas forças de segurança, 2015-2020 (n.º)

Perfil das vítimas e denunciados/as segundo o sexo 2020	Total HM (n.º)	Homens		Mulheres	
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Vítimas	36 165	9 050	25,0	27 115	75,0
Denunciados/as	34 026	27 691	81,4	6 335	18,6

Tabela 1 - Perfil das vítimas e denunciados/as segundo o sexo 2020 (n.º e %)¹

Figura 15 - Perfil das vítimas e denunciados/as segundo o sexo 2020 (n.º e %)

Conforme Patrícia Pedrosa, na entrevista à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, “Cidades e Direitos das Mulheres”²⁴ (2021), as primeiras lembranças e

²³Boletim Estatístico de Violência de Gênero, disponível a partir de:

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/8_Violencia-de-genero.pdf Acessado em 20 julho de 2022

²⁴Patrícia Pedrosa, “Cidades e Direitos das Mulheres. Entrevista com Patrícia Pedrosa” entrevista à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, dezembro de 2021, vídeo, 36:28. Disponível através de:

experiências de assédios que as mulheres e raparigas/meninas sofreram e sofrem, foram e são nos contextos urbanos. Assim, as experiências de “corpo” da mulher na cidade, é geralmente uma experiência traumática, dura. Dificilmente se encontra uma mulher que nunca sofreu alguma violência ou assédio em espaços urbanos. Assim como afirma Pedrosa, é evidente que estas questões são relativas à sociedade que estamos inseridos, mas também são relativas às cidades que vivenciamos. Pois, uma vez que estas cidades não são pensadas, desenhadas e construídas através das diversidades das experiências dos diversos corpos, sobre os territórios e os espaços, o que vemos é um déficit, ou uma total ausência de reflexão nestes espaços em relação à nossa existência (mulheres). Pedrosa afirma também que, apesar do que diz a constituição portuguesa (e brasileira), com nossos direitos colocados em cheque a partir das violências que nos são dirigidas nos espaços públicos, acabamos por não ter direito ao uso livre da cidade. E a mensagem que nos está a chegar, é que não pertencemos ali, somos estranhas, indesejáveis.

1.2.1 Questões de Gênero e Espaço Público

Karen A. Franck e Lynn Paxson em seu artigo *Women and urban public space: Research, design and policy issues* (1989) partilham contextos importantes na clarificação sobre os principais fatores que impedem ou dificultam a presença das mulheres nos espaços públicos. Interessou-me analisar os assuntos abordados a três décadas atrás e constatar que as questões trazidas pelas autoras continuam a ser extremamente atuais e se encaixam nas mais variadas sociedades ocidentais, como Brasil e Portugal. Frank e Paxson (1989), arquitetas e especialistas em psicologia ambiental e comportamento humano, defendem que o uso do espaço público pelas mulheres deve ser visto no contexto mais amplo de sua socialização inicial, das suas atividades diárias, das suas responsabilidades sociais e suas experiências nos espaços públicos. Destacam que alguns desses fatores são decisivos para o afastamento das mulheres dos espaços públicos e expõem que a construção do sentimento de não-pertencimento, dentre eles, destaco os seguintes aspectos:

- Trabalho Reprodutivo
- Socialização na infância

<https://plataformamulheres.org.pt/cidades-e-direitos-das-mulheres-entrevista-com-patricia-pedrosa/> Acessado em 20 agosto 2022.

- Medo do Crime e Assédio
- Ausência do Ócio
- Padrões de Mobilidade Feminino

Discorro a partir do meu contexto atual estes aspetos identificados por Frank e Paxon e verto-os nas minhas práticas artísticas desenvolvidas em paralelo. Para além desses aspectos, acrescentei a “Questões de Gênero e Espaço Público” como ponto de partida para o entendimento da importância de se analisar o impacto que tais questões têm no uso e leitura de tais espaços, como explico de seguida. Creio ser de extrema importância produzir debates com a perspectiva de gênero, para assim evidenciar como tais panoramas se refletem nos usos e relações das mulheres com os espaços públicos. Também considero que devo dar evidências de que falar sobre gênero é fundamental e afeta a todos, e não apenas a categoria "mulher". Entendo que a compreensão sobre conceitos de gênero é ampla e deve ser trabalhada em ramos interdisciplinares e esclarecer tais questões nos auxilia a interpretar a dimensão e a importância desse debate, na perspectiva da liberdade dos corpos femininos nos espaços públicos. Como vimos anteriormente, Joan Scott (1995) nos evidencia que gênero é uma palavra usada para designar relações sociais entre os sexos, que de forma geral são relativas à construções culturais de uma determinada sociedade, como por exemplo, ideias sobre os papéis “adequados” aos homens e às mulheres.

Scott, complementa o legado de outra mulher, cujo trabalho e ação cívica foi fundamental para a percepção destas construções sociais, Simone Beauvoir (1908-1986). Para de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase integra o seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, onde questiona a ideia de que ser-se homem é uma experiência universal, mas que ser-se uma mulher é uma construção social. Para além do determinismo biológico do sexo com que nascemos (feminino/masculino e em alguns casos mais raros com os dois), tornar-se uma mulher ou um homem faz parte de uma construção social, histórica e cultural de uma sociedade num determinado momento. Creio por isso importante refletir sobre as questões das mulheres, do seu ponto de vista. Um ponto de vista frequentemente alienado e invisibilizado.

1.2.2 Trabalho Reprodutivo

Tradicionalmente as mulheres são responsáveis por cuidar e por isso tornam-se porta-vozes daqueles que cuidam. O Trabalho Reprodutivo está associado tanto às atividades necessárias para o sustento e sobrevivência da vida na esfera doméstica, quanto para a reprodução da raça humana pelas mulheres. São atividades privadas, invisíveis socialmente, sem remuneração monetária e relacionadas ao cuidado e à manutenção do lar e das pessoas, como a gravidez, o parto, a lactância, cuidados alimentares, físicos e sanitários, a educação, o apoio afectivo e psicológico, a manutenção dos espaços e bens domésticos. Contrapõem-se com o Trabalho Produtivo que está associado ao trabalho assalariado, dirigido a ganhar bens e serviços, em que as atividades desenvolvidas são públicas, visíveis e pelas quais se recebe uma remuneração em dinheiro. Embora claramente as mulheres também façam parte do mundo do trabalho produtivo, utilizem e estejam nos espaços públicos cada vez mais, grande parte da responsabilidade pelas tarefas domésticas e cuidado infantil são delas.

Mesmo para famílias que terceirizam grande parte do trabalho doméstico, o gerenciamento das funcionárias e das atividades relacionadas à manutenção da casa, do cuidado da família e dos filhos, ficam em sua esmagadora maioria a cargo da mulher. As famílias mais privilegiadas administram essas contradições contando com o trabalho (geralmente mal remunerado) de outras pessoas, mulheres em sua esmagadora maioria. Essas mulheres são as que realizam o trabalho terceirizado de reprodução, quando as famílias não conseguem se virar sozinhas. Também quando o estado não fornece a ajuda necessária a todos, por exemplo, não ao fornecer creches acessíveis a todos e/ou em quantidades suficientes.

Neste ponto, é importante refletir sobre como a disponibilização de creches pelo Estado, ou mesmo sua coparticipação. São as políticas públicas que garantem não só a educação, alimentação e proteção da primeira infância, mas também possibilitam às mulheres - e as famílias - a divisão das suas responsabilidades com os cuidados infantis. Uma vez garantida a divisão dos trabalhos de cuidado com o Estado, promove-se dessa forma, não só mais oportunidades para o ingresso ou reingresso dessas mulheres no mercado de trabalho, mas como exemplo, mais possibilidade de acesso à educação e cultura, em muitos casos o auxílio na divisão dos cuidados com mais de um filho e mais tempo livre resulta na maior possibilidade de usos dos espaços públicos por estas mulheres.

Portanto, garantir a disponibilidade de creches para crianças é uma forma de aumentar a oportunidade das mulheres de desfrutarem dos espaços e esferas públicas, diminuindo algumas de suas responsabilidades e aumentando as possibilidades de terem outras funções/ trabalhos/ ocupações que não somente associadas à reprodução. A solução neste caso, dado o princípio da liberdade igual, não deveria somente ser o apoio financeiro federal à creches, mas também auxílio em dinheiro aos pais para permitir que eles elaborem sua própria solução preferida (FRANK & PAXSON, 1989) ou eventualmente esse auxílio sirva minimamente como remuneração deste trabalho não pago.

Leslie Kern (2020) desenvolve em seu livro *Cidade feminista. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*, a noção do quanto a disponibilidade de mão de obra mal remunerada de outras pessoas (entregadores, babás, empregadas domésticas) é fator crucial para o enriquecimento de outras famílias, deixando claro como a falta de infraestrutura pública para o trabalho de assistência, aprofunda a desigualdade entre mulheres, pois as mulheres participam de várias camadas de exploração para se manterem à tona. Ou seja, para uma mulher participar do mercado de trabalho, acessar estudos, ter participação cívica e política mais ativa, entre outros, suas atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo devem ser executadas por outra(s) pessoa(s), e se de partida as relações entre homens e mulheres de uma mesma família são historicamente desiguais em relação aos cuidados, essa substituição é feita por outra mulher: uma parente ou uma funcionária de trabalhos domésticos e de cuidados com crianças, idosos, familiares que necessitem de assistência contínua. Então quando se afirma que as mulheres participam de várias camadas de exploração para se manterem à tona, é que para uma mulher ser ativa no trabalho produtivo, ela necessita de outra mulher para executar o trabalho reprodutivo relativo à sua casa e sua família (devido ao contexto patriarcal e sexista que estamos inseridos). E essa relação hierárquica que se forma é necessariamente também uma relação de poderes.

Vemos então como esta lógica a que estamos submetidas, funciona como um ciclo de exploração e manutenção das mulheres no trabalho do cuidado, pois essa mesma mulher que trabalha para gerir a casa de outras famílias, precisará de outras mulheres para gerir sua própria casa e sua família na sua ausência. E mesmo que não me aprofunde aqui nas questões raciais envolvidas nessas explorações de mão de obra, não temos como ignorar o

fato que as mulheres que conseguem historicamente sair para trabalhar são mulheres brancas com alguma ascensão financeira, e as mulheres que são historicamente exploradas nos trabalhos de cuidado são mulheres negras, pobres e em vulnerabilidade social e financeira. Estamos, portanto, invariavelmente a funcionar dentro de um sistema capitalista, patriarcal e racista. E, de certa forma, perpetuamos-lo sempre que podemos tirar algum privilégio dele.

A questão aqui em torno do trabalho reprodutivo é seu não reconhecimento como estrutura vital para o funcionamento do próprio trabalho produtivo. O silenciamento e o não reconhecimento da importância condicionante do trabalho reprodutivo para o trabalho produtivo, implica até aos dias de hoje a “naturalização” do trabalho do cuidado às mulheres, assim como a naturalização aos espaços interiores. Também é este aspeto que Silvia Fredericci (2019) evidencia quando diz que devemos reconhecer que quando falamos de trabalho doméstico, não é um trabalho como outro qualquer, mas sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. A autora diz também que a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres, como foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas. E ao ser transformado em um atributo natural ao invés de ser reconhecido como trabalho, é porque ele foi destinado a nunca ser remunerado. Por sua vez, a condição não remunerada desse trabalho é o artifício mais eficaz no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é “trabalho”, impedindo que as mulheres lutem contra ele. E quando lutam, são vistas como mal-amadas e não como trabalhadoras em luta. E por fim, o que “eles chamam de amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado” (FREDERICCI, 2019, p.40-43).

A *Think Olga* é uma organização de inovação social brasileira que trabalha para sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções. A organização coordena o projeto *Laboratório Think Olga de Exercícios de Futuro*, que cria, estrutura e comunica informações acerca do impacto da economia do cuidado na vida das mulheres e na economia do mundo. O seu estudo, de 2020, evidencia números que nos ajudam a entender a dimensão do trabalho de cuidados para a economia mundial. Segundo este, o trabalho não pago das mulheres equivaleria a 10,8 trilhões de dólares, sendo que apenas quatro economias do mundo

—China, Estados Unidos da América, União Europeia e Índia— ficariam acima desse valor (figura 17). Este projeto mostra como o “cuidar” é o maior subsídio à economia.

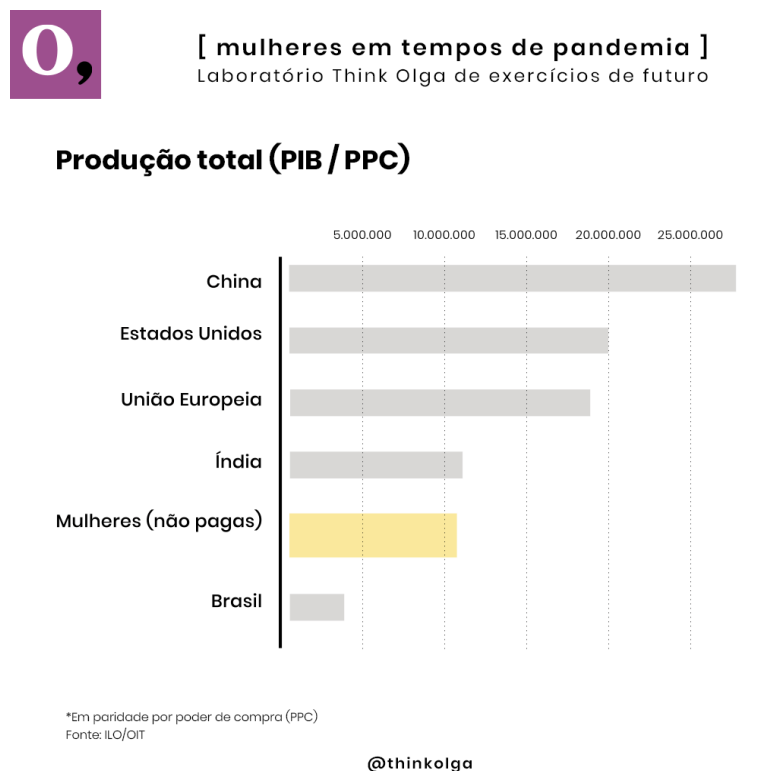


Figura 16 - Gráfico da Produção Total, Think Olga.

O estudo também mostra a importância de visibilizar, redistribuir e remunerar o trabalho de cuidado. Considera que este é um dos principais recursos da economia global atual. Mostra que a invisibilidade desse trabalho, cria condições de vigência da estrutura desigual, e que sem ele, a economia como conhecemos não seria viável. Nos alerta também para o contraste socioeconômico abismal entre homens brancos bilionários e mulheres negras e pobres. Ao ter em conta que a cultura brasileira tem suas bases na no sistema de exploração e escravidão, a maior parte das pessoas que exercem esse trabalho, por exemplo, são mulheres negras, profissionais domésticas e cuidadoras.

Segundo o relatório *Tempo de Cuidar* (2020) produzido pela Oxfam, em 2019, os bilionários do mundo, que somam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Os autores deste documento defendem que tal desigualdade baseia-se em um sistema econômico sexista e falho, que valoriza mais a riqueza de um grupo de poucos privilegiados, na sua maioria homens, do que bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial - o do cuidado não remunerado e mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo. Creio que esta invisibilidade do trabalho de cuidado e por consequência dessas mulheres, interessa ao capitalismo, pois torna-o possível e é a base de mão de obra alimentada, asseada e educada.

A separação de espaços e o desempenho de funções realizadas pelos papéis sociais, a consolidação das ideias em torno do que é público e privado vão se estabelecendo à maneira que construímos, ocupamos e usufruímos das cidades. Portanto, em face à desigualdade de gêneros que é perpetuada principalmente pela estrutura patriarcal e pela estrutura capitalista, os papéis sociais atribuídos ao longo da história para mulheres e homens atuam concomitantemente com as construções dos espaços que ambos habitam.

Quero ressaltar que precisamos evidenciar que a manutenção, exploração e a invisibilidade do trabalho reprodutivo é um ciclo que mantém as mulheres, de uma forma geral, refém de suas próprias casas e afastadas do espaço público, sendo os espaços privados e públicos locais de atuações sociais inseparáveis.

1.2.3 Socialização na Infância

O comportamento das meninas/mulheres tem suas bases concretas desde suas primeiras socializações, pois o comportamento social dos seres humanos tem suas bases na primeira infância e esta fase da vida é crucial para as meninas e meninos desenvolverem o seu sentido de pertença e envolvimento com o ambiente e com os espaços públicos.

A socialização na infância parece-me um ponto muito importante para refletirmos sobre as questões de gênero e a infância, uma vez que neste período da vida das crianças as noções de gênero praticadas pela família, escola e sociedade ajudam a fundamentar as tarefas das meninas e dos meninos, assim como os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres da

sua referência. Nesta etapa do desenvolvimento é quando as crianças aprendem sobre as expectativas, atitudes e os comportamentos sociais associados ao seu gênero. E gênero é a primeira categoria social da qual as crianças se tornam conscientes.

No artigo “*A relação entre as atividades espaciais da infância e as habilidades espaciais na vida adulta*”²⁵ (2012) de Randi A. Doyle, Daniel Voyer e Isabelle D. Cherney, analisa a relação entre as atividades espaciais infantis e as diferenças cognitivas de gênero em adultos. Este estudo tem por base o “Questionário de Atividades Infantis”, realizado por Isabelle Cherney e Daniel Voyer em 2010, que confirma a importância das atividades infantis na promoção de habilidades espaciais na vida adulta. Segundo o artigo, uma evidência das atividades infantis tipificadas por gênero são os corredores de brinquedos para meninos e meninas nos centros comerciais, claramente demarcadas e segregadas.

O artigo sumariza vários estudos realizados com crianças americanas, que mostram que para além dos brinquedos serem tipificados por gênero, os brinquedos masculinos são tipicamente de natureza mais espacial, e os brinquedos femininos são tipicamente mais de natureza doméstica. Os meninos tendem a envolver-se com brinquedos que promovem e incentivam a construção, manipulação, por exemplo, blocos de Lego, aviões modelo, e o movimento através do espaço, por exemplo, carros, motas e caminhões (DOYLE *et al* 2012, p.113). Os autores concluem que um maior envolvimento na infância em atividades com uma componente espacial parece estar relacionado ao aumento das habilidades espaciais na vida adulta, e deixam a advertência de que pode ser aconselhável expor as crianças, desde a sua primeira infância, a atividades relacionadas ao espaço, independentemente do seu sexo.

As meninas, quando comparadas aos meninos, em algumas culturas, são desencorajadas a explorar o meio em que vivem e a praticar atividades físicas expansivas. São, em geral, educadas a ocupar menos espaços físico e social, a sorrir com mais frequência e a cultivar atividades mais solitárias. Em geral os meninos são incentivados a terem atividades em grupo, jogar futebol, correr, andar de bicicleta, a fazer mais esportes, jogos de videogame etc. A associação, e imposição, das meninas / mulheres ao trabalho do cuidado reflete-se nos brinquedos e nas brincadeiras que as crianças têm à sua disposição. Por exemplo, este

²⁵ Título original: *The relation between childhood spatial activities and spatial abilities in adulthood*

fenômeno é igualmente constatável na publicidade de lojas de brinquedos menos “convencionais”, mais seletivos e dispendiosos.



*Figura 17 - Fotografia do brinquedo Motorbike de madeira em SKLUM e fotografia de brinquedo Tábua de Passar a Ferro de madeira em SKLUM*²⁶

Simone de Beauvoir (1967) afirma que a passividade que caracteriza, em sua essência, a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos, mas que é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. Mais especificamente, a autora afirma que “na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro";” e que a "tratam como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade” (BEAUVOIR, 1967, p. 21-22). Tal como Beauvoir penso que “quanto menos [uma mulher] exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito” (ibid.). Também creio, tal como Beauvoir que “se a encorajassem a isso, [uma mulher] poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino” (ibid.).

²⁶ Disponível em

<https://www.skllum.com/pt/comprar-jogos-de-madeira/98913-motorbike-buster-kids-de-madeira.html> Acessado em julho 2022 e em

<https://www.skllum.com/pt/comprar-jogos-de-madeira/79877-carla-kids-madeira-tabua-de-passar.html> Acessado em julho 2022.

Os traços “femininos” são características que as meninas aprendem desde cedo, com os cuidados e atividades que estimulam mais passividade, vaidade e subserviência, tais como, ter e tratar de bebês, brincar de casinha, mini eletrodomésticos, entre outros. Como vimos anteriormente, brincadeiras e brinquedos diferentes dos geralmente proporcionados aos meninos estimulam, em geral, mais a criatividade, o sentido crítico e habilidades motoras. Essas atividades comumente afastam as meninas de atividades físicas, criativas, de esportes, do contacto com a natureza e principalmente da vivência dos espaços públicos.

1.2.4 Medo do Crime e Assédio

O medo do crime é entendido aqui como o fator limitador principal do uso nos espaços públicos pelas mulheres, principalmente devido às agressões sexuais. Onde as mulheres adotam o isolamento ou a tentativa de evitar situações percebidas como perigosas. O medo e a precaução restringem consideravelmente a liberdade das suas atividades, principalmente quando estas não estão associadas ao Trabalho Produtivo e Reprodutivo, refiro-me a atividades de lazer, quotidianas, os locais que visita, andar sozinha, o horário em que se desloca no exterior, entre outras.

Já o assédio, é entendido como o fator mais significativo para a restrição do uso do espaço público. A frequência com que as mulheres são abordadas por homens é assustadora e naturalizada nas relações de poder entre os gêneros. A importunação sexual contínua, independente da gravidade do assédio, atrelada ao medo do crime e creio ser o fator que mais condiciona a liberdade de uma mulher.

O medo do crime não afasta as mulheres das cidades, apesar de ser um dos fatores que molda a sua vida no espaço urbano de maneiras muito específicas. Claro que as experiências nas cidades não podem ser vistas sob uma única perspectiva, nem é possível falarmos de “mulheres” como uma categoria homogênea, sobretudo quando refletimos sobre os desafios enfrentados por mulheres negras e mulheres marginalizadas, onde seus corpos e suas vivências no mundo são constantemente atravessados pelas estruturas interseccionais de raça, gênero, acesso financeiro, por exemplo. Mas conseguimos classificar alguns fatores, como o medo do crime e o assédio, como aspectos que atravessam as mulheres de uma forma geral. Em maior ou menor grau, todas as mulheres são permeadas por estas questões.

A autora Rebecca Solnit (2016) nos evidencia como os termos relacionados à rua para homens e mulheres, como “mulher da rua” ou “mulher pública” têm significados extremamente diferentes do que “homem público” ou “homem da rua”. Rebecca Solnit também nos faz refletir ao evidenciar que quanto menos se anda, mais perigoso qualquer lugar parece e quanto menos pedestres transitam, mais solitário e perigoso esses lugares realmente se tornam, evidenciando o ciclo de medo e assédio que as mulheres possuem com os espaços públicos.

O assédio, associado ao medo do crime, também é um fator que restringe o uso do espaço público pelas mulheres. Nas relações de poder entre os gêneros principais, masculino e feminino, as mulheres ainda são abordadas por homens de forma abusadora. A importunação sexual, toques e constrangimentos continuam atrelados ao medo do crime. O medo do crime associado ao assédio, também são os fatores que permeiam diretamente as relações entre a casa (privado) e a cidade (público), pois apesar da violência ser mais visível e enfrentada essencialmente no espaço público, é no espaço privado que a violência contra as mulheres tem o maior índice e permanece invisibilizada.

A naturalização do medo do crime, o crime, a cultura do estupro, o assédio e a importunação fragilizam a presença das mulheres no espaço público. E mesmo quando elas o ocupam, mantém-se o seu policiamento, lembrando-as que a rua não é para mulheres “decentes”. Historicamente as mulheres eram castigadas e intimidadas apenas por caminharem no exterior, sua existência era e ainda é continuamente vigiada nas sociedades que se preocupam em controlar a sexualidade feminina. É um fato que para os homens sempre foi mais fácil andar pelas ruas.

No ano de 2020, em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou um total de 13.093 vítimas diretas de crime, onde cerca de 75% destas eram do sexo feminino, 17,5% do sexo masculino e 0,1% consideravam-se num terceiro sexo, o local de crime com maior índice é a residência em comum com o agressor, assim, o maior número de crimes registrados são por violência doméstica (maus tratos físicos e psíquicos). De um total das 13.093 vítimas, a associação registou, em 2020, 13.133 autores /as de crime, destes, cerca de 65% eram do sexo masculino. As vítimas que tiveram contato com a APAV, em 2020,

eram sobretudo de nacionalidade portuguesa 75,4%, seguindo-se as de nacionalidade brasileira 5,2%.

Já no Brasil, e segundo o Atlas da Violência de 2021 em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, 66% das mulheres assassinadas eram negras. Este dado corresponde ao total de mulheres vítimas da violência letal especificamente para o caso de homicídios femininos. A análise dos últimos onze anos indica que, enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6%, entre 2009 e 2019, os assassinatos fora das residências apresentaram uma redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica.

Apesar das estatísticas entre os países não serem exatamente sobre os mesmos aspectos - em Portugal o índice é sobre todas as violências registradas, já no Brasil, os dados são especificamente sobre homicídios femininos - observo que os crimes contra as mulheres em suas residências apresentam as maiores taxas em ambos os países.

Noto um *déficit* de informações detalhadas em Portugal para a classificação dos tipos de violência contra as mulheres. Parece-me que o foco atual dos relatórios sobre violências contra mulher em Portugal, quando não generalizados, apresentam apenas os índices de violência doméstica, deixando de fora informações sobre os crimes sofridos em espaços públicos, transporte público, instituições, entre outros²⁷. Apesar de toda mulher crescer com a ideia do perigo de encontrar um estuprador numa rua deserta e escura, mas, apesar de ser real e condicionar nosso deslocamento na cidade, é muito menos provável do que a chance de sofrer violência pessoal e íntima nos espaços privados, como a casa, ou também semi-públicos e semi-privados, como os espaços educacionais, de convivência, de cuidados de saúde e locais de trabalho.

E uma vez que público e privado não são separáveis na construção social de gênero, as atuações existentes na esfera privada invariavelmente perduram na esfera pública.

²⁷ A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa abriu o Gabinete de Apoio às Vítimas (GAV) em maio de 2022. Este gabinete foi criado depois de a comissão criada pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito ter recebido cinquenta denúncias de assédio moral e sexual. Algumas polémicas têm surgido em torno da abertura do gabinete, segundo noticiou o Diário de Notícias, têm surgido recentemente relatos de pressão por parte de alguns docentes para que os alunos não denunciem casos de assédio, alegando, por exemplo, que as queixas não terão quaisquer consequências. Disponível em <https://www.dn.pt/sociedade/gabinete-de-apoio-as-vitimas-de-assedio-da-faculdade-de-direito-vai-comecar-a-funcionar-em-maio-14792487.html>. Acessado em 20 agosto de 2022.

1.2.5 Ausência do Ócio

Uma outra consequência direta dos fatores descritos anteriormente é a ausência do ócio. Uma vez que as restrições aos espaços públicos são estruturais e perduram com o passar das décadas, para mulheres permanecerem nos espaços públicos em contextos de lazer, descanso, leitura, espera, torna-se inviável na maioria das cidades, dando à casa a falsa ideia de um local de descanso. Falsa, pois numa estrutura que responsabiliza e condiciona às mulheres as tarefas domésticas e cuidados infantis, o trabalho reprodutivo e de manutenção da casa pode ser infinito, conformando-se também muitas vezes em um local de não descanso/ lazer.

Assim, a ausência do ócio assume ao mesmo tempo a função de ferramenta de exclusão das mulheres dos espaços públicos (e consequentemente mais acesso a trabalhos produtivos, educação, vida política), também assume a função de manutenção do trabalho reprodutivo como única finalidade desses corpos. Estamos sempre prevendo a próxima abordagem de um (homem) estranho e não temos como saber se essa interação será benigna ou ameaçadora. Quando sozinhas em espaços públicos (praças, parques, transportes públicos, discotecas, bares, cafés, museus, restaurantes, entre outros) sua presença é entendida como “disponibilidade sexual”. Consequentemente, as mulheres evitam determinados locais ou reduzem drasticamente o tempo que elas ficam sozinhas. Ficar sozinha, ter momentos de lazer ou apenas estar em qualquer lugar, é um privilégio raramente alcançado e a capacidade de uma mulher poder estar sozinha, é vista como um marcador de uma cidade bem-sucedida. (KERN, 2021)

1.2.6 Padrões de Mobilidade Feminino

O último fator a ser analisado, que permeia todos os anteriores e que creio atuar diretamente como consequência de tais fatores, é o impacto nos padrões de mobilidade das mulheres nas cidades. As mulheres têm a mobilidade mais condicionada, o que restringe suas oportunidades de usufruir dos espaços públicos, condicionando também as suas possibilidades de participação no mercado de trabalho e na vida pública em geral. A maioria das estratégias de uso da cidade por mulheres estão pautadas por medos e os medos, como vimos, limitam.



Figura 18 - Captura de ecrã de [quandoeugritoquemmeouve.art](https://quandoeugritoquemmeouve.art/mobilidade/)²⁸

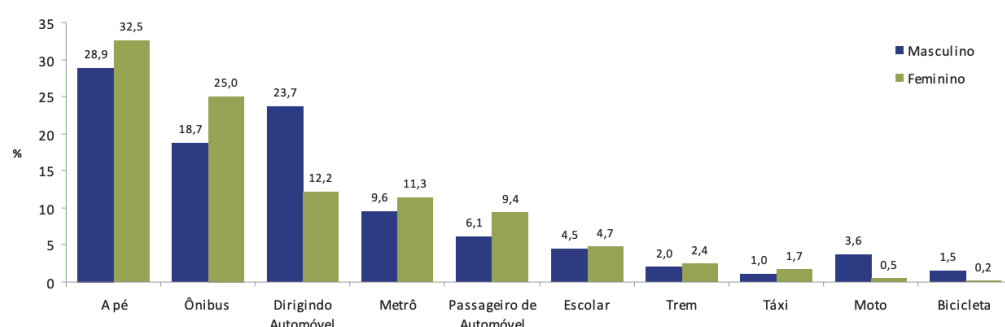
Conforme Franck e Paxson (1989), as atividades e experiências das mulheres em espaços públicos, sugerem uma variedade de maneiras pelas quais a mobilidade das mulheres é mais restrita do que a dos homens e que possuem ineficientes padrões de mobilidade. O fato de serem socialmente responsáveis pelo trabalho reprodutivo reduz excessivamente o tempo que as mulheres têm disponível para qualquer atividade que não envolva cuidados (como lazer, esportes, estudos, sociabilização) e reduz a realização de viagens para espaços públicos que não estejam na rota entre suas residências e o trabalho.

Segundo o *Guia para a Integração a Nível Local da Perspectiva de Género na Mobilidade e Transporte* (2016), do Local Gender Equality, estatisticamente as mulheres usam mais os transportes públicos, os homens utilizam mais o automóvel. As mulheres apresentam menores taxas de motorização; possuem menos cartas de condução (apesar de este diferencial de género ter vindo a diminuir nas gerações mais novas) e são menos proprietárias de carros do que os homens. As mulheres fazem/usam mais ligações intermodais nos transportes públicos; sentem-se mais inseguras nos transportes, especialmente ao entardecer e noite e por isso, limitam mais suas deslocações por insegurança e para evitar situações de perigo.

²⁸ Disponível a partir de: <https://quandoeugritoquemmeouve.art/mobilidade/>

Analisando os dados de São Paulo, observo no diagrama das viagens por modo principal de transporte (a pé, metrô, ônibus/autocarro, bicicleta, automóvel etc), realizadas entre homens e mulheres, uma clara distinção entre o tipo de transporte utilizado entre os sexos. Onde andar a pé e os transportes públicos são utilizados em sua maioria por mulheres, já os automóveis (transporte privado) por homens, segundo o estudo sobre como as mulheres se locomovem na cidade de São Paulo a partir de dados da Pesquisa Origem e Destino (OD) 2017 do Metrô.

GRÁFICO 3 Viagens por modo principal de transporte, segundo sexo (em %)
Município de São Paulo, 2017



Fonte: Metrô. Pesquisas Origem e Destino 2017. Elaboração: SMDU/ Geoinfo.

Figura 19 - Viagens por modo principal de transporte, segundo sexo (em %)²⁹

Embora as mulheres dependam mais de transportes públicos que os homens, elas são mais mal atendidas por ele, pois os sistemas de transportes são pensados e projetados para um movimento pendular (casa-trabalho), tendo como cidadão padrão no planejamento um homem, branco, meia idade e saudável. Na perspectiva da dependência de transportes públicos, as mulheres também caminham mais que os homens. Apesar de não terem a mesma liberdade, segurança e facilidade para se moverem e ocuparem os espaços públicos, o caminhar aparece mais vezes como a única opção, principalmente para as parcelas mais pobres e não brancas da população feminina. Contudo, mesmo as mulheres caminhando em maior quantidade, a qualidade e objetivos do caminhar feminino são podados pelas restrições aplicadas ao seu gênero. Vale ressaltar que andar a pé, única opção em vários

²⁹ Disponível a partir de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf Acessado em julho 2022.

casos, está associado ao uso do transporte público, pois para acessar tais modalidades de transportes, invariavelmente caminha-se.

A ausência da perspectiva de gênero na avaliação, planejamento e desenho dos sistemas de mobilidade e de transporte por parte dos governantes, intensifica questões estruturais relativas ao desequilíbrio do usufruto do espaço público por todos os gêneros. As mulheres têm uma maior dependência dos serviços de transportes públicos do que os homens e sentem mais insegurança no seu uso, especialmente à noite. Acabam assim, por moderar suas deslocações, reduzindo distâncias, tempo no exterior e horários de deslocação, seja por motivos de insegurança (medo do assédio), seja para evitar possíveis situações de perigo (medo do crime).

Segundo a cicloativista e pesquisadora Marina Kohler (2018), a lógica da cidade e, portanto, a lógica do sistema de mobilidade são pensadas em função daqueles que desempenham o trabalho produtivo e sendo o trabalho produtivo valorizado e tido como o principal pilar da sociedade enquanto o trabalho reprodutivo é desvalorizado e não remunerado, logo, o sistema de mobilidade não é planejado para atender as necessidades daqueles que não estão inseridos (total ou parcialmente) na lógica do trabalho produtivo - grupo formado majoritariamente por mulheres (KOHLE, 2018, p.43). Kohler também nos evidencia que trazer à tona a variável "mulher" dá espaço para que outras variáveis acerca dos outros sujeitos que fazem parte do sistema de transportes - que não os homens, em idade produtiva, trabalhadores, brancos.

Como mencionado anteriormente, as mulheres são socialmente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e seu tempo para atividades que não envolvam cuidar é mais reduzido, este aspecto também afeta o tipo de trajetos que realizam. Os trajetos de mobilidade feminina são menos diversificados. Ou seja, as mulheres fazem mais viagens poligonais, deslocam-se numa lógica de multifunções, associadas justamente ao trabalho reprodutivo/de cuidado, tais como levar crianças à escola, trabalhar, ir às compras, visitar familiares, ir a serviços de saúde, entre outras. Enquanto isso os homens fazem viagens sobretudo pendulares, casa-trabalho-casa), como mostra o gráfico a seguir.

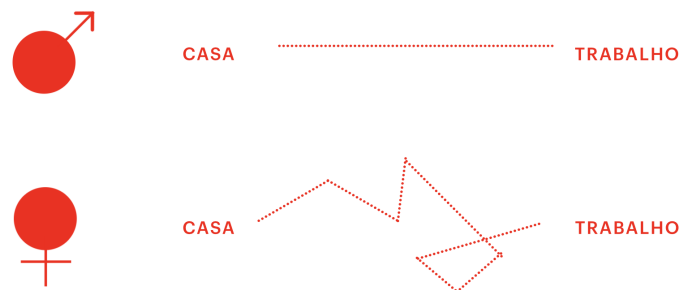
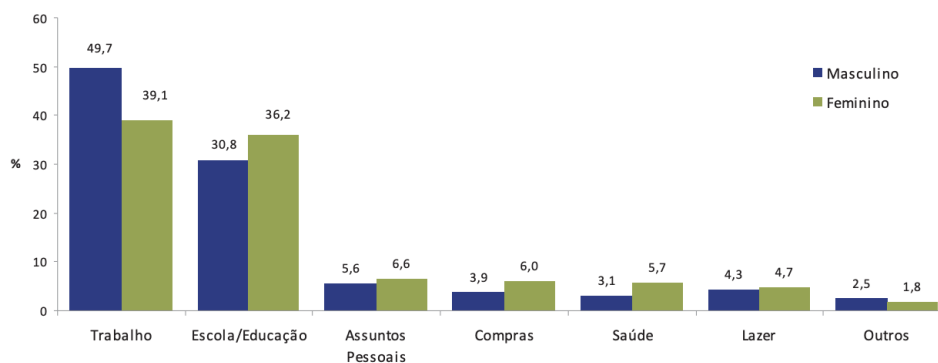


Figura 20 – Esquema ilustrado de comparativo entre as viagens diárias de homens e mulheres.

Na figura 20 podemos observar mais um item do estudo de dados da Pesquisa Origem e Destino (OD) 2017 do Metrô sobre como as mulheres se locomovem na cidade de São Paulo a partir quemostra a distribuição das atividades de destino segundo homens e mulheres, com a clara distinção do sexo masculino associado ao trabalho produtivo e o sexo feminino ao trabalho de reprodutivo.

GRÁFICO 1 Viagens por motivo no destino, segundo sexo (em %)
Município de São Paulo, 2017



Fonte: Metrô. Pesquisas Origem e Destino 2017. Elaboração: SMDU/ GeoInfo.

Figura 21 – Diagrama Viagens por motivo no destino, segundo sexo (%)

Reforço a ideia de que os padrões de mobilidade das mulheres é entendido aqui, como um fator transversal a todos os outros, nomeadamente: as questões de gênero e espaço público,

socialização na infância, assédio e medo do crime e ausência do ócio. Analisar mais a fundo a mobilidade transversalmente a esses temas, me parece crucial, principalmente ao entender que as relações de poder enfrentadas pelos gêneros condicionam a qualidade e o alcance desses deslocamentos.

1.3 Caminhar e Transgredir: Uma Breve Reflexão Sobre o Caminhar Para as Mulheres

As sequências de fatores descritos anteriormente, medo crime, assédio, ausência do ócio e socialização na infância, ao mesmo tempo que minam os usos dos espaços públicos pelas mulheres, as direcionam inevitavelmente a eles, através dos padrões de mobilidade analisados. Quero dizer com isso que: as meninas são criadas para não ocuparem os espaços e para conterem seus corpos e opiniões; as mulheres têm seu tempo ocupado integralmente ao serem inseridas desde sempre na economia do cuidado e nos trabalhos de reprodução; o medo do crime, o crime, a cultura do estupro, o assédio e a importunação garantem que suas presenças no espaço público não são bem vindas e, quando mesmo assim ocupam tais espaços, essas violências fazem o policiamento e manutenção da exclusão desses corpos, lembrando-as que a rua não é para mulheres “decentes”. Contudo, esses padrões as levam a utilizarem mais a cidade e os espaços públicos, através do uso majoritário nos transportes públicos e principalmente do caminhar, como vimos anteriormente.

Entendo que o simples ato de caminhar acaba por ser uma ação transgressora para uma mulher, conscientemente ou inconscientemente. Em algumas cidades mais facilitadas, outras menos, mas é sempre uma opção pensada, é uma decisão a ser tomada e as consequências boas e não tão boas são inevitavelmente vividas. A fim de poder comparar melhor as questões de gênero e mobilidade entre Brasil e Portugal, convoco o estudo realizado pela pesquisadora em mobilidade e transportes Adriana Souza (2019). Este estudo explora em que medida as questões socioculturais, as questões de infraestrutura e de segurança pública influenciam o deslocamento a pé das mulheres, tendo como caso de estudo as capitais de Portugal e Brasil: Lisboa e Brasília. A pesquisa comparou o comportamento do deslocamento a pé diário das mulheres entrevistadas, e desenvolveu índices de caminhabilidade do medo nas duas cidades. Souza mostra que as cidades que apresentam soluções tradicionais de mobilidade e planejamento urbano são extremamente opressoras à mulher em seus deslocamentos. Cerceada na escolha de seu trajeto a pé e

limitada a ocupar espaços públicos, por ter de cumprir um papel social e cultural atribuído a ela na sociedade, a mulher é incentivada e reforçada a desenvolver sensações de vulnerabilidade e insegurança (SOUZA, 2019, p.180).

Os dados revelados pela pesquisa apontam para as distinções e similaridades de percepção das mulheres em Lisboa e em Brasília, fornecendo dados que, como referi anteriormente, são escassos nos relatórios sobre violência e gênero em Portugal. Foram no total 516 participantes, sendo 233 em Brasília e 283 em Lisboa. E alguns resultados nos ajudam a dar contorno e dimensão para as questões enfrentadas nas duas cidades (analisadas aqui como cidades representativas dos países, guardadas as especificidades dos dois países e de suas capitais), como podemos ver a seguir nas figuras 22 e 23, nas dimensões de Infraestrutura e Planejamento das cidades e da Segurança Pública na esfera do caminhar e do medo das mulheres nas cidades:

Brasília – 233 participantes			Lisboa – 283 participantes		
INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO			INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO		
1	Não ter iluminação	60,94%	1	Falta de iluminação	48,06%
2	Não ter calçadas	30,47%	2	Ausência de passeios	33,92%
3	Ruas com alta velocidade para veículos	27,90%	3	Falta de passagem para peões/passadeiras	32,86%
4	Não ter semáforos	21,89%	4	Falta de acessibilidade, falta de rampas de acesso etc.	21,91%
5	Não ter faixa de pedestre	25,75%	5	Falta de semáforos	30,04%
6	Não ter atratividade (lojas, comércio, ponto de conveniência)	21,03%	6	Elevada velocidade dos automóveis	20,85%
7	Não ter informação/sinalização do local (mapas, totens de localização/orientação)	50,21%	7	Falta de atratividade (lojas, comércio, ponto de conveniência)	37,81%
			8	informação/sinalização do local (mapas, plantas de localização/orientação)	51,59%

Quadro 5.6 – Etapa 1 – Dimensão de Infraestrutura e Planejamento do índice de caminhabilidade do medo das mulheres

Figura 22 – Dimensão de Infraestrutura e Planejamento do índice de caminhabilidade do medo das mulheres
fonte: SOUZA, Adriana (2019)

Brasília – 233 participantes			Lisboa – 283 participantes		
SEGURANÇA PÚBLICA			SEGURANÇA PÚBLICA		
1	Ser estuprada	55,79%	1	Ser violada (estupro)	36,04%
2	Ser sequestrada/assassinada	27,90%	2	Ser assaltada/furtada	19,08%
3	Ser assediada/agredida	33,48%	3	Ser assediada	21,91%
4	Ser assaltada/furtada	32,62%	4	Ser agredida	30,39%
5	Ser atropelada	65,24%	5	Sofrer uma queda	21,91%
6	Ser atacada por um animal	48,50%	6	Ser atropelada	32,51%
7	Sofrer uma queda	48,93%	7	Ser sequestrada/assassinada	39,22%
			8	Ser atacada por algum animal	62,19%

Quadro 5.7 – Etapa 1 – Dimensão de Segurança Pública índice de caminhabilidade do medo das mulheres

Figura 23 – Dimensão de Segurança Pública índice de caminhabilidade do medo das mulheres

fonte: SOUZA, Adriana (2019)

De acordo com o estudo de Souza (2019) existe uma diferença do quadro de violência urbana apresentado nas duas cidades. Por exemplo, enquanto que o item ser “sequestrada/assassinada” surge em segundo lugar em Brasília, o mesmo item surge na penúltima colocação na cidade de Lisboa. Creio que este aspecto mostra bem a realidade e o quadro de violência urbana em cada cidade. Mas considero que ambas as cidades, não deixam de ter realidades parecidas quando analisamos os aspectos relativos à infraestrutura das cidades e à segurança em espaços públicos.

Ao serem questionadas sobre quais fatores que representavam o maior medo para as entrevistadas, a ponto de que elas alterassem o seu caminho/trajeto, a presença apenas de homens desconhecidos aparece em primeiro lugar, em ambas cidades, como vemos na figura 24.

Brasília – 233 participantes			Lisboa – 283 participantes		
SOCIOCULTURAL			SOCIOCULTURAL		
1	a presença apenas de homens desconhecidos	54,51%	1	a presença apenas de homens desconhecidos	37,46%
2	uma rua/caminho sem iluminação	36,91%	2	uma rua/caminho sem iluminação	31,35%
3	uma rua/caminho vazio, sem pessoas	39,06%	3	uma rua/caminho vazio, sem pessoas	31,80%
4	uma rua/caminho sem calçada	50,64%	4	uma rua/caminho sem passeio	47,35%
5	a falta de sinalização/informação	21,89%	5	a falta de sinalização/informação	48,76%
6	a presença de lixo e/ou obstáculos na rua/caminho	25,75%	6	a presença de lixo e/ou obstáculos na rua/caminho	48,41%
7	a presença apenas de mulheres desconhecidas	42,06%	7	a presença apenas de mulheres desconhecidas	75,27%

Quadro 5.8 – Etapa 1 – Dimensão Sociocultural do índice de caminhabilidade do medo das mulheres

Figura 24 – Dimensão Sociocultural do índice de caminhabilidade do medo das mulheres

fonte: SOUZA, Adriana (2019)

Sobre o medo, vemos no estudo que a percepção de segurança está estritamente relacionada à sensação do medo e todas as entrevistadas relataram sua percepção de segurança correlacionada com a sua sensação de medo de estar ou ocupar o espaço público, como podemos ver nas figuras a seguir:

		Dia			Noite		
		Medo	Pouco Medo	Inexistente	Medo	Pouco Medo	Inexistente
Medo	Caminhar		●	●	● ●		
	Ser atropelada		● ●		● ●		
	Ser perseguida	●		●	● ●		
	Ser agredida	●		●	● ●		
	Ser abordada	●		●	● ●		
	Sair do ônibus		●	●	● ●		
	Ficar sozinha na parada de ônibus		●	●	● ●		

Quadro 5.11 – Comparação do medo das mulheres nas cidades de Brasília e Lisboa

Brasília ● Lisboa ●

Figura 25 – Comparação do medo das mulheres nas cidades de Brasília e Lisboa

fonte: SOUZA, Adriana (2019)

		Dia		Noite	
estratégias	Mudar de trajeto/rota	●	●	●	●
	Recorrer ao celular/telemóvel	●		●	●
	Pedir ajuda a alguém	●		●	●
	Reagir com palavras		●		
	Não caminhar sozinha	●		●	●
	Pensar estrategicamente no trajeto/rota	●		●	●

Quadro 5.13 – Estratégias utilizadas no deslocamento a pé das mulheres nas cidades de Brasília e Lisboa

Brasília Lisboa
 ● ●

Figura 26 – Estratégias usadas no deslocamento a pé das mulheres nas cidades de Brasília e Lisboa
fonte: SOUZA, Adriana (2019)

A grande maioria das entrevistadas, da cidade de Lisboa, ressaltou a sensação de estar e viver em uma cidade segura, apesar das adversidades que sofrem e sentem no seu deslocamento diário, principalmente à noite, em lugares onde a iluminação é pouca ou com pouco fluxo de pessoas. Já as entrevistadas da cidade de Brasília ressaltaram a insegurança sentida principalmente em locais onde o fluxo de pessoas é baixo, onde há fachadas cegas, com muros altos, lugares onde a visibilidade é inexistente e a iluminação não é suficiente, independente de ser de dia ou de noite. Nenhuma das entrevistadas em Brasília expressou algum sentimento de segurança ao se deslocar a pé na cidade, diferentemente das entrevistadas em Lisboa que, em sua maioria, expressou uma sensação de segurança ao se deslocar a pé no período diurno (SOUZA, 2019).

A autora afirma que estudar e pesquisar as mulheres, nos seus deslocamentos diários nas cidades, requer um apanhado histórico dos vários contextos sociais, culturais, acadêmicos, profissionais e familiares do significado e interpretação da leitura de ser mulher na sociedade. E o interessante do estudo elaborado por Souza é perceber que, como conclui a autora, “não importa se a mulher se encontra em uma cidade localizada em um país desenvolvido ou em um país em desenvolvimento, assim como não é extremamente relevante o valor da taxa de violência, homicídio, assassinato ou violações, visto que as estratégias de deslocamento no espaço público são as mesmas, porém essas taxas influenciam diretamente na intensidade do medo que as mulheres sentem ao se deslocar ou ocupar o espaço público” (SOUZA, 2019, p.184).

Rebecca Solnit, em *Caminhadas depois da meia noite: mulheres, sexo e espaço público* (2016), desenvolve a história do caminhar para as mulheres e das ideias em torno do caminhar por prazer e do caminhar como “poder”, associa à atividade do caminhar significados políticos, estéticos e sociais, evidenciando o quanto o ato de caminhar e a ascensão de diferentes espaços físicos e sociais foi negado às mulheres devido às construções de papéis neste regime de público versus privado. Vemos como a sexualidade feminina pode ser problematizada a fim de ser usada contra as próprias mulheres e contribuir para a manutenção de relações de poderes e controle, também vemos que como as mulheres são controladas por estas regulações dos espaços públicos, acabam sendo mantidas inevitavelmente nas esferas privadas.

Em alguns territórios, de forma mais ou menos evidente, as mulheres ainda hoje são castigadas e intimidadas por caminharem na rua. Em culturas com regras sociais, políticas e religiosas mais extremistas as mulheres são impedidas de saírem à rua desacompanhadas de uma figura masculina ou sem causas específicas e restritas. Essas regras, lembram-nas que a sua existência feminina é continuamente sexualizada e que por isso deve ser controlada, devemos ressaltar que nesses mesmos lugares não existam qualquer oposição ou regras acentuadas a um homem andar na rua.

Como Solnit indica, “até mesmo o vernáculo encontra-se bem fornido de palavras e expressões que sexualizam o caminhar das mulheres. Entre os termos para prostituta, temos ambulatriz, mulher da rua, mulher do mundo e mulher pública”. E quando comparado às expressões equivalentes que se aplicam aos homens, “como homem público, homem do mundo ou homem das ruas”, vemos que estas expressões significam coisas muito diferentes (SOLNIT, 2016, p.389). Para a autora, o caminhar tem conexão direta com estar do lado de fora, ocupar os espaços públicos e, como esses espaços vêm sendo abandonados, gradeados, desumanizados, vigiados, ofuscados por tecnologias e serviços que não exigem a nossa presença fora de casa e a ideia de ocupá-los dilui-se sobretudo para pessoas que vivem em grandes cidades (e mesmo nas cidades que possuem uma grande quantidade e qualidade de espaços públicos, esses fenômenos acabam por acontecer nas periferias e subúrbios, usualmente com menos infraestrutura). Assim, as ruas e os espaços exteriores se tornam desconhecidos e os lugares não familiares parecem assustadores,

quanto menos se anda, menos confiança sentimos no exterior, e quanto menos pedestres transitam, mais solitário e perigoso esses lugares realmente se tornam. Por fim podemos concordar com a autora quando ela afirma que o caminhar é um ato cultural e uma maneira crucial de existir no mundo, e as mulheres quando privadas desta atividade, perdem também uma boa parte da sua humanidade.

CAPÍTULO 2 - CORPOS ALÉM-FRONTIERAS: PODER EM TRÂNSITO

Entendo o conceito de mobilidade desde aspectos pontuais do dia a dia, até aspectos mais abrangentes como a imigração. Questiono o que leva as mulheres a imigrarem, quais os impactos dessa imigração nos países de destino, e quais as relações que essas imigrantes estabelecem com os espaços públicos e com a sociedade que agora fazem parte. Proponho, portanto, uma reflexão sobre a imigração atual em Portugal, com foco nas mulheres brasileiras.

A partir das análises feitas anteriormente acerca da estruturação da presença do feminino no espaço público, constato que a ideia desta estrutura encontra o cerne das questões nos corpos físicos das mulheres. Um corpo de mulher, um corpo feminino ou mesmo um corpo que é lido como afeminado, são corpos que, para além da experiência subjetiva em torno do papel social que as mulheres ou que o feminino desempenha, performam face aos eventos urbanos e sociais que enfrentam nos espaços públicos. Paola Jacques em *Corpografias Urbanas* (2008), desenvolve a ideia da corpografia como um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, mantendo assim a memória urbana inscrita nesse corpo. Dessa forma, o registro da experiência de cidade fica inscrita, mas também configura o corpo de quem a experimenta. A autora parte da premissa de que “o estudo das relações entre corpo e cidade, pode mostrar alguns caminhos alternativos, desvios, linhas de fuga, micro-políticas ou ações moleculares de resistência ao processo molar de espetacularização das cidades contemporâneas”, sendo que corpo é entendido pela autora como um “corpo ordinário, cotidiano, ou seja, o corpo enquanto possibilidade de resistência à espetacularização” (JACQUES, 2008).

Paola Jacques em conjunto com Fabiana Britto em *Corpocidade: Arte enquanto Micro-resistência urbana* (2009) nos evidenciam as ideias do conceito de espetacularização das cidades, segundo as autoras, o ambiente urbano tende a se caracterizar como uma cenografia e a experiência urbana cotidiana, que por sua vez, acaba resumida à utilização e circulação, disciplinadas por princípios segregatórios, conservadores e despolitizadores (BRITTO; JACQUES, 2009). Analisar a estruturação e a atuação dos corpos femininos nos espaços públicos, a partir das ideias de corpografia, evidencia, mais ainda que, uma vez que o registro da experiência de cidade fica inscrito nesses corpos, analisar tais corpos atuantes nos

espaços públicos urbanos demonstra-se como um exercício de visibilização das experiências que, em massa, nos uniformizam, mas que individualmente, visibiliza a subjetividade das experiências corporais e sociais que os corpos adquirem. Já que na corpografia “cada corpo pode acumular diversas experiências urbanas, vividas por cada um” (JACQUES, 2008).

Uma vez que a mobilidade é um dos fatores centrais abordados nesta pesquisa, é importante analisar o que as relações de “Poder em Trânsito” acarretam e porque o trânsito é visto, neste trabalho, como poder.

Poder no dicionário da língua portuguesa possui extensos significados e aplicações, como: ter a faculdade ou a possibilidade de; ter autorização para; ter o direito de; ter ocasião ou oportunidade de; ter possibilidade ou influência. Ainda mais: o facto de dispor de meios que possibilitam uma ação; capacidade legal de fazer algo; capacidade de agir sobre algo; autoridade; domínio; força; influência; recursos; meios; eficácia; situação dos que detêm autoridade; jurisdição; soberania, exercício ou manifestação de força política. Já *Trânsito* é definido como: ato ou efeito de transitar; circulação; passagem de um lugar para outro; trajeto; movimento de pessoas, animais e veículos que utilizam uma via de comunicação; afluência. Todas as acepções acima são aplicáveis nos mais variados significados em que a conjunção “Poder” e “Trânsito” juntos podem adquirir.

O fato de dispor de meios que possibilitam a ação de transitar vão desde privilégios concedidos a alguns corpos, até à transgressão do simples transitar para outros. Impossível não reconhecer a interseccionalidade presente nesse tema e as mais variadas metáforas que as relações de poder e de mobilidade podem nos evidenciar. E para além das subjetividades em torno das associações feitas entre os significados das palavras, veremos adiante como o entendimento desses corpos femininos são como “poderes que transitam”, na prática artística “Corpos em Trânsito” (2021). A artista Berna Reale, é umas das referências que trago para esse debate, ao analisar as noções de corpografia, junto às relações de poder e trânsito.



Figura 27 - Berna Reale, Rosa Púrpura 2014.

Reale, que faz um entrelace entre a performance e a denúncia, dedica seu trabalho a produzir situações que tocam a questão da violência, os abusos de poder e os conflitos sociais. Suas performances, como *Rosa Púrpura* (2014), criam um ruído provocador de reflexões, utilizando seu próprio corpo como instrumento para questionar e propor tais reflexões acerca das variáveis formas de violência contra a mulher. Nesta performance, a artista cria um vídeo no qual 50 mulheres vestem um uniforme escolar tradicional, com camisa de botão e saia de pregas cor-de-rosa, seguidas por uma banda militar. Todas elas têm na boca uma prótese de silicone que remete às bonecas de sexo, ou seja, objetos sexuais, independentes da idade das mulheres. Apesar de marcharem em silêncio, os objetos na boca remetem a ideia de um grito mudo contra a violência sexual. Além do vídeo, foram colados cartazes com retratos dessas mulheres por toda a cidade de São Paulo, no Brasil. O projeto conta ainda com um site em que são publicados depoimentos de mulheres que sofreram violência sexual, junto de matérias jornalísticas sobre o tema do mundo todo.

Refiro também o trabalho de Anna Bella Geiger, *Passagens I* (1974), que me revelou algumas noções de mulheres, corpo e cidade, mesmo sem ser um trabalho com o tom de denúncia em primeiro plano, como faz Berna Reale. Meu interesse aqui foi pelo silêncio e o movimento, um ponto oposto ao ativismo mais barulhento ou escancarado inerente à Reale.



Figura 28 - Anna Bella Geiger, *Passagens I*, 1974.

No vídeo, Anna Bella Geiger sobe os degraus de uma longa escadaria, o interior de um edifício é emendado com o exterior, a cidade. Com ela a subir sempre de costas ao espectador, ouvem-se vozes, carros, buzinas e assobios-assédios. Geiger representa nesse vídeo o fenômeno de reivindicar o espaço público e de interação com a cidade, onde a artista coloca seu corpo na rua em plena ditadura brasileira, como descreve Isadora Mattioli em seu artigo *O corpo é a casa: a vida privada ressignificada na esfera pública* (2018). No vídeo a artista passa de uma escadaria num espaço interior para escadarias em espaços exteriores, mostrando a experiência desse corpo feminizado no espaço público e a utilização desse próprio corpo como ferramenta para ocupar esses espaços, mesmo que em movimento constante.

Proponho então, olharmos para a *corpografia* inerente aos corpos femininos nos espaços públicos urbanos, principalmente através do movimento, da mobilidade, do poder e do trânsito desses corpos. Mas, diferente do capítulo anterior, que propôs-se analisar as experiências de massa, unificando até onde é possível as questões de “mulheres” e de “espaço público”, sem excluir o pano de fundo das variantes inerentes à esses conceitos, este capítulo se debruça sobre as experiências individuais, ao propor olharmos a parte pelo todo.

Volto a uma das perguntas que o meu trabalho pretende responder: Como é que a percepção de liberdade de uma mulher brasileira é afetada pela cultura colonial portuguesa?

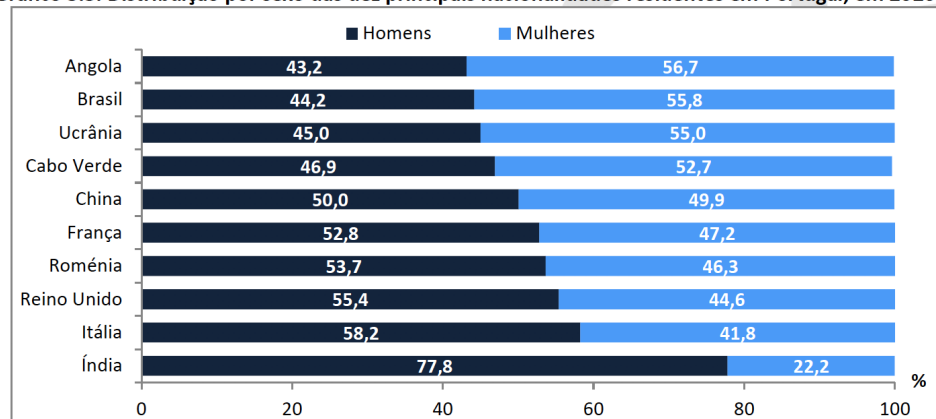
As imigrações são fenômenos antigos que acompanham a humanidade. Deslocar-se é muitas vezes uma questão de sobrevivência e se anteriormente os humanos deslocavam-se à procura de alimento, mais proteção e melhores situações climáticas, na atualidade desloca-se para procurar condições melhores de vida, física e emocional, em sua grande parte fugindo de riscos ambientais extremos ou guerras. Mas para além das questões atreladas às necessidades imperativas de migração, quero direcionar o olhar para as pessoas que migram em situações “menos urgentes”, as que procuram vidas mais dignas de serem vividas em países mais prósperos ou com menos desigualdade social. Muitas dessas pessoas deslocam-se correndo inúmeros riscos, fazem-no, por vezes de forma ilegal, vulnerabilizando-se e abalando as estruturas dos direitos humanos e a sua existência, principalmente se tratando de mulheres e crianças.

2.1 A Feminização da Imigração Brasileira em Portugal

Em Portugal, destaca-se uma crescente feminização dos fluxos migratórios e da população imigrante residente na última década. Apesar de em 2019 se ter dado uma inversão desse número crescente (influenciado posteriormente pela pandemia COVID-19, que implicou o encerramento de fronteiras em 2020), os números de mulheres imigrando continuam a ser expressivos. Segundo o *Relatório Estatístico Anual*, de 2021, produzido pelo Indicador de Integração de Imigrantes, a pedido do Observatório das Migrações (OM) inverteu-se a tendência, verificada desde o início da presente década, de feminização da imigração. Assim, vemos que os homens atualmente imigram mais que as mulheres. Do total de estrangeiros residentes em Portugal, em 2019 as mulheres representavam 49,8%, em 2020 representam 49,2% da população imigrante. Segundo o mesmo relatório, Portugal nunca recebeu tantos imigrantes quanto atualmente. Pelo quarto ano consecutivo, os índices de imigração em Portugal batem recordes, significando um total de 662.095 imigrantes, 50% a mais face ao início da década. A principal nacionalidade desses imigrantes, em 2020, é a brasileira, representando 27,8% do total de imigrantes, ou seja, 183.993 imigrantes brasileiros. Dos imigrantes provenientes do Brasil, as mulheres brasileiras representam o maior número, cerca de 55,8% do total de brasileiros em Portugal (fig.27). Segundo o relatório (2021), vale ressaltar que “considerando as dez nacionalidades numericamente mais representadas em Portugal no ano de 2020, observa-se que a nacionalidade brasileira continua a destacar-se com maior importância relativa do sexo feminino (56,9% em 2019 e 55,8%) no total de

residentes dessa nacionalidade, embora se verifique uma ligeira diminuição desta sobre representação nos últimos anos (representavam 61,5% em 2017 e 59,4% em 2018), tendo no último ano sido suplantada pela nacionalidade angolana” (OM, 2020, p.51).

Gráfico 3.3. Distribuição por sexo das dez principais nacionalidades residentes em Portugal, em 2020 (%)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sistematização e cálculos da autora).

Figura 29 – Distribuição por sexo das dez principais nacionalidades residentes em Portugal, em 2020 (%). Relatório Estatístico Anual, de 2021, produzido pelo Indicador de Integração de Imigrantes.

Conforme se observa no relatório (2021), mantendo a tendência das últimas décadas, a população estrangeira residente em Portugal encontra-se sobretudo concentrada no distrito de Lisboa: em 2020, 28.5570 residentes estrangeiros, representando 43,1% do total em Portugal, que declararam residir neste distrito.

Ester Campos Coelho em seu artigo “*Mulheres Brasileiras Imigrantes: Conhecimento e Acesso aos Direitos Sociais*” (2021) nos evidencia que a feminização da migração é uma das temáticas atuais nos estudos da migração, e como as mulheres vivenciam trajetórias migratórias de maneira diferente dos homens, acabam por serem mais vulneráveis à situações de discriminações e de diversos fatores que se interseccionam, como o gênero e suas condições de imigrantes. A autora ainda acrescenta que as mulheres brasileiras em Portugal são uma população em especial que presencia em seu cotidiano as dificuldades próprias da imigração e do cruzamento de fatores potencialmente discriminatórios, como ser mulher, ser racializada, falar português falado no Brasil, provir de uma cultura diferente, entre outros.

A partir desta perspectiva das crescentes migrações em Portugal, com foco nas imigrantes brasileiras, a ideia dessas mulheres em além-fronteiras, em trânsito, evidencia a busca destas por territórios menos opressivos que tragam mais percepções de liberdade e mais inclusão gênero-social-racial.

2.2 O Imaginário relativo à Mulher Brasileira



Figura 30 - Captura de ecrã de quandoeugritoquemmeouve.art³⁰

Creio que muitas imigrantes brasileiras, que viajam para Portugal, vêm em busca de territórios onde seus corpos possam viver experiências menos restritivas. Mudam de cidade e de país para poderem viver sem medo e terem suas percepções de liberdade aumentadas consideravelmente. Também vêm à procura de estabelecer uma ascensão econômica ou pelo menos ter acesso a realidades menos desiguais entre trabalho e qualidade de vida. Assim, as causas não econômicas das migrações acabam por ser os principais fatores que levam mulheres a imigrarem. Estas causas estão, penso eu, associadas a vivências anteriores, onde, tal como eu, as mulheres sentiam limitações impostas para as suas condutas e a dificuldade de mobilidade social. Contudo, essa busca por mais liberdade e melhor qualidade de vida se

³⁰ Disponível a partir de <https://quandoeugritoquemmeouve.art/mulheresbrasilas/>

depara com outras barreiras em terras portuguesas: a estereotipação e a hipersexualização de seus corpos.

A antropóloga Luciana Pontes, em seu artigo “*Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa*” (2004) nos introduz a uma perspectiva importante sobre a construção da “mulher brasileira” no imaginário português. A autora refere que a sua representação pelos mídias, tem contribuído para naturalizar a imagem construída sobre essas mulheres, tanto por Portugal, quanto pelo próprio Brasil. A autora evidencia que as representações sobre as mulheres brasileiras na mídia portuguesa envolvem imagens de etnicidades que condensam e transformam diferentes marcadores sociais como gênero, raça e nacionalidade. Frequentemente surgem exacerbadamente erotizadas e sexualizadas, colocando-as num estatuto inferior. A autora também nos ajuda a compreender o processo de sexualização da imagem da mulher brasileira, associando a imagem à alguns fatores como: o fato de serem imigrantes, portanto, “de um outro grupo étnico-nacional exótico, periférico, racializado e de uma classe econômica subalterna” (PONTES 2004, p.244) e o fato da cultura brasileira estar associada à cultura do Carnaval³¹, uma celebração histórica e cultural no país, altamente televisionada, sexualizada e focada no culto do corpo feminino.

Beatriz Padilla em seu artigo “*A imigrante Brasileira em Portugal: Considerando o gênero na análise*” (2018) nos evidencia também que são raras as representações nas mídias que promovem uma imagem positiva dessas mulheres em Portugal. Este fenômeno, segundo Padilla, é agravado pelo fato da prostituição ser frequentemente representada nas reportagens por mulheres brasileiras. Mais ainda, ressalta que a imagem da mulher brasileira em anúncios publicitários ou em programas de televisão (em Portugal e no

³¹ Carnaval é um festival do cristianismo ocidental que ocorre antes da estação litúrgica da Quaresma. Os principais eventos ocorrem tipicamente durante fevereiro ou início de março, durante o período historicamente conhecido como Tempo da Septuagésima (ou pré-quaresma). O Carnaval normalmente envolve uma festa pública e/ou desfile combinando alguns elementos circenses, máscaras e uma festa de rua pública. As pessoas usam trajes durante muitas dessas celebrações, permitindo-lhes perder a sua individualidade cotidiana e experimentar um sentido de unidade social. Do ponto de vista antropológico, o carnaval é um ritual de reversão, no qual os papéis sociais são invertidos e as normas de comportamento são suspensas. No Brasil, o primeiro registro do entrudo, um antigo folguedo lusitano realizado nos três dias que antecedem a entrada da Quaresma, ocorreu no ano de 1533 com a chegada dos primeiros colonos portugueses à Capitania de Pernambuco, no Brasil Colônia. No Rio de Janeiro, tanto os escravos quanto as famílias de origem europeia participavam do entrudo. Disponível através de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carnaval>. Sugiro também a leitura do livro “*Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*” (2001) de Maria Clementina Pereira Cunha, Ed. Companhia das Letras.

Brasil) acontece sob um processo de hipersexualização e racialização do gênero, que reforça a ligação das brasileiras com o mercado do sexo e atividades ilegais. É evidente que as sociedades para onde as mulheres brasileiras imigram são diferentes e cada uma tem determinadas formas de interação e incorporação dos imigrantes. Entretanto, segundo a autora, “os brasileiros em Portugal não passam despercebidos nem são confundidos com outros grupos”. Para Padilla, os “brasileiros em Portugal gozam de uma etnicidade própria, todos sabem que são brasileiros e não sul-americanos ou latino-americanos”. As ideias construídas sobre as brasileiras em Portugal, fazem parte portanto de uma longa construção social. Tal como indicado por Padilha, por exemplo, para os portugueses “os brasileiros são simpáticos” e que aspecto pode estar na base da sua preferência para lugares de “atendimento em lojas, restaurantes, hotéis e outros serviços”. A autora denomina este processo como “etnicização do brasileiro, cuja simpatia se torna étnica; outros autores falam da exotização do brasileiro” (PADILHA, 2018, p.124)

Ressalto mais uma vez que, é evidente que a estereotipação e processos de etnicização não são exclusivos aos brasileiros e brasileiras, nem ocorrem apenas em Portugal. Conforme citado anteriormente, este é um fator experienciado pelas brasileiras no mundo todo, em maior ou menor grau. Creio ser um processo discriminatório que resulta de uma cultura de colonialidade ainda presente (para ex-colônias e para ex-colonizadores), pois é claro que generalizar a população de qualquer país é um equívoco. Mas, compreendo que alguns comportamentos vinculados a fatores culturais ficam mais presentes nos imaginários das populações, como quando Padilha afirma que “existe um imaginário nacional português sobre como é que os brasileiros são e como se comportam. Neste sentido, existem estereótipos sobre os brasileiros, em geral, e sobre as brasileiras em particular” (ibid., p.126). Dessa forma, os brasileiros e as brasileiras, têm sempre de negociar a imagem da sua identidade, a fim de obterem um tratamento diferente do que usualmente recebem. Embora se imagine a população brasileira como um povo festivo e bem-disposto, os homens são geralmente taxados como “malandros” e as mulheres como “calorosas”. Também para Padilha, entre esta imagem da brasileira calorosa e a da prostituta é apenas um passo. Assim, vemos que o processo de exotização que os imigrantes brasileiros experimentam, traz consequências mais negativas para as mulheres que para os homens (ibid.).

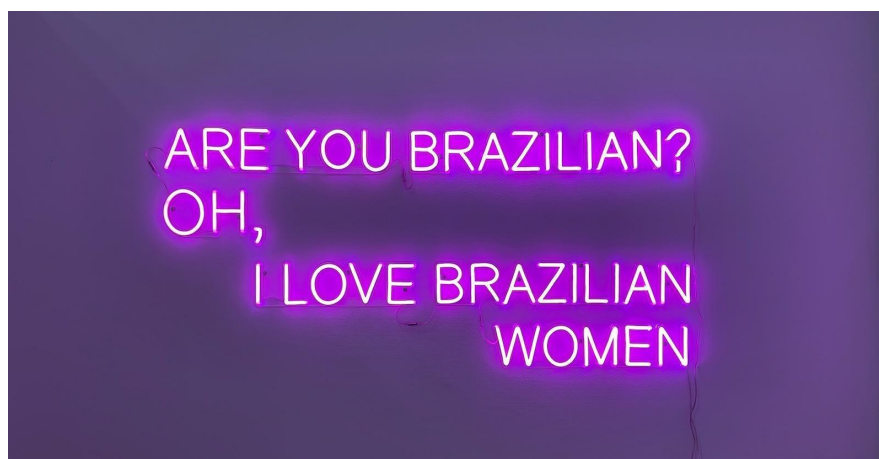


Figura 31- Instalação de Santarosa Barreto, 2016-2019, exposta na exposição Oh, I Love Brazilian Women! na Apexart, NY, curada por Luiza Testa

Luiza Testa (2022) em seu texto curatorial da exposição “*Oh, I love brazilian women!*” realizada na Apexart, em janeiro de 2022, Nova Iorque, que incluiu doze obras de artistas brasileiras, oferece outra perspectiva sobre as diversas experiências e identidades das mulheres brasileiras. A curadora elabora as ideias decoloniais sobre os corpos das mulheres brasileiras ao dizer que “a fantasia do Brasil como país cujo território e cujas mulheres podem ser explorados foi impulsionada por propagandas incentivando o turismo durante a segunda metade do século XX” e essas ideias reiteram um brutal processo de colonização. Testa evidencia também em seu texto que existem muitas outras instâncias de sofrimento para as mulheres brasileiras negras, em relação aos estereótipos que decorrem diretamente do processo de escravização. Como exemplo, o fato do conceito “mulata tipo exportação” ser tão presente no imaginário *gringo* (estrangeiro) como no nacional, ao revelarem seus corpos por meio da dança principalmente no Carnaval, as mulheres negras são apresentadas ao mundo “não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da ‘democracia racial’ brasileira” (*Apud* LÉLIA GONZALES, 2020). Creio que o termo “democracia racial” foi criado para fazer acreditar que as atrocidades perpetradas pelos colonos aos colonizados e escravizados, resultaram num bem comum. Mas esta estratégia parece fundada na pressuposição de relacionamentos consentidos e da convivência harmoniosa pós-escravidão, colocando, mais uma vez, os debates raciais e a violência de gênero para baixo do tapete.

A sexualização da mulher brasileira relaciona-se com a sobreposição de marcadores sociais de exclusão. Frequentemente são estereotipadas por uma identidade nacional única, dentro da suposição do que é a mulher brasileira. Apesar de o imaginário construído sobre a mulher brasileira não ser exclusivo de Portugal, como relatado por mulheres em praticamente todos os países por onde circulam, a sexualização e racialização da mulher brasileira em Portugal parece-me ser ainda um assunto que necessita de atenção e de superação. Apesar da crescente proximidade entre os países, a mudança no padrão da imigração nas últimas décadas, que diferente das anteriores, tem sido caracterizada por uma população com mais dinheiro, mais estudos e mais jovem. Ainda subsistem ideias machistas e sexistas em torno das mulheres brasileiras, como a popular frase que as “mulheres brasileiras roubam os maridos às mulheres portuguesas”.

A hipersexualização das mulheres brasileiras é uma das principais causas de inúmeras violências e exclusões, que as acompanham na estruturação de suas vidas em Portugal. Situações que complicam os relacionamentos sociais (sejam estes amorosos, a criação de rede de contactos ou de redes de apoio) e no mundo do trabalho. Consequentemente, a maneira como essas mulheres utilizam a cidade e se locomovem é também ela afetada. Somando-se às camadas que historicamente restringem o acesso das mulheres nos espaços públicos, a hipersexualização que esses corpos recebem no processo imigratório, aparece como um paradoxo para aquelas mulheres que procuram, e que efetivamente encontram, em Portugal um lugar para viver em liberdade.

Sinto que, apesar dos fatores associados ao medo do crime e do assédio diminuírem drasticamente, lidar com uma estereotipação sexualizada tão negativa dos nossos corpos, acentua a manutenção das desigualdades de gênero. A hipersexualização das mulheres brasileiras é um fator que merece ser trazido para os debates atuais. A pertinência deste tema acresce pelo fato de que em Portugal, apesar de existir a revisão dos discursos colonialistas e eurocentristas em muitos meios, ainda vemos que no quotidiano esses imaginários ainda perduram, enfrentando uma certa resistência.

Estas ideias acerca dos aspectos de colonialidade³² forjam o estereótipo da mulher brasileira como sensual, disponível e promíscua. E ao serem estereotipadas garante-se o controle, o acesso e a posse de seus corpos. Assim, propagam-se, ainda hoje, aspectos da colonialidade de que algumas pessoas são objetificadas e classificadas como inferiores, pois os processos de estereotipação são com frequência utilizados para a manutenção de poder, controle e da opressão.

Do meu ponto de vista, creio que em Portugal existe ainda alguma dificuldade em lidar com esse tema, ou melhor, uma falta da popularização do tema acerca da revisão dos discursos de colonialidade. Eventualmente a não superação da condição histórica de “pátria colonizadora”, por uma perspectiva heróica e eurocêntrica, agravam a condição e a integração de imigrantes provenientes do Brasil e das antigas colônias, principalmente ao se tratar de pessoas negras. Quando me refiro à “não superação da condição histórica de pátria colonizadora” é em relação às ideias acerca (apenas) dos êxitos e benefícios unilaterais que Portugal obteve com as ações colonizadoras, sem considerar as perspectivas atuais e mais humanitárias, a necessidade de revisão de discursos e da maneira como as histórias continuam a ser contadas.

Apesar de existirem muitos movimentos, pesquisadores, pensadores implementando tais revisões, nos eixos básicos da construção do imaginário e dos saberes da população (como na educação e nas conversas informais cotidianas) vejo ainda um tardamento na abordagem desses temas. Por exemplo, noto que ainda existe com alguma frequência que se propaga a escravização com naturalidade, ao perpetuar o mito de “bons colonizadores”. Tal como, verifico que a banalização da escravidão é tratada nalguns livros de História de Portugal no Ensino Básico, com uma ausência de identificação do “outro” como seu semelhante em seus livros. Este exemplo pode ser verificado, em concreto, no projeto de investigação “‘Raça’ e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de história” (2008), das historiadoras Marta Araújo e Silvia Maeso, no caderno de discussão “*Ao fim ao cabo, foi a Europa que fez o mundo moderno’: O Eurocentrismo na História e nos seus Manuais*” (2013). Penso que o eurocentrismo na história de Portugal, nos seus

³²A colonialidade pode ser compreendida como um fenômeno histórico e cultural que tem sua origem no colonialismo, mas que se mantém após a experiência colonial. Ou seja, enquanto o termo “colonialismo” tem seu entendimento limitado ao período específico da colonização, a colonialidade se refere ao vínculo entre o passado e o presente, no qual emerge um padrão de poder resultante da experiência moderna colonial. “Colonialidade”. disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Colonialidade>. Acesso em: 05 de julho de 2022

manuais e na forma como o colonialismo português é ainda relatado no ensino obrigatório, limita a possibilidade de as crianças que o frequentam compreenderem criticamente os processos de desumanização das pessoas escravizadas e, em geral, das populações colonizadas. Inibem também que o racismo seja entendido como um fenômeno inseparável do colonialismo. Tristemente, as práticas racistas – tidas hoje em dia como ‘condenáveis’ – são ainda apresentadas como circunscritas à mentalidade de uma época como consequência ‘positiva’ do colonialismo. Assim como afirmam as autoras, “as narrativas sobre a escravatura são um exemplo paradigmático desta concepção, tomando-a como um sistema inevitável – fruto de ‘necessidades’ económicas daquele tempo e não de decisões políticas assumidas em diversos níveis e com suporte doutrinal, em cumplicidade com a hierarquia religiosa. Ainda que seja denunciada a imoralidade e a ‘desumanidade’ da escravatura, é necessária uma abordagem mais profunda que permita vincular ideologias raciais a processos económicos, políticos e culturais, de modo a que os estudantes possam compreender os seus legados nas sociedades europeias contemporâneas” (ARAÚJO & MAESO 2013, p.15). É claro que, apesar de alguns manuais escolares ainda se posicionarem de maneira retrógrada em relação a estes assuntos, existem professores que procuram problematizar e elevar o nível da discussão, promovendo debates e elucidações atuais sobre os temas, assim como, a vida em comunidade e em família também são “escolas” para se aprender sobre e questionar tais assuntos. Mas a questão aqui, é que a base de informação e conceitos fornecidos por este tipo de manuais continuam a perpetuar pensamentos já superados pela perspectiva histórica e antropológica, mas, acredito eu, não superados pela perspectiva social.

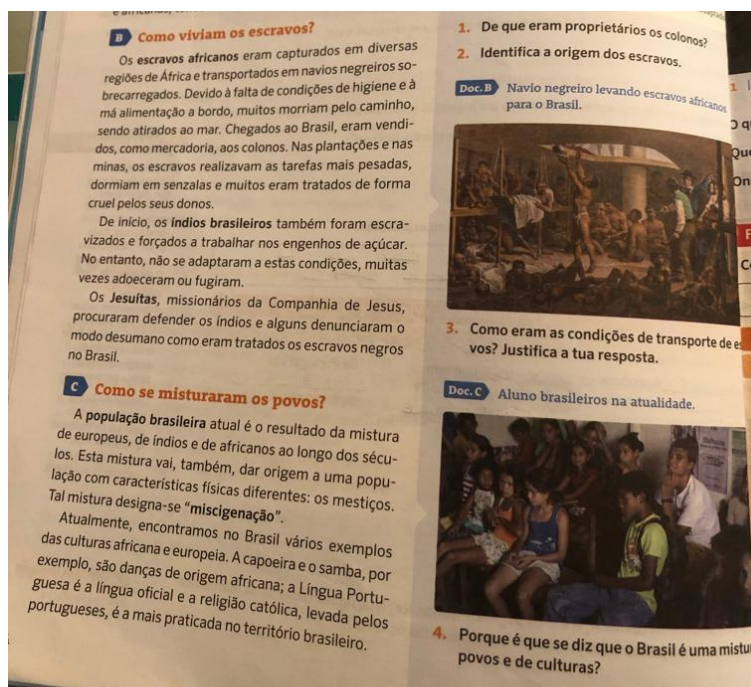


Figura 32 - página do livro de História e Geografia da Editora Leya, "Máquina do Tempo 6". Ensino Básico em Portugal.

Entender como a imagem do povo brasileiro foi, e ainda é, estabelecido no imaginário português é importante para uma reflexão sobre a inserção, presença e atuação das mulheres brasileiras nos espaços e consequentemente esferas públicas em Portugal.

Assim, a reflexão sobre a mulher brasileira nos espaços públicos em Portugal é uma camada a ser adicionada às muitas que estruturam a presença das mulheres nos espaços públicos. A percepção de liberdade de uma brasileira em Portugal é afetada pela cultura colonial ou ideias de colonialidade que pairam sobre a história e a sociedade do país, no entanto, é impossível definir liberdade como um conceito tangível e uniforme para todos, por isso evidencia-se a "percepção" da liberdade, como algo íntimo e individual (mesmo que compartilhado por entre muitas), para poder assim, olhar para as experiências subjetivas dessas mulheres.

Reitero que devemos considerar a liberdade como uma percepção, que é individual, subjetiva, metamorfósica. O conceito de "Liberdade" no dicionário³³ é descrito da seguinte forma:

³³ Porto Editora – liberdade no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Acessado em julho de 2022. Disponível através de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/liberdade>

Liberdade

li.ber.da.delibər' dad(ə)

nome feminino

1. condição do ser que pode agir consoante as leis da sua natureza
2. Direito que qualquer cidadão tem de agir sem coerção ou impedimento, segundo a sua vontade, desde que dentro dos limites da lei
3. FILOSOFIA – capacidade própria do ser humano de escolher de forma autónoma, segundo motivos definidos pela sua consciência
4. Livre arbítrio
5. Estado de quem não está preso, detido ou em cativeiro
6. POLÍTICA – condição de autodeterminação de um povo ou de uma nação; estado do país que não está dependente de um poder estrangeiro
7. Ausência de restrições ou constrangimentos
8. Estado de disponibilidade
9. Licença; permissão
10. Condição do que está solto, sem empecilho que tolha o movimento

“Liberdade” é, portanto, um conceito abrangido tanto pela Filosofia e pela Política, quanto por conceitos sociais locais, relativos a culturas distintas. Compreendo a “liberdade” como um conceito atrelado à uma percepção individual. “Ser-se livre” ou “sentir-se livre” são ações e sentimentos distintos. A sua complexidade, a meu ver, está relacionada com as experiências vividas, aqui no caso, pelas mulheres em espaços públicos.

Eu demorei a perceber que as condições que estruturam negativamente minha presença e sentimento de pertença nos espaços públicos em São Paulo, continuavam vigentes em Lisboa. Elas foram maquiadas por uma percepção de liberdade que eu senti espontaneamente ao viver em Portugal. Sentia-me e era de fato livre. Contudo, essa percepção era relativa a um passado recente e extremamente violento que eu vivi no Brasil por quase três décadas, até 2016, quando emigrei para Portugal. Me vi deslumbrada com as inúmeras possibilidades de viver em melhores condições, e de ter uma vida mais digna. Ao alcançar esse patamar, pude refletir sobre essas condições de “ser” e de me “sentir livre” até perceber que não eram circunstâncias vividas e compreendidas por outras mulheres em/de Portugal.

Meu corpo e minha mente se acostumaram com novas noções de “ser livre”, e quando o deslumbramento de não correr risco de vida diariamente passou, a percepção ajustou-se às realidades locais. Entretanto, pude sentir minha percepção de liberdade diminuir, ao me deparar com questões que nas minhas condições de mulher e de imigrantes, juntas e separadas, interseccionam com as realidades locais. Minha vida em Lisboa de uma maneira geral corre, sem sombra de dúvidas, menos risco do que corria em São Paulo, contudo, minhas condições de viver como “mulher” ainda estava lá. Aos poucos pude perceber que eu não escaparia dessa estrutura social que estamos (nós, mulheres) inscritas. Assim como, não poderia imaginar o que enfrentaria sendo imigrante brasileira em Portugal e o que esse “corpo brasileiro” significa no imaginário português e estrangeiro.

No *Relatório de Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal* (2020) das autoras Ana Paula Costa e Cyntia de Paula, desenvolvido pela Casa do Brasil de Lisboa, verifica-se que no caso destas mulheres, os estereótipos de gênero cruzam-se com muitos outros, na sua maioria ligados à “brasilidade” e a ideia de um corpo disponível, hipersexualizado, legado de uma visão colonial e da objetificação das mulheres. Apesar dos fatores associados ao medo do crime, assédio e violência diminuir drasticamente ao migrarem para Portugal, lidar com uma estereotipação sexualizada tão negativa de seus corpos, atua como uma manutenção das desigualdades de gênero e do sistema patriarcal, assinalam a colonialidade moderna e reforçam o trabalho reprodutivo (na perspectiva dos cargos de trabalhos associados aos cuidados que a maioria dessas imigrantes ocupam ou à reprodução) como única finalidade desses corpos.

Aqui eu retomo a colocação que fiz anteriormente: liberdade é uma questão de percepção. Pois, a meu ver, a busca que as mulheres realizam em terras portuguesas por liberdade é eventualmente conquistada, mas que vem com um preço. Pois a vida em Portugal, para uma parcela dessas mulheres imigrantes, possui de fato condições de mais inclusões gênero-social-racial em relação a seus locais de origem, entretanto, outras violências são vividas, como a xenofobia e a descrita acima, hipersexualização. Então a ideia de que viver em um país mais desenvolvido, com melhores condições, maior qualidade de vida e uma expressiva queda de violência diária garanta a liberdade desses corpos é um equívoco. Ainda mais se analisarmos pela perspectiva da interseccionalidade que assola mulheres negras, onde as barreiras e preconceitos são amplificados expressivamente.

Algumas das minhas inquietações, traduzidas pelas práticas artísticas, partiram desse ponto: de procurar entender as experiências subjetivas de algumas mulheres brasileiras em relação às noções de liberdade e do uso que estas fazem dos espaços públicos.

CAPÍTULO 3 - QUANDO EU GRITO QUEM ME OUVI.ART

Todas as questões colocadas no capítulo 1 e 2 estão embebidas no meu projeto artístico *quandoeugritoquemmeouve.art*. Este é um *website* que abriga tanto um conjunto de iniciativas artísticas por mim realizadas nos últimos anos, que representam e relacionam experiências de mulheres brasileiras em Portugal, como faz uso do humor para transformar o espaço público virtual num espaço que acolhe e que interage com as experiências dos seus visitantes. Inspirada pelos conceitos do *net.art* e do Ciberfeminismo, propõe-se este projeto online através de um modo de comunicação internacional e em rede, uma interação de trocas e trabalho colaborativo.

3.1 Um Grito Cibernético

A ideia de estabelecer um espaço virtual partiu também de uma inquietação inerente às encontradas e enfrentadas por mim na esfera pública, no espaço “real”, de carne e osso. E, principalmente, pela dificuldade que encontro de estabelecer diálogos sobre esses assuntos na vida cotidiana, sem cair nas armadilhas dos imaginários sociais depreciativos ou com muitas barreiras acerca dos conceitos de questões feministas, gênero, igualdade e direitos humanos. Percebi que esses assuntos, quando levados a “sério”, ficam em sua grande parte confinados à produção acadêmica. Por mais que esteja em constante crescimento e visibilidade, a produção de conhecimento por mulheres continua restrita, em sua maior parte, ao interesse de outras mulheres. A produção de conhecimento feminista fica assim inscrita num círculo vicioso entre pesquisadoras, alunas e professoras. Por outro lado, entendo o ativismo, assumido aqui como extremo oposto da produção acadêmica, como um grande e poderoso disseminador das lutas e das causas atuais feministas. Pode assumir a forma de protesto passivo, de greve, de desobediência civil ou militância ativa, entretanto, quando se trata de militância a favor de, por exemplo, questões das mulheres, como legalizar o aborto, contra a violência sexual, contra a mutilação de mulheres ao redor do mundo, casamentos forçados, entre outros, cai em conceitos sociais regularmente atribuído às mulheres como a histeria, o exagero e “barulho”. Entendo que a pesquisa acadêmica e o ativismo, juntos, são a base dos estudos feministas e da disseminação em prol das questões das mulheres no mundo. Acredito por isso que estabelecer uma comunicação entre estas esferas é fundamental, e permite trazer estes assuntos para o dia a dia e para um público cada vez mais alargado. Retomo aqui os pontos

que são entendidos como conceitos-chave para o trabalho do website *quandoeugritoquemmeouve.art*: comunicação, a colaboração e a troca, para dizer que essas ideias são também encontradas no conceito de *net.art*, e no Ciberfeminismo, como já referido na introdução deste relatório



Figura 33 – Referências que inspiram a minha prática artística.

De seguida descreverei algumas das referências que inspiraram o conceito deste website como também o seu design e estruturação de conteúdos. Fizeram parte das referências de projetos de outros artistas com foco na comunicação por meio da internet

Retorno ao trabalho do THINK OLGA³⁴, que conforme já foi mencionado anteriormente, é uma organização de inovação social que utiliza a comunicação como principal ferramenta, alia tecnologia e estratégias de educação, para criar um impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo. A organização aposta no seu *website* e em redes sociais como o *Instagram* e o *Linkedin*, para engajar os utilizadores e seguidores em temas como Economia do Cuidado, Saúde das Mulheres, Violência Contra as Mulheres, Autonomia Financeira, Autonomia de Conhecimento e Autonomia Emocional. Fornecem informações acerca das questões das mulheres, numa linguagem acessível. O *website* MORE THAN ONE

³⁴ Disponível a partir de <https://lab.thinkolga.com/>

(FRAGILE) THING AT TIME³⁵, me intrigou por se tratar de um catálogo gerado a partir da auto-curadoria do visitante do *website*, que fala sobre a produção do trabalho que as autoras do coletivo MUF³⁶ (que realiza trabalhos entre arte e arquitetura) produziram nas últimas décadas. O *website* da ANNET DEKKER³⁷, uma curadora e conservadora de arte digital, me inquietou por ser aparentemente confuso apesar de extremamente catalogado. Estes dois últimos *websites* me trouxeram reflexões sobre a padronização da *internet* e da experiência do usuário por defeito mais voltado para o imediatismo e formas alienantes de consumir informação (e produto) na internet, como o conceito “caça cliques” nas experiências dos usuários. Também, o *website* DATA FEMINISM³⁸ de Catherine D'Ignazio e Lauren Klein, traz uma nova maneira de se pensar sobre ciência de dados e ética de dados que é informada pelas ideias do feminismo interseccional. As autoras consideram a ciência de dados uma forma de poder e nos seus vários projetos em curso, mostram como os dados nunca “falam por si mesmos”, nem são neutros. Por fim, o *website* do NET ART ANTHOLOGY,³⁹ que foi concebido em conjunto com o aclamado departamento de preservação digital da Rhizome. Visa abordar a escassez de perspectivas históricas. O projeto, que nasceu em 2016 e foi finalizado em 2019, foi acompanhado por uma exposição de galeria, "The Art Happens Here", que estreou no New Museum em Nova York em 2019 e realizou uma turnê nacional até 2020. O projeto assume a complexa tarefa de identificar, preservar e apresentar 100 obras em um campo caracterizado por ampla participação, práticas diversas, colaboração promíscua e padrões formais e estéticos em rápida mudança, esboçando um possível cânone da arte da rede. Dentre todas as obras exemplares que estão preservadas, destaco as Ciberfeministas, descritas anteriormente.

O *website quandoeugritoquemmeouve.art* tem a finalidade de reconstruir e redirecionar os temas pesquisados, a fim de propiciar relações sociais e colaborações virtuais entre mulheres e qualquer outra pessoa que se identifique com as suas causas e lutas. Foi criado para abrigar os conteúdos que considero de maior relevância desenvolvidos durante esta pesquisa. A principal intenção foi trazer as minhas ideias para um espaço comum, tornando seus

³⁵ Disponível a partir de <http://morethanonefragile.co.uk/home> e <http://muf.co.uk/>

³⁶ Disponível a partir de <http://muf.co.uk/>

³⁷ Disponível a partir de <http://aaaan.net/>

³⁸ Disponível a partir de <https://data-feminism.mitpress.mit.edu/>

³⁹ Disponível a partir de <https://anthology.rhizome.org/>

conteúdos acessíveis e visíveis, e situados para além da produção acadêmica. Pretende fomentar o debate acerca das questões evidenciadas, com uma linguagem acessível, pensado também para as mulheres que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema. Possibilitar estas informações e questionamentos online, é elaborar também um produto desta pesquisa que esteja em constante desenvolvimento e que seja passível de atualização e agregação de novos conteúdos.

O projeto se relaciona com a investigação aqui elaborada, por procurar romper com as fronteiras de público *versus* privado, casa *versus* cidade, ativismos *versus* academicismo. A evidência da produção de conhecimento por mulheres e exposição a constante invisibilização das mulheres ao se aproximarem de temas que cercam a produção de espaços e a produção de conhecimento. Entendo este *website* como um projeto artístico em permanente adaptação e ajuste e como um manifesto *online* para ampliação de conhecimento e conexão de outras mulheres e homens, pesquisadoras(es) ou leigas(os).

O *website* também abriga alguns dos meus recentes trabalhos artísticos, a partir das problemáticas mencionadas nos capítulos 1 e 2, e que se encontram em progresso, e que irei descrever neste capítulo. Sendo um projeto artístico em si, o website possui multifunções e multi-utilidades: é uma galeria de arte onde mostro as práticas que realizo; é também um sítio onde as pessoas descarregam informações e instruções para poderem colaborar, numa perspectiva de interação, participação e trabalho colaborativo; é um lugar para “mesas redondas” ao propor debates com meus lugares de fala e me posicionar em lugares de escutas. Neste sítio, abro a possibilidade de estabelecer diálogo com pessoas que se identificam com a forma que penso e que querem ou estão abertas a estabelecerem conexões a partir dos debates que inicio.

O *website* reflete sobre alguns dos símbolos que a simples existência das mulheres carrega, ao introduzir as questões de gênero que cruzam os campos das ciências sociais, filosofia, da arquitetura e do desenho urbano, na configuração das nossas cidades, de suas relações de poder e dos campos políticos acerca dos corpos femininos, a partir de uma linguagem que não seja exclusivamente acadêmica, ao mesmo tempo que não se abriga no ativismo e em suas, tão necessárias, lutas. A intenção é dar um passo em direção também à aqueles que sabem pouco ou quase nada do assunto, tanto quanto ir em direção às outras mulheres e instituições que se identificam, trabalham e que pesquisam sobre questões de gênero e produção dos espaços.

Sendo o *website* uma das quatro práticas artísticas que foram desenvolvidas nesta pesquisa, veremos em todas as práticas, que ora eu assumo meus lugares de fala, ora eu me posiciono em lugares de escuta. Mas é no *website* que eu consigo alcançar essas duas condições em simultâneo. E por estar fundamentado sempre a partir dos lugares de fala que ocupo, a possível “neutralidade” ou alcance que eu poderia buscar na língua inglesa não me interessava aqui, a língua portuguesa foi, portanto, uma peça importante para a constituição do *website*, principalmente ao se tratar do público a quem me dirijo que está estabelecido entre Brasil e Portugal, o site foi, portanto, pensado e escrito em português. Facto que não o impediu de ser acessado e consultado além-fronteiras dos países falantes de língua portuguesa. A partir da plataforma do *Google Analytics*, venho acompanhando o alcance orgânico, mesmo que ainda numa escala pequena, tanto na América do Norte, quanto na Grécia e China por exemplo. E ao considerarmos que a divulgação do mesmo foi feita através de uma lista de contactos próximos, por email, o seu alcance já superou as expectativas iniciais acerca do alcance geográfico, além de que hoje em dia os navegadores associados ao Google, fazem a tradução de qualquer língua nos websites.

Usuários ▼ por ID do país ▼



Figura 34 - Relatório do website quandoeugrutiquemmeouve.art, retirado do Google Analytics, a 15 de julho de 2022, 30 dias após o lançamento.

A estruturação do website, passou pelas etapas de definição dos conteúdos (que será descrito adiante), o desenvolvimento da arquitetura do *website* (com estudos de fluxogramas⁴⁰, *wireframe*⁴¹ e de plataformas que poderiam abrigar o site), design gráfico (com foco na comunicação e na identidade visual) e por fim estudos iniciais das experiências de usuários com o lançamento do site em 15 junho de 2022 (ver anexo 02), a fim de testar sua dinâmica e analisar o público alcançado.



Figura 35 - Wireframe inicial do website quando eugritoquemmeouve.art e esquema inicial de organização dos conteúdos

3.2 Conteúdos do website

O conteúdo elaborado para o website, sua estrutura e a comunicação adotada, visam beneficiar quem possua interesses geral nos temas abordados, arquitetas(os), desenhadoras(es) urbanas, pesquisadoras(es), aqueles que atuam diretamente em políticas

⁴⁰ Um fluxograma é um tipo de diagrama, e pode ser entendido como uma representação esquemática de um processo ou algoritmo, muitas vezes feito através de gráficos que ilustram de forma descomplicada a transição de informações entre os elementos que o compõem, são muito utilizados em projetos de software para representar a lógica interna dos programas. Disponível através de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fluxograma>

⁴¹ Podemos definir *wireframe* como um esqueleto, um protótipo ou uma versão bastante primitiva do visual de um projeto. Ele consiste na representação da diagramação e das estruturas macro do site, ou seja, apresentamos por meio de formas geométricas e linhas como pensamos a divisão da interface em seções. *Wireframe* é, portanto, um desenho básico de uma interface, que retrata a usabilidade do sistema. Disponível através de https://pt.wikipedia.org/wiki/Website_wireframe. Acessado em 20 agosto de 2022.

públicas, às mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, assim como todas as outras imigrantes que vivem em Portugal. De certa forma, também às mulheres portuguesas a fim de estabelecermos um diálogo a partir de uma perspectiva que não seja aquela que nos coloca eventualmente como oponentes, ou a partir de noções equivocadas de superioridade/inferioridade, ao evidenciar que historicamente e estruturalmente as diferenças estabelecidas socialmente entre as portuguesas e brasileiras fazem também parte desse sistema patriarcal e colonial.

Os conteúdos do website foram selecionados em duas categorias que apesar de se tratar de materiais subjetivos aos temas dos meus interesses, são temas que apareceram com muita frequência nas pesquisas e leituras que fiz ao longo deste trabalho e são os que eu escolhi evidenciar nesta primeira versão do *website*.

Todas as questões abordadas recebem o nome de “debates”, pois entende-se aqui debates como um modelo de contestação baseado na argumentação, onde duas ou mais idéias conflitantes são defendidas ou criticadas com base em argumentos. E tendo esta perspectiva sobre o conceito de debates, eu procuro estabelecer os diálogos iniciais com as questões nucleares nesta pesquisa. É um início, uma forma de estabelecer conexões, me colocar como interlocutora e também como ouvinte. Os debates, trazem essas perspectivas ora do ponto de vista informativo, como uma base para a construção de diálogos e construção de idéias, e ora do ponto de vista propositivo, ao evidenciar alguns trabalhos artísticos que realizei em torno dos temas e ao propor os leitores a realizarem pequenas ações.

Os conteúdos foram estruturados entre núcleos e satélites, que serão desenvolvidos de seguida:

3.3 Núcleos

Nomeados e classificados a partir das questões que chamo de “nucleares” a esta pesquisa, são as questões que apareceram com uma alta frequência, entre suas muitas nuances e termos, na referência bibliográfica desta pesquisa, que tratam dos assuntos em torno das mulheres nos espaços públicos. São temas e inquietações que ficaram muito evidentes para mim sobre como as questões de gênero determinam a construção, o sentido de pertença e o uso dos espaços públicos e como essas questões dificultam ou inibem o uso dos espaços por

mulheres, estando invariavelmente inter-relacionadas e atuando concomitantemente nos espaços, nas relações e nas esferas públicas e privadas.

Sendo assim, os conteúdos “nucleares” desenvolvidos são os seguintes:

- Questões de Gênero e Espaços Públicos
- Trabalho Produtivo e Economia do Cuidado
- Socialização na Infância
- Assédio, Medo do Crime e Ausência de Ócio
- Mobilidade Feminina
- Mulheres Brasileiras em Portugal

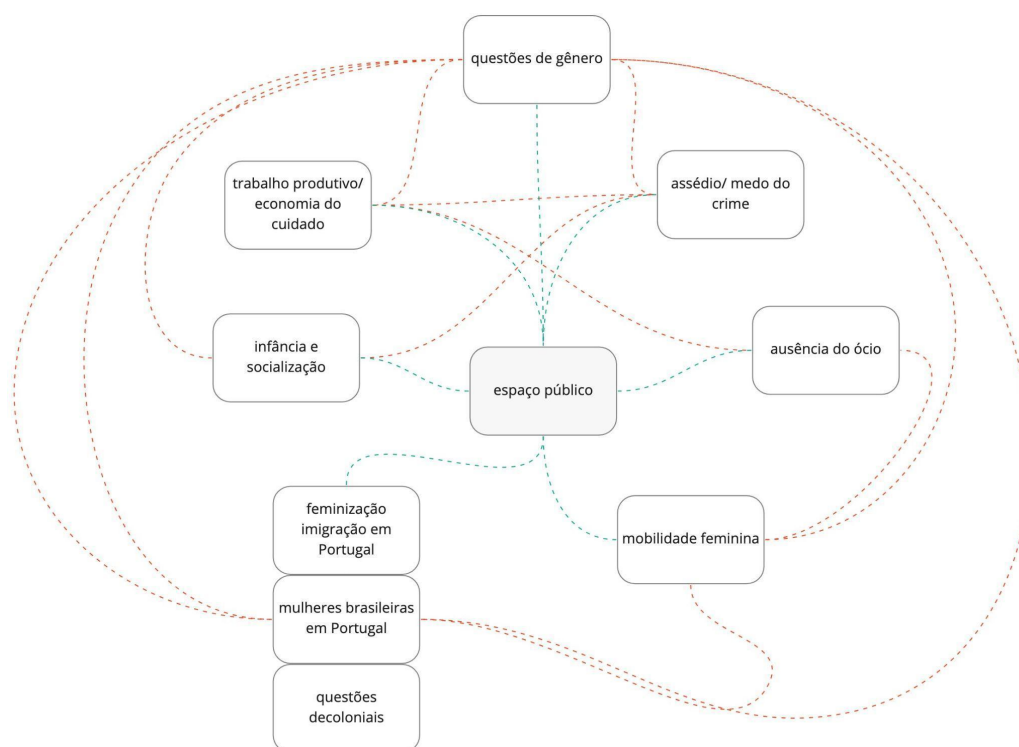


Figura 36 - Conteúdos do website quandoeugritoquemmeouve.art

A segunda categoria dos conteúdos do *website* é formada por questões que chamo de “satélites” às questões nucleares, pois são categorias trazidas à tona, que foram baseadas nas

minhas visões, experiências e constatações sobre os estudos, principalmente acerca das mulheres brasileiras em Portugal.

Os conteúdos “satélites” desenvolvidos são os seguintes:

- Corpos em Trânsito (desde 2021)
- Solidão Compartilhada (desde 2020)
- Guia de Práticas Performativas (2022)

A seguir, apresento um panorama dos “núcleos” desenvolvidos, que têm por base o desenvolvimento apresentado nos Capítulos 1 e 2:

Em *Questões de Gênero e Espaço Público*: propõe-se evidenciar ao leitor a importância de se produzir debates com a perspectiva de gênero e como tais panoramas que refletem nos usos e relações das mulheres com os espaços públicos. Assim como evidenciar porque falar sobre gênero é fundamental e afeta a todos, não apenas a categoria "mulheres".

Em *Trabalho Produtivo e Economia do Cuidado*: propõe-se evidenciar as principais questões acerca do tema e, principalmente, refletir sobre como as relações entre trabalho reprodutivo e o confinamento das mulheres aos espaços interiores (e consequentemente seu afastamento das esferas e espaços públicos) estão conectadas. Junto com o núcleo anterior, “questões de gênero”, servem como uma estrutura para se entender as perguntas que foram feitas e atuam como uma base do entendimento e leitura dos assuntos nucleares seguintes.

Em *Assédio, Medo do Crime e Ausência de Ócio*: propõe-se evidenciar as relações diretas sobre como a violência de gênero atua como manutenção do afastamento e invisibilidade das mulheres nos espaços públicos. Uma vez que público e privado não são separáveis na construção social de gênero e em suas relações de poder, as atuações existentes numa esfera (pública) invariavelmente perduram na outra (privado).

Em *Mobilidade Feminina*: propõe-se refletir sobre o impacto que as questões de gênero têm nos padrões de mobilidade das mulheres nas cidades. Como as mulheres têm, em geral, menos acesso aos espaços públicos, estes não estão, em sua grande parte, preparados para as

receber e com uma mobilidade menos eficaz, as mulheres encontram mais restrições na sua participação da vida pública.

Em *Mulheres Brasileiras em Portugal*: propõem-se refletir sobre a estereotipação da mulher brasileira estrangeira em geral, e mais especificamente em Portugal, ao evidenciar como as questões que envolvem os conceitos de decolonialidade estão implícitas e perduram até os dias de hoje no imaginário português. Tais ideias em torno das questões decoloniais produzem circunstâncias que resultam em discriminação social codificada em várias camadas, como a racial, étnica, nacional e gênero, apontando a hipersexualização da mulher brasileira como a principal violência direcionada à essa população, evidenciando como as questões interseccionais de gênero, raça e nacionalidade, condiciona a integração dessas mulheres na sociedade portuguesa.

3.4 Satélites

A segunda categoria dos conteúdos do website é formada por questões que chamo de “satélites” às questões nucleares, pois são categorias trazidas à tona, que foram baseadas nas minhas visões, experiências e constatações sobre os estudos, principalmente acerca das mulheres brasileiras em Portugal.

Organizei estas reflexões em três tipo de iniciativas e atividade artística:

Corpos em Trânsito (desde 2021)

Trata-se de uma prática artística que consiste numa série de vídeos de curta duração, realizados com mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, registra as experiências e impressões pessoais de suas vivências nos espaços públicos de Lisboa - como mulheres, brasileiras e imigrantes - assim como visibiliza suas percepções individuais sobre o sentido de liberdade. Tal série é constituída a partir de entrevistas e caminhadas com algumas mulheres brasileiras, tendo o registro da entrevista em áudio e das caminhadas em vídeo, aborda desta forma tanto uma perspectiva imersiva a partir de suas experiências individuais e subjetivas, quanto evidencia uma perspectiva poética desses corpos em trânsito.

A busca destes corpos por territórios menos opressivos que tragam mais percepções de liberdade e mais inclusão, evidenciou a necessidade de termos esses corpos visibilizados e em constante movimento, como um ato de resistência, de apropriação de territórios e da

busca por mais liberdade nas experiências urbanas. E como vimos, essa é uma realidade vivida por muitas mulheres brasileiras, que migram em busca de territórios onde seus corpos possam viver experiências menos restritivas. As entrevistas foram guiadas em torno dos temas mobilidade, violência (medo crime e assédio) e percepção de liberdade. A ideia era me posicionar em lugares de escuta, visibilizar questões individuais sobre temas vividos socialmente, compartilhar as visões sobre o uso das cidades, a mobilidade e os impactos diretos nas vidas dessas mulheres, assim como verificar se as experiências individuais e subjetivas eram fatores individualizados e segregados das questões “universais” e abrangentes estudadas, ou se as individualidades vividas estavam de fato abrigadas sob condições sociais partilhadas. Por isso, entender a percepção individual depois da pesquisa sobre os temas era tão necessário.

A seguir trarei trechos das entrevistas realizadas até o momento e algumas das minhas constatações.

Fernanda Z.

30 anos, de São Bernardo do Campo, vive em Lisboa desde 2018

Local e data da caminhada: Jardim do Maat em 12 de novembro de 2021



Figura 37 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Fernanda Z.⁴²

“Tipo, às vezes você está andando na rua e você vê uma ruazinha pequena que parece interessante ou bonitinha e você não sabe muito bem pra onde ela vai pra onde ela vai dar. Em São Paulo eu nunca entraria numa rua dessa pra ver onde vai

⁴² Vídeos Disponíveis a partir de: <https://quandoeugritoquemmeouve.art/praticasartisticas/>

dar. Entendeu? E aqui eu entro e vejo onde dá. Mesmo ela sendo pequena, ou sendo escura. Então eu acho que aqui eu comecei a ter mais vontade ou mais liberdade de explorar a cidade. Enquanto São Paulo eu não eu não tinha nem vontade nem liberdade de explorar nada. E aqui eu deixo mais espaço para a espontaneidade, pra eu me perder, não tem problema me perder aqui.” (Fernanda Z. 2021, Transcrição Trecho Entrevista)

A entrevista com Fernanda Z., revelou-me alguns aspectos levantados anteriormente, acerca da percepção de liberdade que a ausência do medo propicia. A percepção de liberdade, permite a Fernanda Z. e tantas de nós, caminhar e descobrir a cidade. O que antes era impensável, hoje faz parte do cotidiano. Perder-se é uma qualidade extremamente importante na vivência das cidades, também para novos registros da *corpografia* desses corpos, face às novas possibilidades de vida mais dignas que são possíveis de serem vividas em Lisboa.

Juliana M.

37 anos, de São Paulo, vive em Lisboa desde 2016

Local e data da caminhada: Campo Grande, 11 de janeiro de 2022



Figura 38 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Juliana M.⁴³

⁴³ Vídeos Disponíveis a partir de: <https://quandoeugritoquemmeouve.art/praticasartisticas/>

“Desde que eu vim pra cá eu só uso transporte público, no Brasil eu sempre usei carro, então minha vida mudou muito desde que eu vim pra Lisboa nesse sentido né? Aqui eu vivo a vida mesmo da cidade nos transportes públicos (...) Hoje em dia eu consegui fazer que a minha vida, o meu trabalho, meu filho e supermercado ficassem todo mais numa região, então acaba andando muito mais a pé ou distâncias curtas de metro e autocarro.

(...)

Eu não tenho restrição nenhuma de escolher o horário e pra onde eu vou, eu já perdi esse hábito do medo que a gente sente em São Paulo. Esse tipo de liberdade que a gente, que todas as pessoas deveriam ter, né? A liberdade de ir e vir sem ser restringido por alguém que vai te assaltar ou por um lugar com péssimo acesso ou falta de transporte. Por acaso eu acho que aqui é um é uma cidade que dá bastante acesso, liberdade pra gente se locomover pra onde a gente quer, sem muito problema. (...) Muitos acessos do metro (só) têm escada, é um inferno pra ir de carrinho (de bebê), então eu acabei por andar muito mais de autocarro, que é mais caro, mas pronto, é mais fácil para andar de carrinho e (tenho) sempre que pensar nesses acessos, né?(...)

Eu acho que ainda tanto as mulheres quanto os homens, não sei se só com brasileiros, mas mais com brasileiros, tem uma certa atitude que muitas vezes faz a gente dar um passo pra trás, se distanciar um bocado, porque existe o preconceito, então isso acaba por influenciar em várias vivências do dia a dia que a gente tem, que eu tenho” (Juliana M. 2021, Transcrição Trechos Entrevista)

O relato da Juliana M. tocou em pontos bem importantes e me revelaram aspectos mais complexos, que envolvem diversas questões que eu levantei durante esta pesquisa. Como por exemplo, a mudança do estilo de vida e da sua mobilidade na cidade, em comparação à sua vida em São Paulo, que por consequência a faz caminhar e utilizar mais a cidade. Também relata o aumento da sua percepção de liberdade, com a diminuição do medo, face aos menores índices de violência que encontra em Lisboa.

Outro ponto importante do seu relato foi que, ao mesmo tempo que ela como mulher, individualmente falando, sintase livre para ir e vir sem grandes planejamentos, quando está com seu filho pequeno essa liberdade tem restrições, devido a falta de acessibilidade

em algumas estações de metrô, o que a limita de poder ir para muitos locais da cidade e tem de optar por utilizar modais mais caros, no caso dela. Essas questões ressaltaram como a cidade e a mobilidade não atendem às mulheres (mais uma vez aqui como as representantes de muitos), principalmente em face aos trabalhos do cuidado, elas (as mulheres) acabam por ser mais mal atendidas, gastam mais dinheiro e tempo, mesmo ganhando menos que os homens⁴⁴.

E o último ponto que Juliana M. apresentou foi como o preconceito pela sua nacionalidade a faz se afastar e sentir o afastamento da sociedade de uma forma geral, mesmo não descrevendo as violências, ela alega que essas questões afetam sua vida no seu cotidiano.

Luciana S.

46 anos, de Jundiaí, vive em Lisboa desde 2020

Local e data da caminhada: Príncipe Real em 14 de agosto de 2022



Figura 39 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Luciana S.⁴⁵

Eu morava em Jundiaí e estudava em São Paulo. E eu ia de trem, que aqui é comboio, né? E assim, a primeira vez que eu entrei no trem pra eu fui derrubada e aquilo pra

⁴⁴ Apesar de não pretender me aprofundar nessas questões, elas estão invariavelmente conectadas com as diferenças de poderes dado a homens e mulheres e têm impacto nas experiências das mulheres no espaço público. Assim, é importante ressaltar que em Portugal, seguindo o ritmo de muitos países ao redor do mundo, os salários médios das mulheres são inferiores em 15,8% aos dos homens, o que corresponde a 58 dias de trabalho remunerado, segundo a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego. Disponível através de https://cite.gov.pt/noticias/-/asset_publisher/RmGha4gVthmz/content/sabia-que-em-portugal-as-mulheres-ganha-menos-15-8-do-que-os-homens-

⁴⁵ Vídeos Disponíveis a partir de: <https://quandoeugritoquemmeouve.art/praticasartisticas/>

mim foi assim, assombroso, assustador, uma experiência horrível. (...) E tem a questão do assédio que as pessoas não te respeitam.

A segurança (em Portugal) é bem maior, você se desloca pra qualquer lugar sem preocupação. (...) Eu ando muito mais aqui. No Brasil era só carro, ou metro, ou o trem né? Ou o próprio ônibus. Até pra andar você sente mais disposição (aqui), você tem vontade de caminhar, de andar.

(...) A única coisa que eu me incomodo um pouco aqui é a questão deles (portugueses) não terem um respeito por brasileiras. Isso me incomoda um pouco, porque eu me sinto constrangida com isso. Então às vezes por eu conversar com um português e não conhecê-lo, eu fico meio que arredia, porque eu tenho eu tenho medo. (...) Porque o brasileiro, a gente, tem um outro tipo de relação. A gente é mais caloroso, a gente é mais afetuoso. Então isso me assustava. (...) E eu acho que a gente tinha que quebrar esses paradigmas, de que a mulher brasileira vem pra cá pra se prostituir ou que os brasileiros vêm pra tomar o emprego dos portugueses. Não. A gente teria que se unir e eles a ter uma outra visão, um outro entendimento do que a gente está fazendo aqui realmente, sabe? (...) E se a gente conseguir mudar esse paradigma de que as brasileiras vêm pra cá porque só somente nesse intuito eu acho que vai ser bem melhor pra ambos. (Luciana S. 2022, Transcrição Trechos Entrevista)

Na entrevista que realizei com a Luciana S., ficou muito evidente que a mudança de vida que ela obteve com a mudança de Jundiaí para Lisboa foi muito positiva e drástica. Tanto em sua vida financeira, como também na sua mobilidade na cidade, que além da qualidade do transporte ser boa, o tempo gasto em transporte é muito menor, o que a possibilita ter mais tempo além do trabalho e deslocamentos, em suas tarefas e atividades do cotidiano e lazer por exemplo. Luciana também relata não ter/ sentir nenhuma restrição para se deslocar e acessar qualquer lugar da cidade.

Luciana S. afirma que a sua percepção de liberdade e a segurança são os fatores principais para seu contentamento com a vida em Portugal, duas questões muito distantes da realidade que vivia no Brasil.

E por fim, Luciana S. expressa que a barreira do preconceito com sua nacionalidade é o fator que faz com que sua vida em Portugal não possa ser vivida de forma plena, em seu

relato fica evidente como o preconceito vivido acaba por moldar e restringir sua vida, afetando diretamente suas relações sociais. Luciana S. relata que em Portugal sofre mais preconceito por ser brasileira do que por ser mulher.

Lúcia J.

42 anos, do Rio de Janeiro, vive em Lisboa desde 2017

Local e data da caminhada: Ajuda em 31 agosto de 2022



Figura 40 - Imagem do vídeo da entrevista e caminhada com Lúcia J..⁴⁶

“Eu trabalhava em agência (no Rio de Janeiro), estava lá, naquela coisa, daquele ritmo que não faz sentido pra ninguém. E comecei a imaginar “porque”, né? Por que que estava fazendo aquilo e por que não tentar alguma outra coisa?

E vim (para Portugal), sem trabalho, então talvez o trabalho tenha até me motivado a sair (de lá), mais do que motivado a vir (para cá).

Sinto sim resistência sabe? Dos portugueses, em se abrirem para integração, (sinto) preconceito, ideias, visão de mundo antiga, preconceituosa. Eu vejo isso e a gente ouve histórias também né? A dificuldade pra alugar apartamento essas coisas todas.

Essas histórias, assim, a gente ouve muito isso com brasileiros (...) eu estou falando “da gente” (...) mas (na verdade) “eu” ouço muito esse tipo de história, porque também ando mais com brasileiros. Então acaba que estatisticamente ouça essas histórias de “isso acontece só com brasileiro”.

Ah, se eu tivesse com vinte anos aqui, minha experiência estaria sendo diferente.

Então, eu tenho noção que eu sou uma mulher de quarenta e dois anos, com cabelo

⁴⁶ Vídeos Disponíveis a partir de: <https://quandoeugritoquemmeouve.art/praticasartisticas/>

branco, com filho sabe? Então acho que o tipo que vem (de assédio) é diferente, vai ser diferente.

É muito chato, ficar sendo corrigida (aqui em Portugal) e sendo tratada como como um “ser inferior” porque estou falando (português) “brasileiro”. É muito ruim.

Então, voltando na pergunta da(s) tática(s) (que uso, para viver aqui em Portugal), eu preciso me proteger da língua, do que eu achava que me seria o meu conforto, o que me trouxe pra cá. Acho que é bem isso.” (Lucia J. 2022, Transcrição Trechos Entrevista)

O último relato que trago aqui é o da Lúcia J, que além das questões transversais a todas as mulheres brasileiras que entrevistei para a pesquisa e com quem conversei fora dos registros da pesquisa, a entrevistada toca num ponto importante: a barreira da língua. Lucia expõe o sentimento e a vivência, que muitas(os) de nós partilhamos: o fator que pensávamos que seria o facilitador para a escolha de Portugal como país de destino - a língua portuguesa - se mostra como uma barreira, sutil mas danosa. É comum ser relatado entre brasileiros situações quotidianas de serem “corrigidos” na maneira como falam, partindo do princípio que no imaginário social ainda prevalece noções de “certo e errado” entre os falantes da língua portuguesa, de Portugal e suas ex-colônias. Acredito que essas questões tangenciam alguns pontos levantados ao longo da pesquisa, acerca das ideias ainda presentes de colonialidade, como foi ressaltado no capítulo anterior, que apesar do fim do colonialismo é mantido ainda hoje a lógica de relações coloniais entre saberes e modos de vida.

Ouvir os relatos dessas imigrantes brasileiras, além de me constatar quanto os assuntos abordados são pertinentes, vividos diariamente e de grande repercussão na vida dessas mulheres, me proporcionou a expansão do meu olhar para além da pesquisa teórica acadêmica e para além da minha experiência individual. Ter acesso às situações que essas mulheres enfrentam, nas questões interseccionais que as atravessam, evidenciou que as minhas inquietações tinham fundamento teórico e prático. A metodologia para as entrevistas focou-se na perspectiva das participantes e esteve situada dentro de seus contextos, não tinha, portanto, a intenção de ser uma pesquisa quantitativa, uma vez que a

ação principal visava registrar algumas dessas mulheres nos espaços públicos, dando voz e visibilidade para a diversidade que as contextualizam.

Ao fazer o registro das entrevistas em áudio, evidenciando suas subjetividades, procurei ampliar o alcance de suas vozes, colocando o espectador como ouvinte ativo. E ao fazer o registro em vídeo, a partir do meu ponto de vista com uma perspectiva mais poética, procurei “humanizar” essas mulheres, posicionando-as para além dos estereótipos que sua nacionalidade e seus corpos incorporam no imaginário da sociedade portuguesa. Assim, ao realizarem uma caminhada silenciosa e programada, performam e ocupam ativamente os espaços públicos que atravessam, pois ao performar em silêncio e em movimento, revelam o poder inerente desses corpos que transitam nas ruas, nas camadas sociais, nas barreiras linguísticas e nas fronteiras territoriais.

Faço um parêntesis aqui, para conectar as ideias sobre essas caminhadas como parte de uma transgressão e um ativismo, mesmo que em silêncio, Judith Butler em seu livro *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018) diz que “a ocupação de um espaço público por si só já tem significado antes e apesar de qualquer reivindicação particular que façam, reuniões silenciosas muitas vezes significam mais do que qualquer relato, sobre aquilo que elas tratam”. E ainda mais, “os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio. Essa possibilidade de expressão é parte da performatividade plural e corpórea que devemos compreender como marcada por dependência e resistência. Criaturas em assembleia como essas dependem de um conjunto de processos institucionais e de vida, de condições de infraestruturas, para persistir e fazer valer juntas o direito às condições de sua persistência. Esse direito é parte de um apelo mais amplo por justiça, um apelo que pode muito bem ser articulado por um posicionamento silencioso e coletivo. Por mais importantes que sejam as palavras para esse posicionamento, elas não exaurem a importância política da ação plural e corpórea” (BUTLER, 2018, pág.13).

Com isso, a ideia desta caminhada performativa e silenciosa atua também como uma manifestação pacífica mesmo que muda, que encontra seu oposto com suas vozes a partir de seus relatos e suas experiências individuais. O fato de silenciar-se e caminhar funciona como

um antagonismo ao gritar e ninguém ouvir, é uma ação de encontro com o que busco: visibilidade.

Assim, as entrevistas e caminhadas tomam uma proporção de manifestação que vai além do que se vê e além do que se ouve, e a série de vídeos proporciona uma experiência sutil, imersiva e urgente. E ouvir a experiência dessas mulheres é tomar a posição de “eu te ouço” e também vejo. Portanto, a ideia de propor que essas mulheres performem uma caminhada, é também uma forma de reivindicar a ocupação desses espaços públicos por estes corpos, e ao evidenciar suas existências para além dos estereótipos e barreiras que possam encontrar pelas camadas que as constituem (mulheres, imigrantes, sul americanas, brasileiras, de uma determinada classe social, com um determinado nível de estudo, inseridas ou não no mercado de trabalho, entre outros), e direcionar o olhar à essas mulheres pela singularidade que também as compõem.

Solidão Compartilhada (2020-2022)



Figura 41 - Fotografias da série Solidão Compartilhada, 2020.⁴⁷

⁴⁷ Disponível a partir de <https://quandoeugritoquemmeouve.art/praticasartisticas/>



Figura 42 - Fotografia da série Solidão Compartilhada, 2022.⁴⁸

Trata-se de uma série de fotografias, tiradas ao longo dos primeiros e mais rigorosos meses de confinamento da primeira onda do Covid-19 em 2020, em Lisboa, Portugal. As fotos refletem minhas ocupações nos espaços públicos no período do confinamento obrigatório durante as caminhadas que me eram permitidas por estar com um bebê recém-nascido. Procuram denunciar também as condições enfrentadas pelas mulheres na pandemia, ao serem mais vulnerabilizadas com o aumento da carga relacionada ao trabalho reprodutivo/ cuidado, com confinamento das famílias às casas, as tarefas associadas à vida doméstica ampliaram-se na mesma proporção que suas participações no trabalho produtivo/ mercado de trabalho diminuíram.

O distanciamento social, a principal medida de prevenção e contenção do contágio pelo coronavírus COVID-19, que teve início em 2020, além da problemática da doença em si, vulnerabilizou ainda mais as mulheres mães que cuidam, com o aumento da carga de trabalho, exaustão, com perda de emprego, aumento dos índices de violência doméstica, agravamento do isolamento e, conseqüentemente, instaurou-se um sentimento de solidão generalizado.

⁴⁸ Disponível a partir de <https://quandoeugritoquemmeouve.art/praticasartisticas/>

O trabalho do cuidado ganhou rostos e corpos durante a pandemia, uma vez que os espaços interiores se tornaram locais de vivência e convivência exclusivos (para aqueles que tiveram o privilégio de poder confinar-se). Além de tornar visível o trabalho do cuidado na micro-escala das residências, com as problemáticas em torno da divisão desse trabalho nas famílias, visibilizou-o também na macro escala da saúde pública.

O confinamento produziu uma inversão dos papéis sociais aliados aos espaços privados e públicos. Pois, se antes eram nos espaços exteriores que se encontrava o mundo do trabalho produtivo e nos espaços interiores o mundo do trabalho reprodutivo/ cuidado. Com isso, aquele espaço público que me era negado em algumas instâncias, ou que eu não era bem-vinda, acolhida, não sentia segurança, de repente era “meu”, exclusivo. Ser a principal cuidadora de um bebê recém-nascido, exercendo o auge do trabalho reprodutivo, me deu passe livre para um mundo exterior inabitado. E o fato de ter o espaço público acessível para mim, naquelas condições foi intrigante, tão libertador como solitário.

Já nas fotografias de 2022, sendo a continuidade do trabalho no período pós-quarentena, propõe-se refletir sobre a volta da ocupação usual dos espaços públicos e a contínua invisibilidade do trabalho de reprodução. Sair do confinamento e da quarentena é também intrigante, e mais uma vez, é tão libertador como solitário.

Guia de Práticas Performativas (2022)

Consiste num guia de práticas artísticas para ações performáticas, que elabora um guia público para ações cívicas de pequena escala com o viés feminista.

Tem como pano de fundo o questionamento da liberdade dos corpos femininos e a construção do senso de pertença aos espaços públicos, nas experiências urbanas. Faz uso do humor como ferramentas de comunicação ao propor e expor o óbvio, mas que têm o intuito de serem predominantemente auto-reflexivas. O guia aborda as questões de gênero em espaços públicos, a socialização na primeira infância e suas relações com os trabalhos reprodutivos e produtivos.

Ao propor ações performáticas, intenciona-se aqui realizar um trabalho ativo e coletivo em direção às transformações físicas, políticas, simbólicas e relacionais. Visto que as questões em torno das experiências femininas nos espaços públicos (e consequentemente no espaço privado) apesar de encontrarem leituras e barreiras locais, não deixam de ser questões

universais, o campo para a prática de tais ações performáticas deve ser onde estes corpos se encontram, seja em Lisboa, no Porto, em São Paulo, em Nova Iorque, em Beirute, ou onde quer que seja.

Algumas das ações propõem que os participantes realizem algumas das performances e me enviem seus resultados, sejam em notas, comentários, textos, mensagens de áudio, fotos, desenhos e qualquer outra mídia, a fim de fomentar os debates propostos.

Veremos de seguida, e sumariamente, as práticas iniciais propostas na primeira versão dos Guias de Práticas Performativas publicados em *quandoeugritoquemmeouve.art*:

“Pretenda ser Um *Flâneur*”

Trata-se de uma performance direcionada às mulheres. Esta proposta faz parte das propostas auto-reflexivas e humoradas do Guia. Ao propor a uma mulher fingir ser um *flâneur*, sugiro algumas ações que de partida são difíceis ou até impossíveis de serem realizadas e se associam à questões em torno das mulheres e espaços públicos. Sair à deriva e andar sem ser notada pela cidade, por si só já denuncia o tom de ingenuidade e humor da proposta, uma vez que andar despercebidamente é algo de difícil alcance visto à importunação e assédio recorrentes às mulheres nas cidades. E o fato de propor "produzir uma arte a noite" é uma provocação ao conceito original do *flâneur*, que além de um ser literário, boêmio e masculino, que vagueia pela cidade ativamente e atentamente, poder produzir uma arte a noite é em sua maior parte uma ação que uma mulher, mãe, cuidadora dificilmente encontrará uma brecha para realizar.

E não propor às mulheres a atuarem como uma *flâneuse* faz parte das provocações que quero levantar. Primeiro porque o fato de andar pela cidade não é algo tão simples de ser feito por uma mulher quanto é para um homem, nossos “poderes” de passarmos despercebidos, invisíveis não são os mesmos. Ser uma *flâneuse* é um ato subversivo, de reivindicar o espaço e direito à cidade, e ao propor uma mulher a pretender ser um *flâneur* é levantar reflexões como poderia ser usufruir da cidade com os privilégios masculinos, não estar relacionada à trabalhos reprodutivos e poder produzir e criar após um longo dia pela cidade.

“Ideias Para Práticas Ociosas Diárias”

Esta proposta evidencia as questões levantadas em torno da ausência do ócio. Como vimos anteriormente, a ausência do ócio é um fator que aparece como uma consequência direta do

medo do crime, assédio e sobrecarga no trabalho reprodutivo, uma vez que as restrições aos espaços públicos são estruturais e perduram com o passar das décadas, para mulheres permanecerem nos espaços públicos em contextos de lazer, descanso, leitura, espera, torna-se inviável na maioria das cidades, dando à casa a falsa ideia de um local de descanso.

Proponho atividades ociosas, simples, rápidas e óbvias, mas que podem ser impossíveis de serem realizadas, para refletirmos o quão pouco conseguimos fazer com instruções e necessidades tão básicas.

“Check List: O que uma mulher precisa conferir antes de sair de casa”

É uma lista de pontos extenuantes e desgastantes que uma mulher consciente ou inconscientemente checa antes de ir a qualquer lado. Com esta lista de ações quase paranóicas, quero evidenciar o quanto o medo e a precaução sobrecarregam e limitam as mulheres.

“Uma Volta no Bairro”

Trata-se de instruções possíveis de serem realizadas, que evidenciam e provocam a partir de questões em torno do medo, desconforto, padrões de vestimentas inapropriados para o livre movimento e o conforto e como as cidades não estão preparadas, pensadas, executadas para os sujeitos “não-padrões”.

“Classificar ações entre produtivas e reprodutivas”

Busca evidenciar a desigualdade no dia a dia de homens e mulheres, face à sobrecarga das mulheres nos trabalhos de reprodução, é uma prática auto reflexiva, que é incentivada com a distribuição dos autocolantes a serem utilizados na execução.



*Figura 43 - Classificar ações entre produtivas e reprodutivas
Guia de Práticas Performativas (2022): foto: Acervo pessoal*

“Guia para Pais se Comportarem de Maneira Transgressora em Festas Infantis”

Trata-se de uma proposta para pais continuarem a serem e agirem como pais e cuidadores de seus filhos, mesmo em meios sociais que são habitualmente direcionado às mulheres.

Esta proposta é também humorada e auto-reflexiva, para analisarmos nas festas infantis ou programas de atividades similares, quantos pais estão presentes, cuidando dos filhos junto com sua parceira(o) e participando da vida social em família.

“Atividade com Filhas: como Socializar em Espaços Públicos”

Trata-se de um passo a passo que a princípio parece ser óbvio e que também é auto-reflexivo, que aborda questões relativas à socialização das meninas, ao chamar atenção para que os pais propiciem igualdade de gênero desde a primeira infância aos seus filhos e filhas, a fim de crescerem com mais igualdade entre si, com possibilidade de criarem laços com as cidades e os espaços públicos que convivem.

CONCLUSÕES

A pesquisa do meu projeto de mestrado em Arte e Design para o Espaço Público, *Poder em Trânsito: Sobre Mulheres em Espaços Públicos*, inicialmente se debruçou sobre alguns dos aspectos que determinam e influenciam a liberdade e a construção de pertença dos corpos femininos no espaço público. Propor compreender os comportamentos e percepções das mulheres em espaço público, face às questões de gênero, foi desafiante. Procurei abordar este assunto da minha perspectiva, do ponto de vista de uma mulher, por se tratar de um tema multidisciplinar, complexo e que requer atenção simultânea em vários paradigmas. Mas também, para me posicionar como sujeito e não apenas como objeto de estudo, possibilitando dessa forma, poder nomear e trazer à superfície, algumas das questões que nos atravessam, na categoria “mulheres”.

Verifico que as questões de gênero são fundamentais para entender como os espaços são construídos, utilizados e como influenciam as relações neles vividas.

A metodologia que segui permitiu-me tornar mais claro que estudar a categoria “mulher” significa muito mais do que falar apenas de “mulheres”. É também refletir sobre a categoria de “homens”, mas também dos idosos, das crianças, de pessoas com modalidades diversas, de pessoas racializadas, estereotipadas, entre tantas outras.

Verifiquei, através da revisão da literatura que realizei, que os debates sobre questões das mulheres e o(s) feminismo(s) não devem ser discutidos, pesquisados, questionados somente entre mulheres. A metodologia adotada se mostrou interessante e desafiante durante todo o processo. Creio que os resultados foram positivos, apesar das dificuldades encontradas. Utilizar somente autoras e artistas mulheres permitiu-me conhecer perspectivas sobre as mulheres em espaço público menos óbvias e ainda mais complexas. Esta estratégia metodológica fez parte de um manifesto face à invisibilização de autoras e artistas mulheres na produção de conhecimento, tanto na referenciação como no seu reconhecimento. Uma vez que a grande maioria da disseminação da produção de conhecimento continua a incidir sobre autores homens, pergunto-me para quem se dirigem os seus estudos? Em que dimensão histórica e moral um autor ou um artista ainda se sente confortável na replicação de estudos e pensamento realizados e transmitidos apenas por homens? Debati-me com estas questões quando eu própria tive de me forçar a excluir um autor pelo seu gênero.

No processo obtive algumas respostas para as minhas questões de partida. Relembro que dei início a este projeto artístico com as seguintes questões:

- Como posicionar-me sobre os conceitos de gênero, mulher e espaço público?
- Como utilizar meus *lugares de fala* para enriquecer o debate sobre a presença da mulher no espaço público?

Questões prévias que geraram a questão principal que este estudo procurou responder:

- Como é que as questões de gênero determinam a construção e o uso dos espaços públicos do ponto de vista das mulheres?

E mais especificamente:

- Como é que a percepção de liberdade de uma mulher brasileira é afetada pela presente cultura colonial portuguesa, e seu passado colonial?

Creio que, em resposta à primeira questão, ficou mais clara ao analisar os conceitos acerca de gênero e das mulheres nos espaços públicos. O meu posicionamento se estabeleceu na percepção inicial: de que é impossível falar da categoria de “mulheres”, sem falar da categoria de “homens”. Estudar as mulheres nos espaços públicos significa olhar e cuidar dos aspectos que as afetam, ao mesmo tempo significa que resolver os desafios e questões das mulheres, é resolver desafios e questões para outros grupos minoritários. Como procurei demonstrar, abordar tais questões é procurar respostas que abrangem não só mulheres, mas todos aqueles que ficam de fora do padrão heteronormativo masculino. Dessa forma, pensar, propor e lutar por um espaço público feminista, é pensar, propor e lutar por direitos equânimes. Propiciando melhores vivências na vida cotidiana das mulheres (e não só) por meio do empoderamento das mulheres e da libertação dos padrões patriarcais estabelecidos em nossa sociedade.

Ao procurar responder à minha segunda questão de investigação, compreendi que utilizar meus *lugares de fala*, para enriquecer o debate sobre a presença das mulheres nos espaços públicos, mora principalmente no entendimento das questões interseccionais nas quais as diversas categorias de “mulheres” estão atravessadas. É essencial entender quem sou, quais privilégios alcanço e a partir de qual *locus* social ocupo e me expresso. Dessa forma, me pareceu sempre importante estabelecer os diálogos e debates aqui propostos, inicialmente a partir das minhas experiências individuais. Assim, ao estar ciente das questões que me

atravessam, pude me direcionar para apreender e compreender outras questões que atravessam outras mulheres. Foi a partir deste entendimento, que propus estabelecer os meus *lugares de escuta*.

Com as práticas artísticas realizadas e principalmente com a construção do *website quandoeugritoquemmeouuve.art*, como um espaço autônomo e livre, pude tornar visível alguns aspectos mais individuais sobre experiências sociais, pude partilhar visões sobre o uso das cidades, explorar melhor a mobilidade e seus impactos nas vidas das mulheres e principalmente estar numa posição de troca, aberta ao debate e a constatações diversas, vindas de outras pessoas. Consegui assim, com o *website* e com as outras práticas artísticas desenvolvidas, testar e verificar que as experiências individuais e subjetivas vividas por outras mulheres, não eram fatores individualizados e segregados das questões “universais” e abrangentes que eu vinha estudando e propondo. Como mencionado, sendo este *website* uma das quatro práticas artísticas que desenvolvi nesta pesquisa, que pela sua natureza e proposta tem o poder de reunir em si as práticas e compartilhamentos, creio que foi nele que alcancei as duas condições em simultâneo: partilhar os meus *lugares de fala* e estabelecer *lugares de escuta*.

Para a terceira questão, ao analisar as questões de gênero na construção e no uso dos espaços públicos do ponto de vista das mulheres, constatei que o principal desafio é o da invisibilidade das mulheres na(s) história(s), na arquitetura, no planejamento urbano, e essencialmente na ausência das mulheres em lugares de decisão. Como por exemplo, na política e na academia, ou à frente de projetos de gestão e coordenação. Creio que não é possível fazer alterações substanciais e de forma significativa, se não houver mulheres em cargos e posições passíveis de atuação nas transformações necessárias. A visibilidade das mulheres está diretamente associada à falta de representatividade. Dessa forma, constato que para atuar acerca das questões de gênero, é preciso estabelecer *lugares de fala* e *lugares de escuta*, para finalmente podermos avançar os discursos e ações para além dos padrões usuais, do sujeito-padrão, que, repito, é heteronormativo e masculino.

Finalmente, procurar responder à quarta questão, não foi uma tarefa fácil. Claro que diversos conceitos acerca de “liberdade” puderam ser explorados ao longo desta pesquisa, principalmente ao determinar liberdade como uma percepção individual e volátil. Procurar

analisar como a liberdade da mulher brasileira é, ou pode ser, afetada pela presente cultura colonial portuguesa e seu passado colonial, apesar de tangenciar questões de natureza individuais e subjetivas, relaciona-se com algumas das questões decoloniais aqui exploratoriamente levantadas. Por exemplo, como as ideias em Portugal acerca da “brasilidade” e aspectos de colonialidade ainda estão presentes na cultura portuguesa. Acredito que a percepção de liberdade das mulheres brasileiras é de fato maior em terras portuguesas, principalmente quando comparadas à percepção de liberdade que essas mulheres tinham no Brasil. Contudo, outras barreiras são encontradas e outras percepções de liberdade, ou a falta dela, são vividas por mulheres brasileiras em Portugal. Nomeadamente, a sua hipersexualização.

A partir dos relatos recolhidos nas entrevistas feitas na prática artística “Corpos em Trânsito”, que venho realizando desde 2021, vejo que existem relações antagônicas relativamente ao conceito de “liberdade” vividas pelas mulheres brasileiras. Vemos, ao mesmo tempo, um aumento expressivo da percepção de liberdade, que caminha lado a lado com uma experiência das condições primárias de vidas mais dignas de serem vividas (associadas principalmente à maior segurança, menores índices de violência e menor desigualdade social). No entanto, o fato de pertencerem a uma ex-colônia portuguesa, junto com as questões decoloniais que ambas nacionalidades enfrentam, acrescem camadas de discriminação que as impedem de vivenciar em pleno a vida em Portugal. Ou seja, a percepção de liberdade dessas mulheres, acaba por ser castrada pela cultura colonial ainda presente, ou pouco revisitada, na atualidade.

Dessa forma, creio que respondi às minhas perguntas de investigação como também alcancei outro dos meus objetivos: evidenciar a força, a relevância e a necessidade do conhecimento produzido por mulheres.

A minha pesquisa permitiu-me perceber que os resultados das pesquisas feministas da década de 1980 não são muito distintos dos resultados das pesquisas feministas de 2021. Ambos focam-se em questões similares ou de um mesmo universo, assim, este fenômeno mostra, mais uma vez, que os temas aqui tratados não são novos, mas são imprescindíveis de continuarem a existir.

A comunicação em torno dos temas estudados se mostrou como a maior barreira para a transcendência deste assunto da academia e do ativismo, para o cotidiano. Ao mesmo tempo que se mostrou como a solução para se transpor essas barreiras encontradas.

O *website quandoeugritoquemmeouve.art* foi fruto dessa vontade de comunicar mais e melhor a pesquisa e os temas estudados. Desenvolver o *website* foi uma forma de manter o trabalho vivo e com atuação para além da finalização desta pesquisa. Estando na internet, sua dinâmica poderá ter desdobramentos, fazendo com que a pesquisa e os debates propostos cresçam para dimensões não previstas.

Creio que é a partir dos corpos em movimento, entre espaço público e privado, que as mulheres poderão reclamar por uma maior liberdade de seus corpos. Como um ato de resistência, acredito na reapropriação dos espaços, na revogação dos fatores que nos aprisionam aos espaços interiores. As mulheres podem e devem atuar civicamente em prol das mudanças estruturais necessárias que lhes permitam experimentar uma liberdade menos constrangida e mais de acordo com os seus interesses e desejos individuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez (2013) *Caderno de Discussão: 'Ao fim ao cabo, foi a Europa que fez o mundo moderno': o Eurocentrismo na história e nos seus manuais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais

BEAUVOIR, Simone de (1967). *O segundo sexo. A Experiência vivida*. 2ª edição, São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tradução de Sérgio Milliet.

BUTLER, Judith (2018). *Política de gênero e o direito de aparecer*. Em *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. pp.22-48; Tradução Fernanda Siqueira Miguens, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CRENSHAW, Kimberlé (2002). *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*. pp. 171-188. Em Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo, Revista de Estudos Feministas, ano 10, nº 1/2002.

COELHO, Ester Campos. (2021) *Mulheres Brasileiras Imigrantes: Conhecimento e Acesso aos Direitos Sociais*. Diss. de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha (2001) *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. Ed. Companhia das Letras.

BRITTO, F. & JACQUES, P. (2009) *Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana*. Fractal: Revista De Psicologia. V. 21, n.2.

DOYLE, R, VOYER, D.. & CHERNEY, I. (2012). *The relation between childhood spatial activities and spatial abilities in adulthood*, Journal of Applied Developmental Psychology, Volume 33, Issue 2

EVANS, Claire. *We are the future cunt: CyberFeminism in the 90.* (2014) Vice. Acessado em: 10 julho 2022.

URL:<https://www.vice.com/en/article/4x37gb/we-are-the-future-cunt-cyberfeminism-in-the-90s>.

FEDERICI, Silvia (2019). *Teorizando e politizando o trabalho doméstico. in O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* pp.40-114; Tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante.

FRANÇA, T. & PADILLA, B. (2018). *Imigração Brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga.* Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.33, n. 2, [in press], jul./dez., 2018. Acesso em: 03 julho, 2022.

URL: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>

FRANCK, K.A. & PAXSON, L. (1989). *Women and urban public space: Research, Design, and Policy Issues.* In I. Altman and E. Zube (Eds) *Public Spaces and Places.* New York: Plenum, pp. 121-146.

HARKOT, Marina. (2018). *A bicicleta e as mulheres: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JACQUES, Paola (2008) *Corpografias urbanas.* Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, Acessado em julho de 2022.

URL: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>.

KERN, Leslie (2021). *Cidade Feminista. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens.* 2020. Oficina Raquel.

MATIOLLI, Isadora (2018). *O corpo é a casa: a vida privada ressignificada na esfera pública.* Arte & Ensaios, Ano XXIII nº 36. Acessado em 10 de julho de 2022.

URL: <https://doi.org/10.37235/ae.n36.19152>

MUXÍ, Zaida (2019). *Mujeres, Casas Y Ciudades. Más allá del umbral*. Dpr-Barcelona; 2ª edição.

PEDROSA, Patrícia S. (2021) “*Cidades e Direitos das Mulheres. Entrevista com Patrícia Pedrosa*” entrevista à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, dezembro de 2021, vídeo, 36:28. Acessado em 20 agosto 2022 URL: <https://plataformamulheres.org.pt/cidades-e-direitos-das-mulheres-entrevista-com-patricia-pedrosa/>

PINTO, Céli Regina Jardim. (2003) *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, Coleção História do Povo Brasileiro.

PONTES, Luciana (2004). *Mulheres brasileiras na mídia portuguesa*. Artigos, Cadernos Pagu nº 23. URL: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200008>.

PORTO EDITORA. *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora. Acessado em julho 2022.
URL: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>

RIBEIRO, Djamila (2017). *Lugar de fala*. Belo Horizonte, Letramento.

SCOTT, Joan (1995). *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. - v.20, nº 2, pp.71-99. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tradução de Guacira Lopes Louro, Revisão de Tomaz Tadeu da Silva

SOLNIT, Rebecca (2016). *Caminhadas depois da meia noite: mulheres, sexo e espaço público*. Em A História do Caminhar. p. 385-410. São Paulo, Martins Fontes.

SOUZA, Adriana. C. S. (2019). *Mulher, uma força que caminha – estudo de caso em Brasília e Lisboa*. Tese de Doutorado em Transportes, Publicação T.TD-002/2019, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, DF

TESTA, Luiza (2022). “*De Iracema à Garota de Ipanema*” in *Oh! I Love Brazilian Women*. Texto curatorial, APEXART, Nova Iorque. Acessado em junho de 2022.
URL:<https://apexart.org/Oh-I-Love-Brazilian-Women-essay-POR.php#firstPage>

TORRES, Anália (coord.) 2018. *Igualdade de género ao longo da vida*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Relatórios Técnicos

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2020). Relatório Anual de 2020.
URL: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf

Atlas da Violência 2021. São Paulo, FBSP. Acessado em dezembro de 2021.
URL:<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

Desigualdade Salarial entre Homens e Mulheres em Portugal. 2018. Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego. Acessado em julho de 2022.
URL:https://cite.gov.pt/documents/14333/144891/Desigualdade_salarial_Portugal_2018.pdf

Guia para a integração a nível local da perspectiva de género na mobilidade e transportes. (2016) CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Acessado em fevereiro de 2022.
URL: https://lge.ces.uc.pt/files/LGE_mobilidade_e_transportes_digital.pdf

Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2021 (2021). Coleção Imigração em Números. Observatório das Migrações, Lisboa.

Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô. (2020) Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Informes Urbanos, nº 44. São Paulo. Acessado em julho de 2022

URL:https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf

Relatório Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal (2020). Casa do Brasil de Lisboa. Acessado em junho de 2022.

URL:https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio_MigraM_yths_singlepage.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) & Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação (GEPF) (2020) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019.*

ANEXOS

Anexo 1 - E-mail de lançamento do *website quandoeugritoquemmeouve.art*

Anexo 2 - Guia Entrevistas do trabalho “Corpos em Trânsito” (2021)

Anexo 3 - Quando Eu Grito, Quem Me Ouve? - publicação da versão I do *website*

Anexo 4 - Guia de Práticas Performativas (2022)

Olá a todxs,

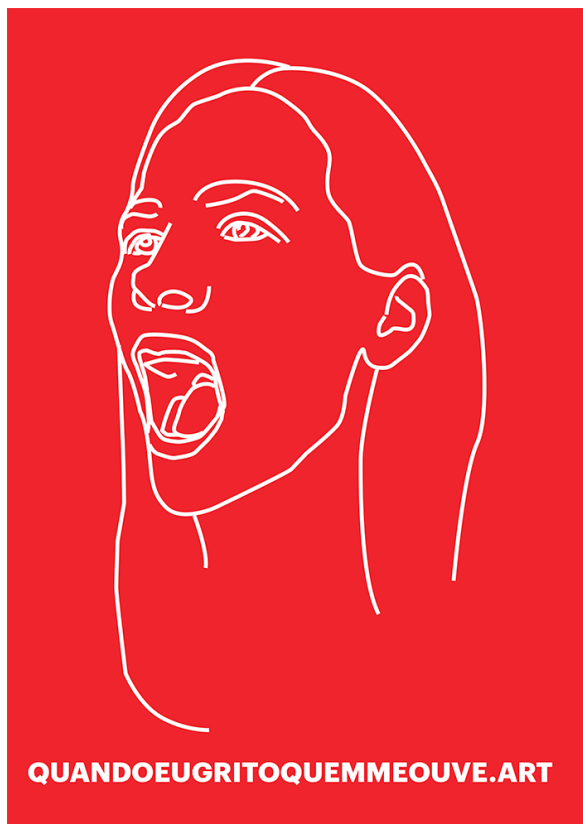
Escrevo para compartilhar com vocês o meu projeto artístico Quando eu grito, quem me ouve?

Este website é um manifesto que se inspira no legado do ciberfeminismo e abriga um conjunto de iniciativas artísticas por mim realizadas nos dois últimos anos. Proponho gerar conversas em torno das experiências das mulheres nos espaços públicos e do feminismo decolonial a partir das experiências de mulheres brasileiras em Portugal com pessoas e comunidades para além da esfera acadêmica e do (admitido aqui como extremo oposto) ativismo.

Espero pelo seu retorno quanto à navegabilidade do website, mas também espero pelas suas sugestões, comentários e eventualmente troca de ideias e de práticas artísticas nele sugeridas.

Estejam a vontade para compartilhar com seus pares, a fim de ampliarmos os debates propostos.

**Este é um lugar de fala mas também de escuta, para se demorar.
Venham com tempo para jogarmos "conversa dentro".**



www.quandoeugritoquemmeouve.art

**Um abraço,
izabel barboni rosa**

ANEXO 2 - Guia das Entrevistas do Trabalho “Corpos Em Trânsito”

1- Quais são seus principais meios de locomoção na cidade, no dia a dia?

a pé | bicicleta | transporte público | moto | carro

2- Os seus meios de locomoção mudaram nos últimos anos?

cidades diferentes, idades diferentes, necessidades diferentes, etc

3- Quais as principais finalidades dos seus deslocamentos?

casa-trabalho, trabalhos de cuidado, lazer

4- Como é sua relação com a cidade de Lisboa, como pedestre?

5- Como é sua relação como pedestre na sua cidade natal/ cidades de residência anteriores?

6- Quais espaços públicos você mais frequenta (ou que gostaria de frequentar)?

7- Você tem alguma restrição para caminhar ou se deslocar para algum lugar da cidade?

tipos de ruas, locais específicos, bairros específicos, horários, só ou acompanhada

8- Você sente que tem mais liberdade em Lisboa?

9- O que é liberdade para você?

10- O que você gostaria que mudasse na cidade/ sociedade, para que suas experiências fossem melhores?

**QUANDO
EU GRITO,
QUEM ME
OUBE?**



Quando eu grito, quem me ouve? É um projeto artístico que teve início em janeiro de 2022 e faz parte da pesquisa “Poder em Trânsito: sobre mulheres em espaços públicos” de Izabel Barboni Rosa realizada no âmbito do Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, sob orientação da Profª Doutora Sofia Ponte.

*Componente física do website
quandoeugritoquemmeouve.art
Versão I - 2022
agosto 2022*



***Quando eu grito, quem me ouve?* partilha de experiências entre questões de gênero e espaço público do ponto de vista das mulheres**

Aqui as trocas de ideias pretendem-se subjetivas. Focam-se no(s) sentido(s) de pertença das mulheres nos espaços públicos.

Por vezes, realço as experiências das mulheres brasileiras que se encontram a viver em cidades portuguesas com o intuito de experimentar outras noções de liberdade e formas de vida gênero-social-racial-econômica mais inclusivas.

Me pergunto: como que as questões de gênero influenciam a construção e a vivência dos espaços públicos pelas mulheres?

Ao procurar as respostas para esta pergunta, reflito sobre alguns comportamentos das mulheres nos espaços públicos. Por vezes de forma informativa, mas às vezes propositiva.

Convido-te para uma troca de ideias séria, mas também muito humorada.



DEBATES PROPOSTOS

1. QUESTÕES DE GÊNERO E ESPAÇO PÚBLICO

2. TRABALHO REPRODUTIVO E ECONOMIA DO CUIDADO

Nas vidas e nas experiências urbanas das mulheres

3. SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

E a construção do sentimento de pertença em espaços públicos

4. ASSÉDIO, MEDO DO CRIME E AUSÊNCIA DE ÓCIO

Nas experiências das mulheres em espaços públicos

5. MOBILIDADE FEMININA

Como as políticas públicas influenciam suas vidas

6. MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL

Hipersexualização, estereótipos e aspectos decoloniais

1. QUESTÕES DE GÊNERO E ESPAÇO PÚBLICO

Identificar “questões de gênero” permite compreender como estas questões afetam as nossas vidas e o nosso dia a dia. Quero te mostrar que IMPORTA pensarmos sobre este tema. Parece complexo mas não é, ou melhor, não precisa de ser.

Primeiro vamos a um dicionário de língua portuguesa:

Género
gé.ne.ro
nome masculino

1. conceito geral que abarca todas as características comuns de um determinado grupo, classe, etc.;
2. conjunto de seres ou objetos com a mesma origem ou que apresentam características comuns; grupo; classe;
3. **categoria resultante da diferenciação sociocultural (e não exclusivamente biológica) entre homens e mulheres, que varia consoante a cultura e que influencia o estatuto, o papel social e a identidade sexual de cada indivíduo no seio da comunidade em que se insere.**

Selecionei ideias de algumas mulheres que escreveram sobre esse assunto:

Para Joan Scott gênero é uma palavra usada para designar relações sociais entre os sexos, que de forma geral são relativas à construções culturais de uma determinada sociedade, como por exemplo, as ideias sobre os papéis “adequados” aos homens e às mulheres.

A seu ver, o gênero é uma categoria social imposta aos corpos, que oferece uma maneira de diferenciar a “prática sexual” dos “papéis sexuais” conferido às mulheres e aos homens.



Para Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase integra o seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949. Beauvoir questiona a ideia de que ser-se homem é uma experiência universal, mas que ser-se uma mulher é uma construção social.

Para além do determinismo biológico do sexo com que nascemos (feminino/masculino e em alguns casos mais raros com os dois), tornar-se uma mulher ou um homem faz parte de uma construção social, histórica e cultural de uma sociedade num determinado momento.



Volto à um conceito trazido por Joan Scott, para reforçar que qualquer informação sobre mulheres é necessariamente uma informação sobre homens. O estudo de um está implicado no estudo do outro.

Ou seja, é impossível falar sobre as mulheres de forma isolada.

Mas é extremamente importante falar sobre as questões das mulheres, do seu ponto de vista, pois amplia o debate para experiências menos reconhecidas.

E porque falar das questões sobre mulheres e espaços públicos?

Os espaços públicos não são neutros e homogêneos, existe um claro desequilíbrio nos seus usos pelas mulheres e pelos homens.

Pesquisar mais a fundo este desequilíbrio permite compreender o aqui e agora e, quem sabe, sensibilizar-te para as mudanças que são necessárias.

A fim de enriquecermos o discurso, é importante ressaltar que os temas abordados nos debates estão interligados e devem ser considerados como partes de um todo.



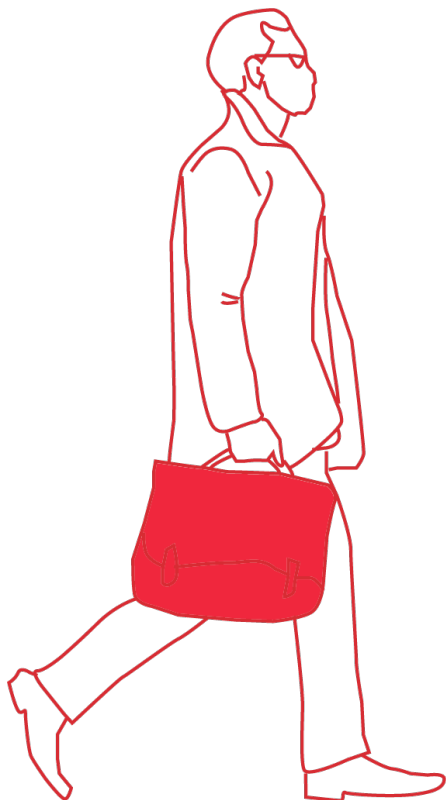
2. TRABALHO REPRODUTIVO E ECONOMIA DO CUIDADO

“A comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido de que é ali que elas aparecem e realizam o seu trabalho diretamente. Mas a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres, que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão. Similarmente, a escola também incorpora o trabalho das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram o seu trabalho aos alunos que retornam todas as manhãs alimentados, bem cuidados e com a roupa passada pela mãe.”

(Mariarosa Dalla Costa, “Community, Factory and School from the woman’s viewpoint”
[Comunidade, Fábrica e Escola na Perspectiva da Mulher], 197

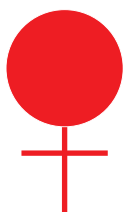
O trabalho reprodutivo está associado às atividades necessárias para o sustento e sobrevivência da vida na esfera doméstica, e à reprodução dos seres humanos pelas mulheres.

São atividades geralmente privadas, socialmente invisíveis, sem remuneração monetária e relacionadas à manutenção do lar e da família. Atividades como: cuidados dos espaços e bens domésticos, cuidados físicos e sanitários do agregado familiar, gestão alimentar, a gravidez, a lactância, a educação, o apoio afetivo e psicológico.



O Trabalho Reprodutivo contrapõem-se ao Trabalho Produtivo. Este último está associado ao trabalho remunerado em dinheiro, parte de uma troca entre bens e serviços, em que as atividades são públicas e visíveis. Essas esferas “reprodutivas” e “produtivas” estão tradicionalmente associadas aos géneros feminino e masculino respectivamente, assim como as noções de interior-exterior e de casa-cidade, em seus mais amplos sentidos.

É possível associar os espaços em que vivemos como invariavelmente conectados aos papéis sociais que lhes atribuímos:



espaço privado; interior; casa; arquitetura de interior; maior uso de transportes públicos e andar a pé.



espaço público; exterior; cidade; urbanismo; maior uso de transportes privados.

E com essa gradativa separação de espaços e de funções realizadas pelos papéis sociais, a consolidação das ideias em torno do que é público e privado vai determinando como construímos, ocupamos e usufruímos as cidades.

Parece-me que a grande questão em torno do Trabalho Reprodutivo é o seu não reconhecimento como uma estrutura vital para o funcionamento do Trabalho Produtivo. Porque o Trabalho Reprodutivo é uma das maiores forças econômicas globais, por isso é designado também como "economia do cuidado".

O silenciamento da importância do trabalho reprodutivo para o trabalho produtivo, tem impactos negativos. Hoje continua-se a considerar o trabalho de cuidar como uma atividade “natural” para as mulheres.

Creio que seja isso que Silvia Fredericci (2019) evidencia quando diz que devemos reconhecer que quando falamos de trabalho doméstico, não é um trabalho como outro qualquer, mas sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. E que a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres, como foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas.

Ao ser transformado em um atributo natural ao invés de ser reconhecido como trabalho, é porque ele foi destinado a nunca ser remunerado. Por sua vez, a condição não remunerada desse trabalho é o artifício mais eficaz no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é “trabalho”, impedindo que as mulheres lutem contra ele. E quando lutam, são vistas como mal amadas e não como trabalhadoras em luta (FREDERICCI, 2019).

“Eles chamam de amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado”

(FREDERICCI, 2019)

A maioria das sociedades atuais continuam a promover a permanência das mulheres nesse papel social. E a mulher ocupada com o invisível continua, mais ou menos disso consciente, privada do tempo e dos recursos para conquistar sua autonomia financeira, como desenvolve o *Laboratório de Inovação Social Mulheres em Tempos de Pandemia* (2020), da ONG brasileira Think Olga.

**Presas dentro de casa,
afastadas dos espaços públicos.**

2.1 TRABALHO REPRODUTIVO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS:

O distanciamento social, a principal medida de prevenção e contenção do contágio pelo coronavírus, que teve início em 2020, além da problemática em si, do medo da doença e os números de mortes recordes a cada dia, a pandemia vulnerabilizou ainda mais as mulheres mães que cuidam, com o aumento da carga de trabalho, exaustão, perda de emprego, aumento dos índices de violência doméstica, agravamento do isolamento e conseqüentemente instaurou-se um sentimento de solidão generalizado.

O trabalho do cuidado ganhou rostos e corpos durante a pandemia, uma vez que os espaços interiores se tornaram locais de vivência e convivência exclusivos (para aqueles que tiveram o privilégio de poder confinar-se)

Além de tornar visível o trabalho do cuidado na micro-escala das residências, com as problemáticas em torno da divisão desse trabalho nas famílias, visibilizou-o também na macro escala da saúde pública. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas “Dentre os efeitos imediatos dessa pandemia, destacam-se a acentuação das desigualdades de gênero e a piora da qualidade de vida das mulheres. Além disso, mostra a predominância das mulheres na força de trabalho da saúde e, por conseguinte, na linha de frente do combate à Covid 19: em nível global, cerca de 70% das equipes de trabalho em saúde e serviço social são compostas por profissionais do sexo feminino, incluindo, além de médicas, enfermeiras, parteiras e trabalhadoras de saúde da comunidade.” (UNFPA, 2020)



3. SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

O comportamento social dos seres humanos têm suas bases na primeira infância



Este período é crucial para as meninas(os) desenvolverem o seu sentido de pertença e envolvimento com o ambiente e com os espaços públicos. Neste período da vida das crianças as noções de gênero praticadas pela família, escola e sociedade ajudam a fundamentar as tarefas das meninas e dos meninos, assim como os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres da sua referência. Nesta etapa do desenvolvimento é quando as crianças aprendem sobre as expectativas, atitudes e os comportamentos sociais associados ao seu gênero. E gênero é a primeira categoria social da qual as crianças se tornam conscientes.

As meninas, quando comparadas aos meninos, em algumas culturas, são frequentemente desencorajadas a explorar o meio em que vivem e a praticar atividades físicas expansivas. São, em geral, educadas a ocupar menos espaços (físico e social), a sorrir com mais frequência e a cultivar atividades mais solitárias, diferente dos meninos que geralmente são incentivados a terem atividades em grupo.



A associação das meninas e mulheres ao trabalho do cuidado reflete-se nos brinquedos e nas brincadeiras que as crianças têm à sua disposição.

Os traços “femininos” são características que as meninas aprendem desde cedo, com os “cuidados” e atividades que estimulam mais passividade, vaidade e subserviência (ter e tratar de bebês, brincar de casinha, mini eletrodomésticos, entre outros). Brincadeiras e brinquedos diferentes dos geralmente proporcionados aos meninos que estimulam, em geral, mais a criatividade, o sentido crítico e habilidades motoras.

Essas atividades comumente afastam as meninas de atividades físicas, criativas, de esportes, do contacto com a natureza e principalmente da vivência dos espaços públicos.

Simone de Beauvoir refere-se à esta formação dos “traços femininos”, quando afirma que a passividade que caracterizará em sua essência a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos, mas que é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. Mais especificamente, a autora afirma que:

“na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino” (BEAUVOIR, 1967 p.21-22)



O impacto das nossas ações nas gerações seguintes é enorme, seja através da educação ou do exemplo.





4. ASSÉDIO, MEDO DO CRIME E AUSÊNCIA DE ÓCIO

A violência de gênero é uma forma de manter as mulheres afastadas e invisíveis dos e nos espaços públicos

O medo e a precaução restringem consideravelmente a liberdade das suas atividades, principalmente quando estas não estão associadas ao Trabalho Produtivo e Reprodutivo, refiro-me a atividades de lazer, quotidianas, os locais que visita, andar sozinha, o horário em que se desloca no exterior, entre outras.

O medo do crime é o fator limitador principal da vivência dos espaços públicos pelas mulheres. Isso deve-se sobretudo às importunações sexuais que as mulheres sofrem em qualquer um dos papéis sociais que desempenham em público (mãe, profissional, amiga, mulher, namorada, filha, avó, entre outras)

O medo do crime não afasta as mulheres das cidades, apesar de ser um dos fatores que molda a sua vida no espaço urbano de maneiras muito específicas.

As experiências nas cidades não podem ser vistas sob uma única perspectiva, nem é possível falarmos de “mulheres” como uma categoria homogênea, sobretudo quando refletimos sobre os desafios enfrentados por mulheres negras e mulheres marginalizadas, onde seus corpos e suas vivências no mundo são constantemente atravessadas pelas estruturas interseccionais de raça, gênero, acesso financeiro, por exemplo.

Mas conseguimos classificar alguns fatores, como o medo do crime e o assédio, como aspectos que atravessam as mulheres de uma forma geral. Em maior ou menor grau, todas as mulheres são permeadas por estas questões.

O assédio, associado ao medo do crime, também é um fator que restringe o uso do espaço público pelas mulheres. Nas relações de poder entre os gêneros principais, masculino e feminino, as mulheres ainda são abordadas por homens de forma abusadora. A importunação sexual, como o “fiu fiu” (no BR) ou o piropo (em PT), a observação invasiva da aparência, toques e constrangimentos, continuam atrelados ao medo do crime.

A naturalização do medo do crime, o crime, a cultura do estupro, o assédio e a importunação fragilizam a presença das mulheres no espaço público

E mesmo quando elas o ocupam, mantém-se o seu policiamento, lembrando-as que a rua não é para mulheres “decentes”. Historicamente as mulheres eram castigadas e intimidadas apenas por caminharem no exterior. A sua existência era e ainda é continuamente vigiada nas sociedades que se preocupam em controlar a sexualidade feminina. É um fato que para os homens sempre foi mais fácil andar pelas ruas.

A autora Rebecca Solnit descreve esta diferença do caminhar e, conseqüentemente, de estar no mundo, com precisão ao referir que:

“A presença das mulheres em público torna-se com frequência assustadora, uma invasão de suas partes íntimas, às vezes literalmente, outras verbalmente. Até mesmo o vernáculo encontra-se bem fornido de palavras e expressões que sexualizam o caminhar das mulheres. Entre os termos para prostituta, temos ambulatriz, mulher da rua, mulher do mundo e mulher pública (e naturalmente, as expressões equivalentes que se aplicam aos homens, como homem público, homem do mundo ou homem das ruas, significam coisas muito diferentes)” (SOLNIT, 2016)

Rebecca Solnit também nos faz refletir ao evidenciar que quanto menos se anda, mais perigoso qualquer lugar parece e quanto menos pedestres transitam, mais solitário e perigoso esses lugares realmente se tornam.



A ausência do ócio é um fator que aparece como uma consequência direta dos fatores descritos anteriormente.

Uma vez que as restrições aos espaços públicos são estruturais e perduram com o passar das décadas, para mulheres permanecerem nos espaços públicos em contextos de lazer, descanso, leitura, espera, torna-se inviável na maioria das cidades. Da à casa a falsa ideia de um local de descanso. Falsa, pois numa estrutura que responsabiliza e condiciona às mulheres as tarefas domésticas e cuidados infantis, o trabalho reprodutivo e de manutenção da casa pode ser infinito, conformando-se também muitas vezes em um local de não descanso/ lazer.

Assim, a ausência do ócio assume ao mesmo tempo a função de ferramenta de exclusão das mulheres dos espaços públicos (e consequentemente mais acesso a trabalhos produtivos, educação, vida política), também assume a função de manutenção do trabalho reprodutivo como única finalidade desses corpos.

Como descreve Leslie Kern em seu livro *“Cidade Feminista. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens”* (2021), estamos sempre prevendo a próxima abordagem de um (homem) estranho e não temos como saber se essa interação será benigna ou ameaçadora. Quando sozinhas em espaços públicos (praças, parques, transportes públicos, discotecas, bares, cafés, museus, restaurantes, entre outros) sua presença é entendida como “disponibilidade sexual”. Consequentemente, as mulheres evitam determinados locais ou reduzem drasticamente o tempo que elas ficam sozinhas. Ficar sozinha, ter momentos de lazer ou apenas estar em qualquer lugar, é um privilégio raramente alcançado e a capacidade de uma mulher poder estar sozinha, é vista como um marcador de uma cidade bem-sucedida.

Por isso é tão importante garantirmos a nossa presença no espaço público, como forma de resistência. Precisamos também de lutar por ter mais representação em órgãos de decisão e devemos exigir mais atuação dos nossos governos e administrações locais.

Os aspectos ressaltados em torno do assédio, medo do crime e ausência de ócio esbarram em duas questões das mulheres, distintas, mas interligadas: a *mobilidade feminina* e a percepção de *liberdade*. Vamos explorar melhor a mobilidade feminina de seguida. Mas deixo aqui algumas perguntas para pensarmos juntos:

O que é Liberdade?
Liberdade é um conceito unânime?

5. MOBILIDADE FEMININA

Proponho refletirmos sobre o impacto que as questões de gênero têm nos padrões de mobilidade das mulheres nas cidades.

Como as mulheres têm, em geral, menos acesso aos espaços públicos, estes não estão, em sua grande parte, preparados para as receber. E com uma mobilidade menos eficaz, as mulheres encontram mais restrições na sua participação da vida pública.



*A cicloativista e pesquisadora de mobilidade urbana, Marina Kohler Harkot atuou no Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e foi coordenadora da Ciclocidade (Associação de Ciclistas Urbanos de São Paulo). Obteve o título de mestre pela USP, com a dissertação *"A bicicleta e as mulheres: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo"*. Deu aulas na faculdade de Arquitetura Escola da Cidade, em São Paulo e foi consultora de projetos no Banco Mundial.

Morreu aos 28 anos, ao ser atropelada em sua bicicleta, com muito ainda por fazer pelos ciclistas e pela cidade. #pedalecomomarina

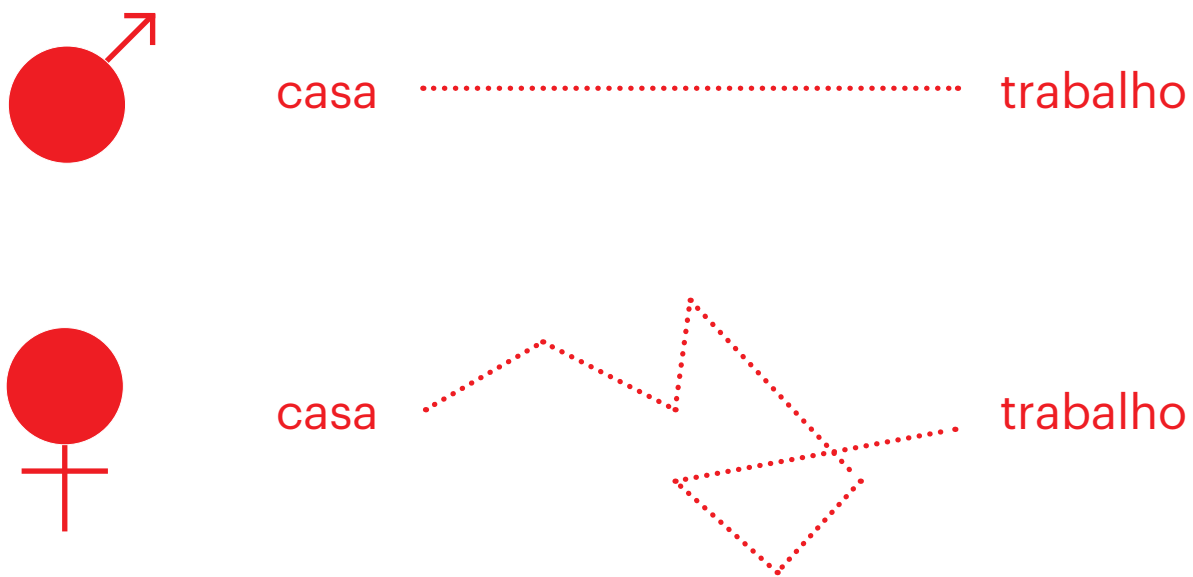
A cidade a que as mulheres têm acesso é muito menor do que a cidade a que homens acedem diariamente. A maioria das estratégias de uso da cidade por mulheres estão pautadas por medos e os medos limitam.

Como as mulheres são socialmente responsáveis pelo Trabalho Reprodutivo, o seu tempo para atividades que não envolvam cuidar é mais reduzido. Este aspeto também afeta o tipo de trajetos, menos diversificados, em espaços públicos que não estejam na rota casa-trabalho, como veremos adiante.

A ausência da perspetiva de gênero na avaliação, planeamento e desenho dos sistemas de mobilidade e de transporte por parte dos governantes, intensifica questões estruturais relativas ao desequilíbrio do usufruto do espaço público por todos os gêneros

As mulheres têm uma maior dependência dos serviços de transportes públicos do que os homens, entretanto, como sentem mais insegurança nos transportes, especialmente à noite, acabam por moderar suas deslocações reduzindo distâncias, tempo fora e horários que se deslocam, seja por insegurança (medo do assédio) seja para evitar possíveis situações de perigo (medo do crime).

Assim como, as mulheres fazem mais viagens poligonais, ou seja, deslocam-se numa lógica de multi funções, associadas justamente ao trabalho reprodutivo/ de cuidado (como levar crianças à escola, trabalhar, ir às compras, visitar familiares, ir a serviços de saúde, etc.), quando os homens fazem mais viagens pendulares (casa-trabalho- casa).



Não existe como pensar em mobilidade para um sujeito neutro, mas sabemos que, em geral, esse sujeito “neutro” é considerado homem, adulto, saudável e branco.

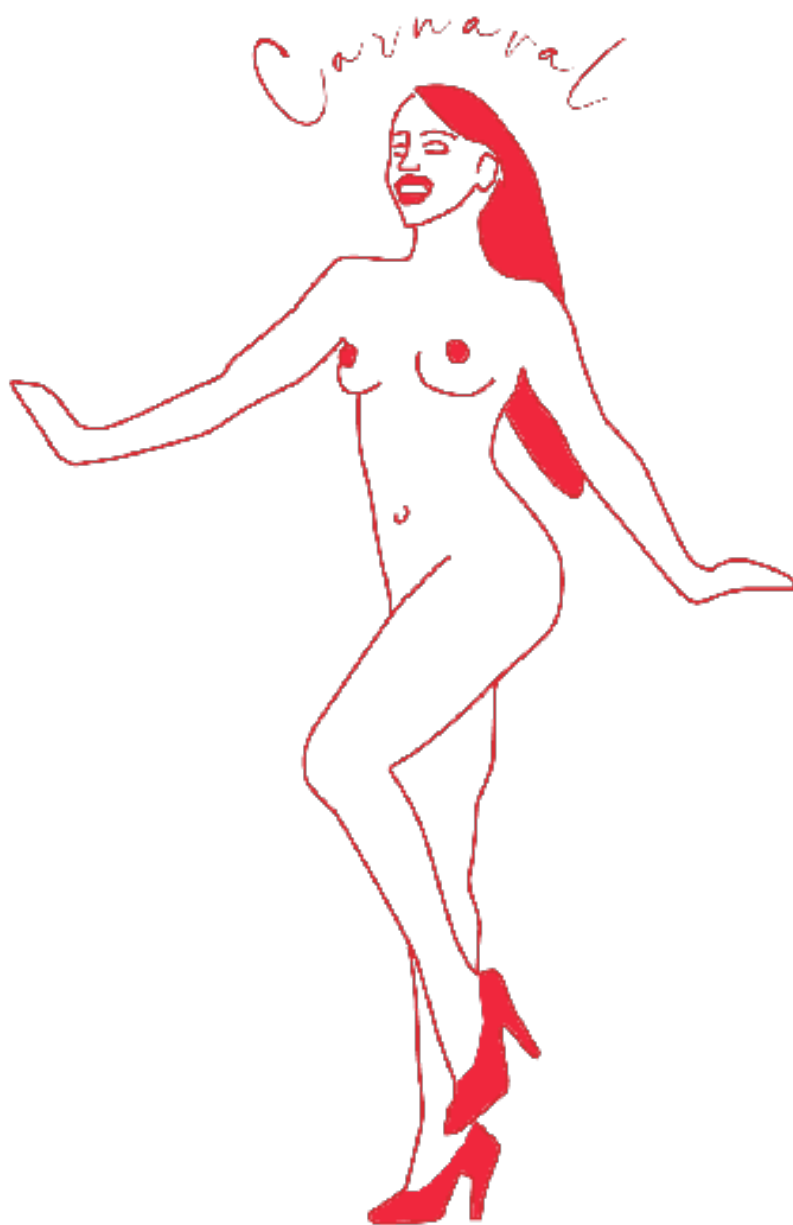
Assim, os usos, experiências entre os usuários, homens e mulheres, de variadas idades e fases da vida, com padrões de mobilidade distintos a depender da sociedade que estão inseridos, entre outros fatores, devem ser levados em conta nos planejamentos e desenhos das cidades e sistemas de transporte, pois as estruturas da cidade e as mobilidades desses sujeitos, ocorrem de forma diferenciada e condicionam suas vidas drasticamente.



6. MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL

O estereótipo da mulher brasileira corre o mundo.

A hipersexualização da mulher brasileira é talvez a principal violência exercida sobre estas mulheres além-fronteiras e condiciona a sua integração em qualquer sociedade.



Em Portugal, destaca-se uma crescente feminização dos fluxos migratórios e da população imigrante residente na última década, mesmo que em 2019 constatou-se uma inversão desse número (influenciado posteriormente pela pandemia COVID-19, que implementou restrições à mobilidade entre países, fechamento de fronteiras em 2020), os números de mulheres imigrando continua a ser expressivo.

As migrações são fenômenos antigos que acompanham a humanidade. Deslocar-se é muitas vezes uma questão de sobrevivência e se anteriormente os humanos se deslocavam à procura de alimento, mais proteção e melhores situações climáticas, na atualidade o ser humano desloca-se para procurar melhores condições de vida, em sua grande parte fugindo de guerras ou riscos ambientais extremos.

Mas há pessoas que migram em situações menos urgentes, ao procurarem vidas mais dignas em países mais prósperos ou com menos desigualdade social. Muitas dessas pessoas deslocam-se correndo inúmeros riscos e fazem-no, por vezes de forma ilegal, vulnerabilizando-se e abalando as estruturas dos direitos humanos e a sua existência, principalmente se tratando de mulheres e crianças.

Dos imigrantes que Portugal recebeu, a principal nacionalidade é a brasileira e dos imigrantes provenientes do Brasil, as mulheres brasileiras representam o maior número, cerca de 56% do total de brasileiros em Portugal.

(fonte: Indicador de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual de 2021)

A busca destas mulheres por territórios menos opressivos, que tragam mais percepções de liberdade e mais inclusão gênero-social-racial é uma realidade vivida por muitas das imigrantes brasileiras, que migram para Portugal em busca de territórios onde seus corpos possam viver experiências menos restritivas, poderem viver sem medo constante, para além da busca de ascensão econômica ou, ao menos, situações menos desiguais entre trabalho e qualidade de vida.

Assim, acredito que as causas não econômicas das imigrações das mulheres brasileiras, acabam por ser os principais fatores que levam mulheres a imigrarem.

Entretanto, essa busca por mais liberdade e melhor qualidade de vida se depara com outras barreiras em terras portuguesas: a estereotipação e a hipersexualização de seus corpos.

Apesar de o imaginário construído sobre a mulher brasileira não ser de exclusividade de Portugal (por ser relatado pelas mulheres em praticamente todos os países com maior ou menor intensidade e desdobramentos), a sexualização e racialização da mulher brasileira em Portugal parece ser um assunto de difícil superação, pois apesar da crescente proximidade entre os países e pela mudança no padrão das migrações nas últimas décadas (caracterizadas agora por uma população brasileira com mais dinheiro, mais estudos e mais jovem), as ideias machistas e sexistas como “as brasileiras são fáceis”, “são sedutoras” e “as brasileiras roubam os maridos das mulheres portuguesas”, apesar de serem ideias vazias e aparentemente inofensivas, continuam a serem passadas adiante. Tais ideias afetam, em diversas nuances, as mulheres brasileiras independente da atuação social, capacidade econômica e do nível de estudos.

A hipersexualização destas mulheres é a causa de inúmeras violências e exclusões, que as acompanham na estruturação de suas vidas em Portugal, atuando diretamente nos relacionamentos sociais (na criação de rede de contactos, redes de apoio) e com grande ênfase no mundo do trabalho. As brasileiras são estigmatizadas por características que surgiram desde o colonialismo e foram agravadas pelo tráfico sexual de mulheres em Portugal na década de 90 onde, através da mídia, as culpabilizaram e as designaram como representantes da classe de trabalhadoras na prostituição em Portugal.

Todas essas ideias acerca dos aspectos de colonialidade forjam o estereótipo da mulher brasileira como sensual, disponível e promíscua. E ao serem estereotipadas garante-se o controle, acesso e posse de seus corpos. Assim propagam-se aspectos da colonialidade dos corpos e de pessoas que são objetificadas e classificadas como inferiores, pois os processos de estereotipação são com frequência utilizados para a manutenção do controle e da opressão.

Apesar dos fatores associados ao medo do crime, assédio e violência diminuírem drasticamente ao migrarem para Portugal, lidar com uma estereotipação sexualizada tão negativa de seus corpos, atua como uma manutenção das desigualdades de gênero e do sistema patriarcal, assinalam a colonialidade moderna e reforçam o trabalho reprodutivo (na perspectiva dos cargos de trabalhos associados aos cuidados que a maioria dessas imigrantes ocupam ou à reprodução) como única finalidade desses corpos.

**Aqui eu retomo à pergunta que fiz anteriormente:
o que é liberdade?
Liberdade é um conceito unânime?**

Pois, ao meu ver, a busca que as mulheres realizam em terras portuguesas por liberdade é eventualmente conquistada, mas como preço alto. Pois a vida em Portugal, para uma parcela dessas imigrantes, possui de fato condições de mais inclusões gênero-social-racial em relação à seus locais de origem, entretanto, outras violências são vividas como a xenofobia e a descrita acima, hipersexualização.

Então a ideia de que viver em um país mais desenvolvido, com melhores condições, maior qualidade de vida e uma expressiva queda de violência diária garante a liberdade desses corpos é um equívoco. Ainda mais se analisarmos pela perspectiva da interseccionalidade que assola mulheres negras, onde as barreiras e preconceitos são amplificados expressivamente.





Creio que é a partir dos corpos em movimento, entre espaço público e privado, que as mulheres poderão reclamar por uma liberdade de seus corpos. Como um ato de resistência, acredito na reapropriação dos espaços e na revogação dos fatores que nos aprisionam aos espaços interiores. As mulheres podem e devem atuar civicamente em prol das mudanças estruturais necessárias que lhes permitam experimentar uma liberdade menos constrangida e mais de acordo com os seus interesses e desejos individuais.

SOBRE

O manifesto aqui é levar os discursos, estudos e pensamentos em torno das questões das mulheres e espaços públicos e algumas questões sobre o feminismo decolonial a partir das experiências de mulheres brasileiras em Portugal, para pessoas e comunidades além da produção acadêmica e do (admitido aqui como extremo oposto) ativismo.

A pesquisa acadêmica e o ativismo, juntos, são a base dos estudos feministas e das questões das mulheres no mundo. Mas estabelecer uma comunicação entre estas esferas é fundamental para trazermos estes assuntos para o dia a dia e para um público cada vez mais alargado.

Inspirada pelos conceitos do net.art e do ciberfeminismo, proponho este projeto online através de um modo de comunicação internacional e em rede, uma interação de trocas e trabalho colaborativo.

Assim como as Ciberfeministas viram o mundo virtual como uma oportunidade para abandonar as condições sociais sexistas do nosso mundo, proponho reconstruir relações sociais equitativas neste espaço público virtual visando seu tamanho e sua força.

O website quandoeugritoquemmeouve.art é um espaço virtual e público destinado a pesquisadorxs, estudiosxs, ativistas, leigxs ou qualquer pessoa que tenha interesse nos temas que trago, para debatermos e estabelecermos contactos, pontes e conexões.



GUIA DE PRÁTICAS PERFORMA- TIVAS

**PARA MULHERES NOS
ESPAÇOS PÚBLICOS**

O *“Guia de Práticas Performativas”* faz parte da pesquisa *“Poder em Trânsito: sobre mulheres em espaços públicos”* de Izabel Barboni Rosa realizada no âmbito do Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, sob orientação da Prof^a Doutora Sofia Ponte.

Versão I - 2022
agosto 2022

Consiste num guia de práticas artísticas para ações performáticas, com propostas de atuações cívicas de pequena escala com o viés feminista.

Tem como pano de fundo o questionamento da liberdade dos corpos femininos e a construção do senso de pertença aos espaços públicos, nas experiências urbanas. Faz uso do humor como ferramentas de comunicação ao propor e expor o óbvio, mas que têm o intuito de serem predominantemente auto-reflexivas. O guia aborda as questões de gênero em espaços públicos, a socialização na primeira infância e suas relações com os trabalhos reprodutivos e produtivos.

*Apesar de as práticas serem predominantemente auto-reflexivas, encorajo-as(os) a realizem algumas ações e dividirem comigo suas percepções ou resultados pelo website **quandoeugritoquemmeouve.art***

GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

PARA MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

PRETENDA SER UM *FLÂNEUR*

- 1** Sai para andar à deriva pela tua cidade, escolhe um bairro/local da tua preferência;
- 2** Caminha despercebidamente durante o dia, como se fosses um *flâneur*;
- 3** Regista o teu percurso de forma confortável e despercebida: fotografa, mapeia, desenha, escreve poesia, filma, entre outras;
- 4** Produz alguma arte à noite como se fosses um *flâneur*;
- 5** Toma notas mentais da sensação de caminhar pela cidade sem ser notada;
- 6** Compartilha comigo os teus registos e sensações.

GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

PARA MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

**IDEIAS PARA PRÁTICAS OCIOSAS DIÁRIAS:
VOCÊ NÃO PRECISA SER PRODUTIVA QUANDO NÃO
ESTÁ A REALIZAR TRABALHOS DE REPRODUÇÃO**

- 1** Caminhar até uma praça, abrir um livro, ler o livro e ir embora;
- 2** Caminhar por um local público da tua escolha durante 5 minutos para receber vitamina D;
- 3** Ir a um café, pedir um café, tomar o café e ir embora para a próxima atividade;
- 4** Caminhar até um espaço público que te agrada, escolhe um local para te sentares, observa o espaço, as pessoas e os sons até te sentires confortável, levanta-te e retira-te;
- 5** Praticar esportes ao ar livre como correr, andar de bicicleta, realizar exercícios funcionais, jogar bola ou qualquer outro jogo do teu agrado.

GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

PARA MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

CHECK LIST : O QUE UMA MULHER PRECISA CONFERIR ANTES DE SAIR DE CASA

- ☐ Onde vai;
- ☐ Com quem vai;
- ☐ Como vai;
- ☐ A que horas vai;
- ☐ A que horas volta;
- ☐ Com quem volta;
- ☐ Como volta;
- ☐ Qual o trajeto mais rápido;
- ☐ Qual o trajeto mais “seguro”;
- ☐ Qual roupa usar (ignorar temperaturas elevadas e não chamar muito atenção);
- ☐ Verifica o que levas na mala;
- ☐ Testa a eficácia de agarrares um objeto dentro da mala para servir de autodefesa ;
- ☐ Organiza-te atempadamente para não perder os teus compromissos pois os passos anteriores além de te exigirem tempo e preparação, desanimam e desencorajam.

GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

PARA MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

UMA VOLTA NO BAIRRO

- 1** Sai para passear pelo teu bairro, com calçado confortável e acompanhada por um homem;
- 2** Repete o mesmo caminho sozinha com calçado confortável;
- 3** Repete o mesmo caminho sozinha e com sapatos de salto alto fino;
- 4** Repete o mesmo caminho sozinha com sapatos de salto alto fino e roupa formal (por exemplo, saia lápis, tailleur, vestido comprido...);
- 5** Repete o mesmo caminho à noite ;
- 6** Repete o mesmo caminho com um olho tapado, simulando ter pouca visão;
- 7** Repete o mesmo caminho com uma bengala, simulando ter dificuldade de locomoção;
- 8** Repete o mesmo caminho empurrando um carrinho de bebé;
- 9** Repete o mesmo caminho com uma criança ao colo, uma mala e um saco das compras;

Faça registros e nos envie suas impressões.

GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

PARA MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O TRABALHO REPRODUTIVO É ESSENCIAL PARA A NOSSA SOBREVIVÊNCIA E A NOSSA ECONOMIA. UMA BOA MANEIRA DE VISUALIZARMOS ISSO É CLASSIFICARMOS AS NOSSAS AÇÕES ENTRE REPRODUTIVAS E PRODUTIVAS.

SEGUIE OS SEGUINTE PASSOS:

- 1** Durante um dia classifica as tuas ações entre reprodutivas e produtivas;
- 2** Faz um registo e envia as tuas constatações;
- 3** Se fores mulher, respira fundo.

GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

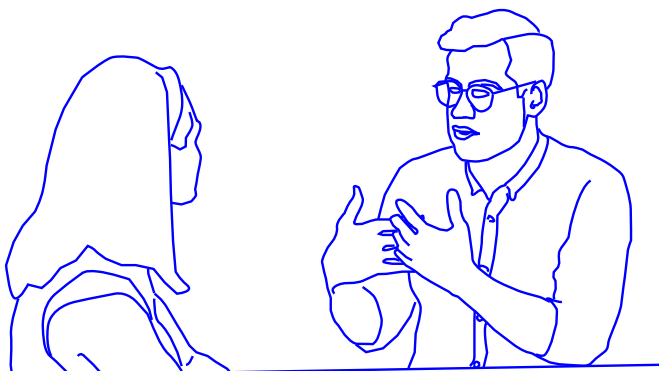
PARA PAIS (QUE SE IDENTIFICAM COM O GÊNERO MASCULINO) SE COMPORTAREM DE MANEIRA *TRANSGRESSORA* EM FESTAS INFANTIS



1 RECUSA-TE A PERMANECER NUM AMBIENTE SEPARADO AO DA FESTA COM OUTROS PAIS;



2 AGE COM NATURALIDADE E DE ACORDO QUEM ÉS: UM CUIDADOR DA TUA FILHA/O.



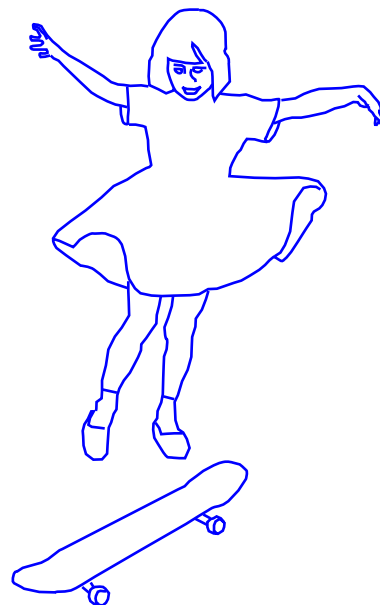
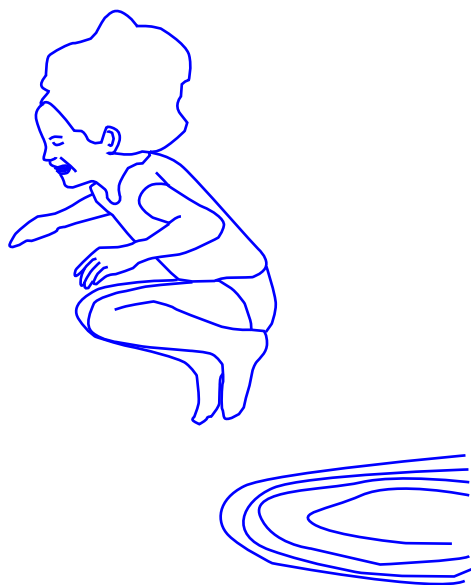
3 INTERAGE COM OUTRAS MÃES E CRIANÇAS.



4 SAI DA FESTA COM O TÍTULO DE "PAIZÃO" E A TUA COMPANHEIRA DE "SORTUDA".

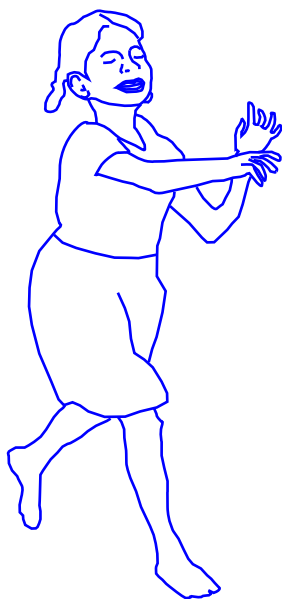
GUIA DE PRÁTICAS PERFORMATIVAS

ATIVIDADE COM FILHAS: COMO
SOCIALIZAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS



1 CERTIFICA-TE QUE A TUA FILHA PRATICA ESPORTES, USUFRUI DE ATIVIDADES AO AR LIVRE, TEM CONTACTO COM A NATUREZA E SOCIALIZA COM OUTRAS CRIANÇAS

2 INCENTIVA BRINCADEIRAS E ATIVIDADES FÍSICAS EXPANSIVAS COMO CORRER, ANDAR DE BICICLETA, CAMINHAR AO AR LIVRE, PASSEAR PELA CIDADE;



3 PROPORCIONA-LHE ROUPA ADEQUADA PARA ESTAS ATIVIDADES (POR EXEMPLO, TÊNIS E CALÇÕES FACILITAM A CORRIDA DE FORMA MAIS SEGURA E CONFORTÁVEL DO QUE SANDÁLIAS E VESTIDOS);

4 NÃO AS FORCES A SORRIR NEM A TER COMPORTAMENTOS FÍSICOS MUITO DIFERENTES DOS MENINOS (COMO EXIGIR QUE SE SENTEM DE PERNAS CRUZADAS).

